



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e da Saúde**.

Mafalda Isabel Gamelas de Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

JULHO 2020



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e da Saúde**.

Mafalda Isabel Gamelas de Almeida

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora **Armanda
Gonçalves**

Agradecimentos

A melhor maneira de realizar os nossos sonhos é nunca desistir de tentar. Contudo, nada se consegue de forma isolada, temos sempre alguém do nosso lado que, de uma forma ou de outra, se torna um importante contributo para a concretização de cada objetivo pessoal. Muitas foram as pessoas que detiveram um papel significativo durante todo o processo da dissertação, tornando o mesmo possível mesmo quando as incertezas e os receios pareciam prevalecer. E por essa razão não posso deixar de mencionar e manifestar o meu eterno agradecimento.

Aos meus pais, por sempre me acompanharem e apoiarem incondicionalmente em todos os momentos da minha vida, bem como por todas as contribuições indispensáveis ao longo do percurso académico. Foram a minha força e o meu maior motivo para encerrar este capítulo.

Ao meu irmão, pela preocupação e apoio constante durante todo o processo.

Às minhas queridas amigas Sara e Débora, que representam a minha outra metade, obrigado por tudo o que fizeram por mim, pelos constantes incentivos quando tanto precisava. Que a distância simbolize apenas um detalhe na nossa amizade!

Ao meu namorado, pela constante paciência e dedicação, por me perdoar pelas ausências aos encontros quando o tempo era pouco para me dedicar à dissertação. Não poderia escolher melhor pessoa para ter a meu lado.

A ti Diogo, que tornaste a minha vida em Braga feliz só pela tua presença e carinho, obrigada pelas inúmeras conversas e pelo teu apoio durante este processo.

À minha orientadora, Professora Armanda Gonçalves, pela sua disponibilidade e rigor ao longo deste trabalho, sem a sua ajuda não teria conseguido cumprir este objetivo.

A toda a equipa técnica do centro de acolhimento por toda a disponibilidade e apoio prestado durante a realização do estudo.

E para finalizar, o meu agradecimento às jovens que fizeram parte deste estudo por me deixarem conhecer o vosso mundo e dar voz às vossas experiências de acolhimento e de autonomização.

Resumo

O acolhimento residencial constitui uma medida que visa salvaguardar os direitos de crianças e jovens em risco. Esta investigação centra-se nas histórias de vida de duas jovens adultas, ex-institucionalizadas, permitindo analisar o percurso desde o momento em que integraram na instituição até ao momento em que cessaram a medida e transitaram para a vida autónoma. Com o objetivo de identificar os fatores diferenciadores que tenham facilitado ou dificultado a concretização do projeto de vida, foi realizado um estudo qualitativo seguindo a abordagem de estudo de caso instrumental. Para tal, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e questionários sociodemográficos às jovens e à técnica que acompanhou ambos os processos.

Os resultados obtidos sugerem uma apreciação geralmente positiva na consolidação de competências de autonomia, sobretudo de gestão doméstica. Contudo, são identificadas competências a aperfeiçoar como a gestão relacional e económica. Entre as limitações da intervenção, surge o limite temporal da medida de acolhimento. Relativamente ao acompanhamento pós-institucional, compreende-se que a instituição realiza um acompanhamento informal durante o processo de integração social das jovens. O processo de desinstitucionalização das jovens e sua subsequente integração social continua a representar um desafio, possivelmente em virtude da inexistência de respostas e apoios eficazes no período pós-acolhimento.

Palavras-chave: Acolhimento residencial; crianças e jovens em risco; vida autónoma; projeto de vida; competências de autonomia; acompanhamento pós-institucional; processo de desinstitucionalização.

Abstract

Residential care is a measure that aims to safeguard the rights of children and young people at risk. This investigation focuses on the life stories of two young adults, ex-institutionalized, allowing to analyze the path from the moment they joined the institution until the moment when the measure ceased and they moved on to autonomous life. In order to identify the differentiating factors that have facilitated or hindered the realization of the life project, a qualitative study was carried out following the instrumental case study approach. To this end, semi-structured interviews and sociodemographic questionnaires were applied to the young adults and the technician who accompany these processes.

The results suggest an generally positive appreciation about the consolidation of autonomy skills, mainly at the domestic management level. However, there have been identified some skills that required further improvement, notably at the level of relational and economic management. Amongst the limitations of intervention arises the temporal limitation of the residential care. Regarding the post-institution follow-up, the institution under study does an informal accompaniment throughout the process of social integration of the two young adults. The process of deinstitutionalization of the young adults and their subsequent integration in the community continues to pose a challenge, possibly due to the nonexistence of answers and solid support, that is effective in the post-residential care period.

Keywords: Residential care; children and young adults at risk; autonomous life; life project; autonomy skills; post-institution follow-up; process of deinstitutionalization.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
1. Introdução.....	6
2. Do Pressuposto Perigo na Família ao Acolhimento Residencial	9
3. O Sistema Nacional de Acolhimento Residencial.....	12
4. Percursos Pós-Institucionais.....	19
4.1. Reintegração familiar.....	21
4.2. Autonomia de vida.....	25
5. Metodologia	31
5.1. Abordagem do estudo	32
5.2. Participantes.....	33
5.3. Métodos de recolha de dados.....	35
5.5. Procedimentos de recolha e análise dos dados	37
6. Apresentação dos Resultados	39
6.1. Percurso Prévio ao Acolhimento Residencial.....	39
6.2. Percurso dos jovens durante o acolhimento residencial	41
6.3. Percurso das jovens após o término da medida residencial.....	55
7. Discussão e Conclusão	62
Referências bibliográficas	79
Anexos.....	89

Índice de Tabelas

Tabela 1. Avaliação do Contexto Institucional	41
---	----

Índice de Anexos

Anexo A. Entrevista semiestruturada à técnica.....	90
Anexo B. Entrevista semiestruturada à jovem.....	92
Anexo C. Questionário sociodemográfico à técnica	94
Anexo D. Questionário sociodemográfico à jovem.....	95
Anexo E. Carta de apresentação à instituição.....	96
Anexo F. Consentimento informado	100
Anexo G. Transcrição da entrevista à técnica (caso A).....	103

Anexo H. Transcrição da entrevista à técnica (caso B).....	110
Anexo I. Transcrição da entrevista à jovem A	120
Anexo J. Transcrição da entrevista à jovem B	124
Anexo L. Tabela de categorização	129

Lista de Abreviaturas

AR – Acolhimento Residencial

LPCJP – Lei de Proteção e Promoção de Crianças e Jovens em Perigo

ISSIP - Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LIJ – Lar de Infância e Juventude

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

RAIA – Residências e Apoio à Integração de Adolescentes

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

1. Introdução

Os percursos de vida de cada indivíduo são singulares, espelhando um vasto leque de possibilidades e diferenças. Contudo, existem semelhanças não apenas nas histórias pautadas pelos mesmos temas ou experiências, como também nas convivências dentro do contexto cultural, familiar, social e educativo. Não raras vezes, a presença de um ambiente familiar destruturado marcado por maus tratos e/ ou negligência, assim como um percurso de acolhimento residencial (AR) podem categorizar algumas das histórias de crianças e jovens¹ que se desenvolvem nesses meios, enquanto vítimas precoces (Elias, Gaspar, & Gaspar, 2017). Neste sentido, a violação dos direitos das crianças e jovens representa uma realidade irrefutável na nossa sociedade (Alvarez, Baptista, & Carvalho, 2014).

Em resposta à problemática supracitada, as políticas governamentais e os meios de comunicação têm desenvolvido esforços em prol do reconhecimento e sensibilização dos direitos das crianças e jovens. Como resultado, têm-se tornado cada vez mais evidentes casos de sinalização de situações de maus-tratos às entidades competentes em matéria de infância e juventude. Sendo a família de origem a principal responsável pela proteção e promoção dos direitos dos seus descendentes (Alarcão, 2006; Alves, 2007; Borges & Lauz, 2013; Delgado, 2002) e, considerando assim que essa realidade pode ser comprometida, compete ao Estado assegurar os seus direitos como visa a legislação. Em contexto nacional, o instrumento jurídico em vigor consiste na Lei de Proteção e Promoção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (com as alterações impostas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto e Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro) que visa a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e o respetivo papel das entidades responsáveis.

Neste sentido, quando o contexto familiar se encontra *inadequado* ou *indulgente* (Santos, 2014), ou seja, sem as competências necessárias para salvaguardar, educar, defender e promover os direitos dos seus descendentes, cabe às entidades, previamente referidas, assegurar que os últimos sejam honrados, com a devida aplicação de medidas de promoção e proteção. De entre este conjunto de medidas, o AR, continua a constituir-se como uma alternativa possível, apesar do discurso social que apela por uma alternativa familiar. Ao romper com a perpetuação do risco na vida de crianças e jovens, o AR revela-se capaz de providenciar oportunidades que assegurem o bem-estar emocional e o

¹ Atendendo que a informação apresentada se refere ao percurso de vida de crianças e jovens em risco, será utilizado o termo “crianças e jovens”, como dita a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

desenvolvimento integral de todos os presentes no seu contexto (Alberto, 2002; Martins, 2004).

O planeamento da permanência em residência deve ser realizado, de preferência, previamente à entrada do menor no sistema de acolhimento, atendendo às potencialidades e aos principais obstáculos a curto e a longo prazo, assim como as necessidades pessoais percebidas. Importa, por isso, refletir quanto à importância do sistema ser moldável a cada criança e jovem que necessite de o integrar, visando a promoção dos seus direitos na íntegra assim como os cuidados adequados às suas necessidades (Gomes, 2010).

Durante a medida de acolhimento deve ser definido o mais cedo possível o projeto de vida para cada criança e jovem (Prata & Vilariça, 2017). Del Valle e Zurita (2007) e Gomes (2010) apontam para a necessidade de modelos educativos e de intervenção adequados às crianças e jovens de forma individualizada e de base compreensiva e não sustentada em comportamentos. Assim, a intervenção seguiria uma estrutura socioeducativa, com estratégias interventivas que facultam a realização de projetos de vida semelhantes ao meio natural de vida. Deverá ser priorizada a medida de reintegração familiar, caso a família revele competências ou demonstre um forte potencial de mudança. No reverso, considerando a inviabilidade desta medida, deve-se considerar outras hipóteses como reintegrar a criança ou jovem na sua família alargada, a sua inserção noutra família, seja adotiva, tutora ou de apadrinhamento civil, ou se o mesmo não for possível, definir o seu projeto de vida com vista a autonomização.

Considerando o número significativo de casos referentes a jovens cujas medidas de AR se estendem até a sua maioridade ou até aos 21 anos (Instituto de Segurança Social, Instituto Público [ISSIP], 2019), surgem novos focos de intervenção com base na promoção da autonomia e o desenvolvimento de competências de vida, sendo a sua finalidade a eventual integração social e profissional destes jovens. Segundo Gomes (2010) a autonomia em contexto residencial leva a que seja desenvolvido com a criança e jovem, tendo em conta a idade e nível de desenvolvimento, um treino de competências que lhes permitam fazer aprendizagens potenciadoras para atingirem, nos vários patamares de desenvolvimento, competências e comportamentos que conduzam a uma autonomia plena.

Na tentativa de ir ao encontro desta realidade, a presente investigação centrou-se nas histórias de vida de jovens adultos que, em alguma fase da sua vida, estiveram integrados num sistema de AR, permitindo assim analisar o percurso desde o momento em que integraram na instituição até ao momento em que cessaram a medida de

acolhimento e transitaram para a vida autónoma. Por sua vez, foram explorados os fatores diferenciadores durante o percurso de acolhimento que tenham facilitado ou dificultado a concretização do projeto de vida. De forma a atingir os objetivos acima propostos, este estudo teve por base dois estudos de caso instrumentais com recurso a entrevistas aprofundadas que permitiram analisar o percurso de acolhimento de duas jovens ex-residentes de um Lar de Infância e Juventude (LIJ), que na atualidade se encontram em plena autonomia de vida. Deste modo, e tendo em conta os objetivos delineados, participaram na presente investigação duas jovens com medidas de acolhimento concluídas e com percursos de autonomia de vida a decorrer, assim como uma técnica responsável por todo o percurso de acolhimento de ambas. Cabe referir que, embora o objetivo inicial do estudo consistisse igualmente na recolha de dados de crianças e jovens que, ao concluírem a sua medida de acolhimento, reintegraram na sua família nuclear, o mesmo não se tornou exequível. Esta limitação derivou da decisão da instituição em não comprometer o direito à confidencialidade das famílias e seus respetivos descendentes.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes fundamentais. Pretende-se na primeira parte desenvolver a revisão de literatura alusiva ao tema. Nesta primeira parte, compete ao investigador fazer uma breve alusão sobre o conceito da família nuclear e abordar os conceitos de risco e perigo presentes neste contexto. Este fragmento termina com uma breve explicação sobre as diferentes instâncias com competência em matéria de infância e juventude e as possíveis medidas de promoção e proteção, quer em meio natural como em regime de colocação. Posteriormente é apetência do investigador oferecer uma panorâmica sobre o AR a nível nacional, fazendo referência a alguns estudos feitos neste âmbito de trabalho. Por fim, encerra com o tópico “do acolhimento residencial aos percursos pós-institucionais. Sendo este tema fundamental para a compreensão do fenómeno em estudo, coube ao investigador enfatizar a importância da definição e concretização do projeto de vida, fundamentando em pormenor as medidas de reintegração familiar e de autonomia de vida.

Na segunda parte, será contemplada a metodologia utilizada durante o processo de investigação realizado. Segue-se a terceira parte, onde será exposta a análise ao conteúdo das entrevistas mediante uma ordem cronológica do percurso institucional. O trabalho finda com as considerações finais do investigador e com uma breve reflexão que explora as potencialidades da presente investigação e as dificuldades encontradas ao longo da sua realização.

2. Do Pressuposto Perigo na Família ao Acolhimento Residencial

A vida do ser humano é definida por ciclos que, presumivelmente, ocorrem dentro de um seio familiar. O primeiro é determinado pelo nascimento e estende-se num *continuum*: do crescimento até à morte (Alarcão, 2006).

A família, enquanto dimensão central no microsistema de cada indivíduo, desempenha funções essenciais que abrangem a esfera biológica, psicológica, e social. Define-se assim, como o pilar indispensável para a continuidade da espécie (papel biológico), garantindo igualmente o apoio emocional e a promoção de um ambiente adequado a um crescimento saudável dos seus descendentes (papel psicológico). Por outro lado, desempenha ainda um papel social na medida em que incute na criança uma dada cultura, favorecendo os meios para a sua integração na vida em sociedade (Pratta & Santos, 2007). Podemos, por isso, caracterizar a família como um importante núcleo social, onde o indivíduo desenvolve comportamentos, normas e conhecimentos para a convivência sócio relacional (Cansado, 2014).

Na mesma linha de pensamento, Alarcão e Gaspar (2007) descrevem a família como um lugar privilegiado para a aprendizagem de dimensões significativas de interação e, assim sendo, como um enquadramento relacional essencial para o desenvolvimento do ser humano. Por este motivo, a sociedade espera das famílias as condições fundamentais que permitam a integração dos seus descendentes na comunidade, a manutenção do seu equilíbrio e a sua continuidade através da preservação da identidade. No entanto, em virtude do seu caráter dinâmico, a família encontra-se sujeita a transformações e a fatores não previsíveis, tensões e obrigações (Gomes, 2010). Assim, a família pode nem sempre conseguir salvaguardar os direitos das crianças e as suas funções legais e culturalmente impostas. Perante tal situação podemos alegar que a família se encontra *disfuncional* (Santos, 2014), estando na eminência de comprometer a qualidade de vida dos seus descendentes e a sua segurança face aos perigos cometidos por terceiros ou pelos próprios (Borges & Lauz, 2013), resultando, muitas vezes, na sua desfragmentação (Gomes, 2010). Em suma, podemos afirmar que para algumas crianças e jovens a sua casa é um local de risco, um contexto onde muitas vezes se encontram em perigo (Fragoso, 2017).

Torna-se importante diferenciar dois termos, risco e perigo, apesar da sua estreita correlação. Delgado (2002, p.79) defende que “os menores em risco são aqueles que se encontram em circunstâncias que exigem a adoção de medidas preventivas ou de reabilitação, sob pena de entrarem num processo de inadaptação ou conflitos sociais”. Por outro lado, Alves (2007) acredita que o risco se encontra presente na iminência de um

perigo real, ou como referido por Brandão (2010), este acontece quando a criança está sujeita a omissões, privações e a dificuldades que comprometam as suas necessidades e direitos. No que consiste às situações de perigo, Alves (2007) propõe esta definição quando existe uma ameaça direta à vida de um indivíduo. À luz da LPCJP (lei nº147/99, de 1 de setembro) a criança ou jovem pode ser considerada em perigo quando a sua família coloque em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou na condição do perigo resultar pela omissão e privação que comprometam a satisfação das suas necessidades tanto de carácter material como de carácter afetivo-emocional.

Em conformidade com este cenário, Martins (2004) elege o modelo ecológico, sob autoria de Bronfenbrenner, para estudar o risco presente na infância, aludindo para a sua natureza cumulativa e multifatorial nas várias esferas da vida do ser humano. Ainda de acordo com Bronfenbrenner, a compreensão do desenvolvimento humano, dos seus processos e influências, consolida-se mediante uma análise do conjunto de sistemas envolventes: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Como referido previamente, o microsistema subentende a família nuclear do indivíduo, sendo este o seu contexto de desenvolvimento mais imediato. O mesossistema, resulta da interação entre dois ou mais microsistemas, nos quais a pessoa se relaciona ativamente (Pereira & Santos, 2017). Por sua vez, este sistema vai englobar naturalmente as inter-relações entre os principais contextos: família, escola, vizinhos, grupos de pares (Bronfenbrenner, 1986). Segue-se o exossistema, onde as ligações e os processos se desenrolam entre dois ou mais contextos, sendo que, em pelo menos um, o indivíduo não se encontra como participante ativo, mas nos quais ocorrem eventos que influenciam o desenvolvimento no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner, 2002). Por fim, o macrosistema, considerado como o sistema mais distante, é formado pelos valores, culturas, ideologias e leis adjacentes ao meio onde o indivíduo se insere (Pereira & Santos, 2017). O cronossistema, sendo uma dimensão inerente a cada um dos demais elementos do modelo (Bronfenbrenner & Evans, 2000), é responsável por combinar a dimensão temporal aos sistemas previamente citados, mediante as mudanças que surgem no meio – nível de estabilidade ou mudanças na vida do indivíduo face aos acontecimentos ambientais e as transições que sucedem ao longo da vida, e que automaticamente, produzem condições que afetam o seu desenvolvimento (Benetti, Crepaldi, Schneider, & Vieira, 2013).

Podemos concluir que o modelo bioecológico é sustentado por dois pressupostos fundamentais. Em primeiro lugar, o desenvolvimento humano tem lugar ao longo de todo o ciclo vital, mediante processos de interação recíproca, sucessivamente mais complexos

entre o indivíduo ativo, biopsicológico e em crescimento, e as pessoas, objetos e símbolos no seu contexto imediato. Para ser eficiente, a interação deve ocorrer frequentemente e ao longo do tempo, sendo estas formas de interação no contexto imediato denominadas de processos proximais. Por outro lado, a forma, a intensidade, o conteúdo e a direção dos processos proximais vão modificar-se sistematicamente em resultado das características do indivíduo em desenvolvimento, do contexto no qual os processos ocorrem e das mudanças sociais que sucedem durante todo o ciclo de vida (Bronfenbrenner, 2000). Neste sentido, o desenvolvimento vai ocorrer através da interação entre a pessoa em constante desenvolvimento e os cinco contextos que a envolvem – micro, meso, exo, macro e cronossistema – e se influenciam, fomentando a interação e desenvolvimento num continuum que abrange desde o contexto mais próximo até a realidade mais distante que ilustra a vida social de cada pessoa. O desenvolvimento humano é nessa perspetiva, dinâmico e contextualizado, sendo o próprio indivíduo um ser ativo e sistematicamente influenciado pelo meio que o rodeia (Benetti, Crepaldi, Schneider, & Vieira, 2013).

O impacto de cada sistema na ecologia social de cada criança ou jovem vai resultar da mútua influência entre ambos (Chaffin & Swenson, 2006). Assim, a presença de um risco nos sistemas previamente mencionados pode deter consequências graves no seu bem-estar biopsicossocial. Por sua vez, estas consequências podem ser agravadas mediante uma série de fatores: a idade em que foi vivenciada a experiência negativa, a intensidade, periodicidade, o contexto envolvente e a acumulação dos fatores de risco (Martins, 2004).

As crianças e jovens em risco podem apresentar um maior índice de vulnerabilidade em resultado dos fatores intrínsecos ao sistema familiar e extrínsecos a este meio, sendo exemplo disso o contexto social e económico no qual a família se encontra abrangida. Gomes (2010) estipula como fatores de risco, mais comuns para o desenvolvimento das crianças e jovens em ambiente familiar a sobrelotação habitacional, a violência doméstica, o emprego precário ou desemprego, a separação ou divórcio dos cuidadores, o consumo de drogas e negligência, a doença mental de um ou de ambos os progenitores, o acontecimento impactante na dinâmica familiar, a inclusão de agregados com problemas profundos e a permanente substituição de figuras de referência. A seriedade destes fatores pode, ainda, acentuar-se na presença de situações de violência direcionadas à criança ou jovem (Borges & Lauz, 2013), tornando proeminente a avaliação e um

trabalho sistemático a fim de intervir e romper com eventuais ciclos violentos na vida dos mesmos (Caridade & Sani, 2016).

No sistema de proteção existem diferentes níveis de intervenção. Assim, quando o nível de risco não representa a necessidade de acionar medidas formais, cabe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, de natureza pública ou privada, intervir diretamente com a família, utilizando os meios existentes na comunidade (Gomes, 2010). Quando as entidades na comunidade não sejam, por si apenas, capazes de assegurar com celeridade a proteção da criança ou do jovem devem sinalizar a respetiva situação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), como visa o artigo 8º da LPCJP: “a intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens tem lugar quando não seja possível às entidades referidas no artigo anterior atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram”. Por fim, caso as instâncias anteriores não consigam suprimir as situações de risco existentes, o processo em questão deve ser remetido para a última instância, o tribunal.

A aplicação das medidas de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em perigo é da competência exclusiva da CPCJ e dos tribunais, sendo elas executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação, respetivamente, “apoio junto dos pais”, “apoio junto de outro familiar”, “confiança a pessoa idónea”, “apoio para autonomia de vida”, “acolhimento familiar”, “confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção” e “acolhimento residencial” (art.º 35º da LPCJP, 2015), sendo esta última o objeto de estudo nesta investigação.

3. O Sistema Nacional de Acolhimento Residencial

Segundo o artigo 49º da LPCJP, o AR consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de infraestruturas, equipamento de acolhimento e recursos humanos efetivos, devidamente dimensionados e competentes, que lhes assegurem os cuidados apropriados. Esta medida visa contribuir para a criação de condições que sustentem a adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo uso dos seus direitos, promovendo a sua integração em contexto sociofamiliar protegido e simultaneamente a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Guerra, 2018). Nos termos previstos do artigo 50.º da LPCJP, o AR pode ser de curta ou longa duração. A medida de curta duração decorre em Centro de Acolhimento Temporário (CAT), por um período não excedente a seis meses, contudo este prazo pode ser ultrapassado quando, por motivos efetivos, seja

possível a reintegração do menor na família de origem, ou enquanto se efetua o diagnóstico da respetiva situação e à determinação do percurso subsequente. Caso o acolhimento ultrapasse os seis meses passa a ser considerado acolhimento prolongado e tem lugar em Lares de Infância e Juventude.

Relativamente ao sistema de acolhimento em Portugal, os dados mais recentes reportam-se ao ano de 2018. Segundo o Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento, encontravam-se acolhidos 9.680 crianças e jovens em Portugal, mais 2.137 face ao ano anterior. Entre estes, cerca de 6.118 (87%) apresentam medidas de acolhimento generalista. A negligência (71,6%), a ausência temporária de suporte familiar (11%), o mau trato psicológico (9,6%), os comportamentos desviantes (9,5%), o mau trato físico (5,2%), o abandono (4,5%) e o abuso sexual (2,6%) são consideradas as situações de perigo que mais motivaram na tomada de decisão, pelas entidades competentes em matéria de infância e juventude, para o afastamento temporário das crianças e jovens da sua família/meio natural de origem (ISSIP, 2019). Dos motivos que integram o grupo das situações de negligência evidencia-se com maior expressividade numérica a falta de supervisão e acompanhamento familiar (58% das 7.032 crianças e jovens em situação de acolhimento). Na mesma linha de análise, estão presentes com menor incidência, quer a negligência relacionada com os cuidados educativos (32%; 2.283) e a exposição a modelos parentais desviantes (30%; 2.121), quer ainda a negligência ao nível dos cuidados de saúde (29%; 2069). Com menor dimensão, distinguem-se os motivos centrados na própria criança ou jovem (17%; 1.217) (ISSIP, 2019). Este estudo, entre tantos outros, revelam uma realidade incontestável: o elevado número de crianças que, em contexto nacional, crescem e se desenvolvem fora do seio familiar, logo, distantes do contexto ecológico natural do desenvolvimento humano (Morais & Ó, 2017).

Em conformidade com os valores supramencionados, considerámos pertinente descrever, embora de forma sucinta, cada situação de perigo, permitindo uma reflexão sobre o percurso de muitas crianças presentes na nossa sociedade. Como negligência subentende-se a ausência ou omissão de um conjunto de comportamentos que podem comprometer os cuidados primários da criança (educação, alimentação, higiene e afeto), colocando em risco a sua integridade física e psicológica, bem como o seu bem-estar, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento saudável (Escobar & Torres, 2017). Este tipo de comportamento é, normalmente, continuado no tempo (Quintãns, 2009).

Os maus-tratos psicológicos ou emocionais referem-se à incapacidade de providenciar à criança um ambiente pacífico, bem-estar emocional e afetivo, necessário ao crescimento, desenvolvimento e aprendizagem de comportamentos adequados. Pode derivar de diferentes tipologias de comportamentos, sendo exemplo disso os insultos, a rejeição, a indiferença, a violência no contexto familiar, a alienação parental, entre outros. Importa referir que este comportamento se encontra inerente a todos os outros tipos de abusos (Escobar & Torres, 2017).

Os maus-tratos físicos são compostos por ações não acidentais com a intencionalidade de provocar dano físico à criança ou jovem (Escobar & Torres, 2017). É considerada a principal causa de mortalidade infantil, sendo facilmente identificável e diagnosticada em resultado das notórias marcas corporais deixadas na criança. Porém, existem casos onde as marcas físicas não são visíveis o que dificulta a sua sinalização (Azevedo & Maia, 2006).

Por último, o abuso sexual representa o envolvimento de uma criança em atividades com o propósito de satisfazer sexualmente um adulto ou outra pessoa mais velha, que se encontra numa posição de superioridade em relação à mesma (Franco & Ramírez, 2016). Segundo Barroso e Leite (2016) este tipo de mau trato representa a incapacidade da criança em avaliar ou consentir, assumindo-se como um crime contra a sua autodeterminação sexual. Por sua vez, estes comportamentos podem comprometer e deteriorar o livre desenvolvimento da maturidade e vida sexual do menor (Alberto, Carmo, & Guerra, 2006).

A institucionalização de crianças e jovens em risco, ainda que considerada a última medida a aplicar em termos de proteção, é a que assume maior expressão em Portugal. Embora a medida seja assinalada por muitos com reservas, a sua necessidade impõe-se devido às muitas solicitações deste tipo de serviço e à ausência, até à data, de medidas alternativas capazes de fazer face a estas solicitações (Martins, 2005). Assim, independentemente da durabilidade do acolhimento, esta medida visa recuperar física e psicologicamente as crianças e jovens vítimas de maus-tratos, assegurando a sua proteção e desenvolvimento integral (Carvalho, 2013).

Segundo a literatura, a vivência institucional inicia desde o primeiro contato da criança ou jovem com o contexto, até ao momento que termina a sua medida de acolhimento. A título de exemplo, Quintãns (2009) ao estudar o período de acolhimento numa amostra de adultos que foram alvo de institucionalização na sua infância e/ou adolescência verifica que a totalidade da amostra descreve o momento de entrada de

forma pormenorizada, tendo ainda apurado que a maioria da sua amostra percecionou este momento como negativo. Na mesma sequência de ideias, Santos (2010) ao investigar a importância e a influência que a experiência institucional detêm nas condições de vida atuais dos jovens-adultos, concluiu que foi unânime a presença de sentimentos mistos associados ao primeiro contato com a instituição, constituindo-se assim numa fase extremamente significativa para todos os sujeitos. Segundo a autora, cada jovem-adulto vivenciou esta experiência de forma diferente consoante as suas condições e características pessoais que influenciaram a sua adaptação ao contexto institucional. Lima (2009) ao reconhecer e qualificar as principais experiências de vida de adolescentes acolhidos em LIJ, apercebe-se que a fase inicial do acolhimento é sentida como um ponto de viragem nas suas vidas e até na sua identidade pessoal. Também Alberto, Faria, Salgueiro e Trigo (2008) no seu estudo sobre as vivências associadas ao AR constataram que, as primeiras impressões dos jovens no momento de entrar para o sistema de acolhimento foram quase sempre negativas, no entanto essa sensação alterou-se assim que começaram a conviver com outros elementos presentes na residência. Estes dados coincidem com a literatura, Gomes (2010) considera o momento de acolhimento particularmente difícil, representando uma transição na qual as crianças e jovens se afastam das pessoas a quem estavam vinculados. Contudo, o autor defende que os sentimentos de revolta e tristeza, comuns nesta fase, podem ser atenuados face ao apoio sentido por outras crianças e jovens residentes na instituição.

As interações, tão importantes na Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, carecem de ser marcadas por sentimentos afetivos positivos. Por esta lógica, só podem decorrer de forma segura caso a afiliação for uma realidade, pois tratando-se de uma necessidade que o ser humano tem de se relacionar com outras pessoas, é também uma estratégia que nos permite assegurar algum equilíbrio nas vivências sociais. Deste modo, é esperado que os relacionamentos de proximidade e entrega fomentados nos lares de acolhimento possam desencadear processos facilitadores para um desenvolvimento integral, podendo ainda influenciar a trajetória de vida dos indivíduos de modo a inibir ou incentivar competências do foro cognitivo, social e emocional. Contudo, a simples ausência de interações com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional das crianças e jovens, que estão sob a sua responsabilidade e cuidados, pode determinar uma ameaça ao seu desenvolvimento psicológico saudável (Alcoforado, Gaspar, & Santos, 2015).

A Teoria da Vinculação de Bowlby (1969, cit. in Alcoforado, Gaspar & Santos, 2015) defende que, usando normalmente os exemplos das pessoas que nos estão mais próximas, criamos importantes referenciais humanos de comportamento que nos passam as noções de bem e mal, correto e incorreto e todas as outras relacionadas com ações comportamentais. Nas crianças e jovens institucionalizados, a perda de uma dessas referências pode desequilibrar, ainda mais, aspetos importantes das vivências sociais.

Caraterizada como um construto complexo e multidimensional, a medida de AR carece de diferentes perspetivas e de uma avaliação ponderada de diversas fontes, permitindo assegurar a voz das crianças e jovens como a principal referência na aferição da qualidade e cuidados prestados. Dada a pertinência do tema, os autores Azevedo et al. (2016) encontram-se a desenvolver, em Portugal, um estudo piloto sobre a qualidade do sistema de AR mediante a avaliação das necessidades e do ajustamento psicológico das crianças e jovens, da qualidade na prestação dos serviços pelas Casas de Acolhimento e a relação entre ambas as variáveis. Entre os resultados obtidos, verificaram que os jovens tendem a apresentar níveis mais elevados de sintomatologia psicológica e de dificuldade psicossociais, essencialmente do sexo feminino, quando comparados a jovens que vivem em contexto familiar. Em simultâneo e novamente com maior incidência nas raparigas, os jovens evidenciaram níveis médios de autoestima, embora significativamente mais baixos do que na população normativa. Esta análise despoletou algumas implicações para futuras investigações, reforçando a importância de promover a autoestima desta população em AR. Por outro lado, o estudo revelou resultados promissores de bem-estar e felicidade dos jovens, maioritariamente do sexo masculino, quando comparados à população geral. Também a avaliação geral da qualidade do sistema de acolhimento foi positiva, uma vez que os rapazes tenderam a avaliar de forma significativa a qualidade das Casas de Acolhimento. Nesta dimensão, salientou-se, no entanto, uma discrepância nas respostas entre os participantes na medida em que os jovens acolhidos em Casas de Acolhimento de pequena dimensão e os jovens do sexo masculino tiveram uma maior tendência a avaliar positivamente o contexto de AR em comparação aos jovens acolhidos em Casas de Acolhimento de média/grande dimensão, e do sexo feminino.

Em suma, a avaliação da qualidade do AR pode estar relacionada de forma significativa e positivamente com a autoestima, bem-estar e felicidade subjetiva dos jovens. Por este motivo, sugerem que seja atribuída mais atenção por parte das Casas de AR às opiniões das crianças e jovens, de forma a colmatar as suas necessidades. Enfatizando ainda a importância de salvaguardar as necessidades específicas das

adolescentes do sexo feminino dada a sua propensão em evidenciar níveis alarmantes de psicopatologia, problemas de internalização, baixa-autoestima, baixa sensação de bem-estar e uma maior insatisfação relativamente à medida de acolhimento. Como última recomendação, os autores sublinham a necessidade de promover uma melhor avaliação no âmbito da saúde mental, assim como favorecer o suporte necessário às crianças e jovens no sentido de minorar a sintomatologia observada (Azevedo, et al., 2016).

No seu estudo, Alberto, et al. (2008) consideram que a maioria dos jovens retinha sentimentos positivos em relação à instituição, definindo-a como um ambiente contentor e emocionalmente estável. A respeito da variável educativa, os jovens revelaram um maior índice de rendimento académico posteriormente a entrarem para o sistema de AR assim como vontade em prosseguir com os estudos. Os autores verificaram ainda uma clara preferência dos jovens pelo contexto institucional, isto porque na possibilidade de seleccionarem outro contexto para viver, os jovens optaram sempre pela residência de acolhimento, apontando apenas como único defeito a ausência de liberdade, os horários de estudo, as regras impostas e o facto de não poderem ter alguns artigos para uso pessoal, como o telemóvel e dinheiro.

No sentido de aprofundar os conhecimentos sobre a temática do AR, Carvalho e Manita (2010) desenvolveram um estudo sobre as “perceções das crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição”. Para a sua concretização, contaram com 9 crianças acolhidas num LIJ na zona do Porto. Na sua generalidade, os resultados obtidos no estudo apontaram para uma experiência de acolhimento positiva. Em contrapartida, a entrada no sistema residencial foi marcada por momentos dolorosos derivado ao afastamento da família nuclear, do contexto social e escolar. Estas emoções negativas, foram gradualmente mudando à medida que as crianças e adolescentes foram conhecendo a equipa técnica e outras pessoas na mesma condição, pautando como elementos facilitadores a entreaajuda com colegas, o esclarecimento sobre o funcionamento da instituição e a partilha de experiências semelhantes. Em oposição ao estudo anterior, foram assinaladas opiniões controversas pelos participantes no que respeita ao contexto institucional sendo que, alguns demonstraram uma percepção positiva sobre as condições facultadas pela residência, face às condições precárias do seu contexto familiar, e outros qualificaram as condições da instituição como negativas, referindo problemas como a carência de cuidadores, a sobrelotação e uma limitação acentuada relativamente ao que lhes era permitido fazer, condicionando assim o seu espaço para a autonomia e liberdade pessoal.

As crianças entrevistadas evidenciaram sentimentos securizantes relativamente ao ambiente de instituição e plena satisfação das suas necessidades. Sendo este contexto qualificado como um local onde obtêm a estabilidade e a proteção necessárias, enquanto são resolvidos os problemas que desencadearam o seu acolhimento. Apesar de associarem a instituição a um lar, as inevitáveis diferenças a nível físico entre as casas das suas famílias e a instituição podem ter dificultado a qualidade, a proximidade e o nível de importância nas relações. Neste sentido, ainda que se sintam bem na instituição, o desejo das crianças em retornar ao seu contexto de origem encontra-se patente nos seus discursos. Contudo, a vontade de regressar a casa é regulada, em algumas crianças, pela consciência da importância de existir previamente as condições necessárias para garantir a sua segurança e desenvolvimento integral, assim como a mudança de comportamentos dos cuidadores formais. Em modo de conclusão, os autores apontam como aspetos que podem condicionar o bem-estar e qualidade de vida, das crianças na instituição, o elevado número de crianças acolhidas, o escasso número de técnicos e os limites que ambos os fatores podem implicar. Para tal, reforçam a necessidade de assegurar um rácio cuidador/criança apropriado para um acompanhamento personalizado das crianças acolhidas, de maneira a que estas possam usufruir de relações semelhantes aos moldes de uma família (Carvalho & Manita, 2010).

Conforme verificamos, a institucionalização de uma criança ou jovem ocorre em situações disfuncionais graves, sendo muitas vezes necessária a separação com o seu meio familiar, social e escolar. Não obstante das prováveis experiências traumáticas e carências sentidas, a medida de acolhimento acresce uma mudança súbita e impactante na vida destes. As mudanças de comportamento comumente associadas às crianças e aos jovens institucionalizados tornam-se o reflexo das suas vivências do passado, pautadas por maus-tratos, negligência e/ou outras experiências igualmente traumáticas e prolongadas no tempo. São comportamentos adaptativos ao contexto de origem patológico, no qual se encontravam inseridos, mas também reativos ao quotidiano vivido na instituição. Contudo, em virtude da compreensão e dedicação dos intervenientes junto desta criança e jovem, assim como a exposição de novos modelos afetivos, comportamentais e relacionais torna-se possível assegurar um desenvolvimento pessoal positivo, saudável e reparador. Assim, a relação entre as crianças e jovens com os seus cuidadores informais, bem como a continuidade desse vínculo é determinante para uma intervenção com sucesso. Estes fundamentos advêm do reconhecimento cada vez maior da importância da vinculação segura e da promoção do sentimento de pertença para o bem-estar físico,

mental e emocional da criança e do jovem, ao longo do seu ciclo vital. Desta forma, apesar dos fatores de risco quer a nível patológico quer no insucesso na sua vida após o término da medida de acolhimento, é possível um desenvolvimento saudável mediante uma intervenção compreensiva, segura e que tenha em consideração as características e competências únicas que cada jovem possui (Prata & Vilariça, 2017).

4. Percursos Pós-Institucionais

Relativamente às crianças e jovens em AR destaca-se, entre muitos outros projetos, intervenções e acompanhamentos, a relevância da definição do projeto de vida de cada um, sendo que esse mesmo projeto deve ser estabelecido e desenvolvido desde o momento em que integram no contexto institucional, estendendo-se até ao momento em que terminam a sua medida (Gomes, 2010). Trata-se de um direito incontestável das crianças e jovens que exige um trabalho multidisciplinar por parte de diferentes intervenientes, quer de entidade pública como privada (ISSIP, 2019).

Segundo Gomes (2010), a decisão sobre o projeto de vida de cada criança institucionalizada encontra-se destinado às CPCJ e aos tribunais. Estas decisões são tomadas após a análise dos relatórios formalizados pelos técnicos que estão familiarizados com o dia-a-dia da criança ou jovem, sendo também responsáveis por avaliar a interação e o relacionamento existente com a família. A participação da criança e do jovem em todo o processo é imprescindível, contudo só se torna viável caso se verifique a idade e maturidade necessária. Posto isto, seria benéfico promover a participação das crianças e jovens relativamente à sua medida de acolhimento assim como na tomada de decisão a respeito do seu futuro. Também Souza (2010) reforça a importância do papel ativo dos jovens na construção e planeamento das suas próprias metas promovendo-se, assim, uma aprendizagem significativa.

Os profissionais que desempenham funções no sistema de proteção infantil possuem uma importante responsabilidade visto que os seus julgamentos e decisões influenciam a vida de várias crianças e jovens em risco, assim como a vida das suas respetivas famílias. O seu parecer no que concerne à eficiência das intervenções não depende somente de teorias, mas também de uma diversidade de fatores e características de cada caso (Benbenishty et al., 2015). Espera-se, por isso, que os projetos de vida sejam os adequados para cada situação, exigindo assim uma avaliação diagnóstica em tempo útil para evitar a ocorrência de erros. A avaliação diagnóstica assume-se então como um instrumento fundamental que permite por um lado, avaliar a criança e jovem de forma a

reconhecer os pontos fortes e fracos do seu desenvolvimento, a sua capacidade de resolução de problemáticas, as suas características de personalidade e comportamentos sociais, mas também conhecer o seu contexto familiar, as suas potencialidades e necessidades e a situação que levou ao AR (ISSIP, 2009; Picado, 2013).

Consoante as necessidades identificadas na avaliação diagnóstica, é elaborado um plano de intervenção individualizado que visa garantir que o acolhimento em instituição, para uma determinada criança ou jovem, tenha objetivos perfeitamente delineados e cuja concretização fique sujeita a um acompanhamento e avaliação permanente. Este método assegura também a individualidade no acompanhamento, sendo o mesmo traçado consoante as necessidades específicas de cada criança e jovem, assim como da sua família de origem, integrando de uma forma estruturada os elementos essenciais para clarificar, orientar, organizar e avaliar a sua intervenção de modo a que, baseando-se nos pontos fortes, se responda às necessidades detetadas, permitindo assim o cumprimento dos objetivos traçados (Gomes, 2010).

Num estudo realizado por Batista, Brites, Cordeiro e Ribeiro (2016) onde foram analisadas as perspetivas dos técnicos em relação ao projeto de vida, verificou-se uma unanimidade nas respostas quanto à importância da sua planificação e concretização. Este resultado é justificado pelos profissionais em virtude da necessidade de se estabelecer objetivos ao longo da medida de acolhimento e pelo projeto de vida se assumir como uma ferramenta indispensável para a intervenção. Por outro lado, o projeto de vida é referido como um instrumento preparatório e orientador para o futuro da criança e do jovem após o término da sua medida. Segundo este estudo, a vertente mais valorizada na planificação do projeto de vida consistiu na reintegração familiar, seguindo-se pela autonomia de vida e em terceiro lugar a adoção. Por sua vez, as variáveis que detiveram uma maior influência na sua planificação foram: a opinião da criança e do jovem, a estrutura familiar, as competências sociais da criança e do jovem e a história de vida dos mesmos. Note-se que foi estimulada a participação das crianças e dos jovens durante o planeamento, favorecendo o desenvolvimento de competências e o aumento da motivação para estabelecerem e cumprirem os seus próprios objetivos.

Em conformidade com a legislação em vigor, realça-se que a intervenção assenta em vários princípios, existindo, na nossa perspetiva, dois princípios basilares e fundamentais, sendo estes o “interesse superior da criança e do jovem” e a “prevalência da família”. Gomes (2010, p.169) sugere que este objetivo poderá ser alcançado através do regresso à sua família biológica, depois de convenientemente acauteladas as situações

de risco que os colocaram em perigo e que induziram no seu acolhimento, quer numa família adotiva que assegura o seu bem-estar e os ame incondicionalmente, quer no desenvolvimento de estratégias necessárias e suficientes para assegurar uma autonomia plena após o término da medida de acolhimento. Sendo a primeira e terceira medida foco de análise no presente estudo.

4.1.Reintegração familiar

Como o próprio nome sugere, a reintegração familiar consiste num processo pelo qual as crianças ou jovens que sofreram abandono, negligência ou abuso retornem ao seu contexto natural de vida após um período de separação obrigatório (Amorós et al., 2014). Em Portugal, 1.329 crianças e jovens em AR regressaram, efetivamente, à sua família nuclear. Não obstante, é incontestável a fragilidade destes processos, em particular quando 225 casos de reintegração familiar fracassaram e conduziram à reentrada das crianças e dos jovens no sistema de acolhimento (ISSIP, 2019). Importa referir que esta realidade não se limita apenas ao contexto português, sendo exemplo disso os países europeus como a Inglaterra e a Dinamarca que apresentaram resultados similares após dois anos de reintegração da criança ou jovem na sua família (Dearden, Gilbert, Grath-Lone, Harron, & Nasim, 2017; Kristensen, Mortensen, Petersen, & Ubbesen, 2012).

Quando falamos da possibilidade de uma criança ou de um jovem retornar ao seu contexto familiar, estamos a acreditar na transformação da família, no desejo de mudança, na capacitação para a identificação dos fatores que originaram o acolhimento, na responsabilização e no direito que os pais têm de tentar efetuar as mudanças necessárias para assegurarem as condições básicas ao desenvolvimento integral dos seus filhos (Balsells, Mateos, Urrea, & Vaquero, 2018). A celeridade do processo reflete a necessidade de um plano de intervenção individualizado em conjunto com todos os elementos envolvidos, onde estejam elencados os objetivos a atingir, as estratégias que visam o seu cumprimento, os cronogramas, a responsabilidade de cada um dos elementos, o seu envolvimento sistemático, a avaliação contínua e a verificação de ajustes considerados necessários e que permitam a concretização do mesmo no prazo assinalado. Compete à equipa técnica trabalhar continuamente as etapas necessárias para que a reintegração familiar ocorra conforme planeado (Gomes, 2010).

Desta forma, torna-se pertinente mencionar o estudo exploratório de Almeida e Arizmendi (2019), cuja amostra constituída por 27 profissionais permitiu reconhecer diferentes perceções sobre as necessidades, procedimentos, práticas e atitudes relativas

ao trabalho desenvolvido no âmbito dos processos de reintegração familiar. Segundo os autores, o plano de intervenção deve ter em conta quatro fases, sendo estas: a comunicação e aceitação da medida (fase 1); as visitas e contactos (fase 2); a preparação para a reintegração (fase 3); e por fim o acompanhamento após a saída (fase 4). No que diz respeito à primeira fase, os resultados apontam para um maior empenho por parte dos profissionais no trabalho e adaptação da criança ao meio institucional, em comparação aos progenitores. Este resultado pode variar consoante a idade do menor. Ainda nesta fase, os profissionais, especialmente os técnicos, referem que as famílias não demonstram uma visão totalmente realista sobre as necessidades presentes no seu próprio contexto familiar e da sua importância para o bem-estar da criança, o que pode suscitar comportamentos de resistência face à colocação do menor numa instituição. Diversos estudos partilham da mesma opinião uma vez que, não raras vezes, a família atribui a responsabilidade do acolhimento apenas a fatores ambientais, como a presença de recursos económicos precários e a falta de condições na habitação (Amorós et al., 2014). Para promover a consciencialização sobre os reais motivos que originaram a medida de AR, importa o estabelecimento de relações colaborativas entre os profissionais e a família, elaborar um plano de intervenção especializado e identificar as responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo (Del Valle & Zurita, 2007; Rivero, 2013).

Sobre a segunda fase, os autores assumem a importância das visitas das famílias para o bem-estar da criança, promovendo o seu sentido de responsabilidade face à mesma. Esta ponderação parece ir ao encontro da literatura que alude para os benefícios destes encontros, especialmente por reforçar a vinculação entre os menores e as suas famílias, minorando a sensação de separação e abandono (Austin, Carnochan, & Lee, 2013; Bravo, Del Valle, López, & Montserrat, 2013). No entanto, dado ao seu efeito ambíguo e até paradoxal no estado emocional da criança, o envolvimento dos pais nos processos nem sempre é identificado como algo positivo, podendo até dificultar a intervenção junto da mesma (Almeida & Arizmendi, 2019).

Na terceira fase, por representar o momento que antecede a saída definitiva da criança da instituição, torna-se proeminente que as mudanças em contexto familiar se tornem consistentes. Segundo os autores, nesta fase a família demonstrou uma maior receptividade às indicações dos profissionais da instituição. A título de exemplo pauta-se o aumento da frequência e tempo das visitas ao agregado familiar e a inclusão dos progenitores nas rotinas escolares e médicas da criança. Estes estímulos são considerados como as principais ferramentas assinaladas pelos profissionais ao desenvolvimento de

competências familiares. Também a literatura aponta para a pertinência destas práticas, uma vez que promovem sentimentos de responsabilização, união e reflexão sobre as mudanças realizadas, assim como todo o trabalho socioeducativo desenvolvido (Almeida & Arizmendi, 2017; Balsells et al., 2013). Por outro lado, os profissionais, sugerem alguns *handicaps* que podem dificultar o processo de reintegração como a acomodação dos pais à situação de acolhimento dos filhos, a manutenção das problemáticas familiares e a falta de articulação com diferentes entidades intervenientes nos processos de acolhimento (Almeida & Arizmendi, 2019).

Por fim, a fase que determina o regresso da criança ao seu meio familiar é identificada como um momento complexo onde ainda podem subsistir as dificuldades que originaram o acolhimento. De facto, para os participantes sobressai a necessidade de consolidar o trabalho realizado durante o tempo de intervenção e reconhecem que, num tom mais informal, continuam a manter o contacto com as crianças e jovens após o término da sua medida. Em contrapartida, o mesmo não acontece com os progenitores, considerando o seu envolvimento apenas se existir algum tipo de acompanhamento mais formal. Nesta etapa, os profissionais sublinham a motivação da família de não repetir situações que poderiam induzir na reentrada da criança no sistema de acolhimento. Ainda que, esta vontade possa ser influenciada negativamente pelo meio envolvente. Como tentativa de apoiar este processo, os profissionais mencionam a tentativa de promover o acesso das famílias aos recursos comunitários escolares e de saúde, acreditando que os serviços externos possam interceder no contexto onde se inserem. Contudo, apesar da sua relevância para o sucesso deste projeto de vida, aparece pouco referida salvo como recurso para compensar défices que se verifiquem na família aquando a saída do menor (Almeida & Arizmendi, 2019). Também a literatura considera a importância de serem criadas oportunidades para a família estabelecer relações comunitárias no sentido de reforçar a sua rede de apoio social e sentimentos de pertença (Alonso & Menéndez, 2014).

Em conformidade com as quatro fases supracitadas, Almeida e Ferreira (2017) orientaram uma investigação nas Casas de Acolhimento Residencial nos distritos de Aveiro, Porto e Viseu, tendo como objetivo o estudo dos processos socioeducativos que sustentam o processo de reintegração familiar. Para isso, contaram com a participação de 91 profissionais das equipas técnicas presentes em cada instituição. Genericamente, os autores constataram que existe um maior enfoque no âmbito de intervenção por parte dos profissionais durante o percurso de acolhimento da criança e do jovem, ainda que seja possível assinalar indicadores de envolvimento de alguns profissionais nas fases que

sucedem a medida de AR. Este resultado vai ao encontro das orientações legislativas portuguesas que remetem para a importância de uma integração, minuciosamente, planeada das crianças e jovens nas Casas de Acolhimento, atendendo ao papel significativo da família em todo o processo.

Segundo os autores, foi clara a presença de fatores de proteção e de risco durante todo o processo de intervenção. Se, por um lado, na primeira fase, se assinala a aproximação dos profissionais à família com o propósito de estabelecer uma relação de confiança e fomentar a sua participação nas rotinas das crianças e jovens na instituição, por outro, o papel designado às famílias no desenho do Plano Socioeducativo Individualizado (PSEI) ainda não é uma prática corrente, descurando os processos essenciais ao envolvimento da família e à adaptação da criança e do jovem ao contexto institucional (Martín, Rodríguez, & Torbay, 2008). Com as pontuações mais elevadas do estudo, a segunda fase do processo demonstrou um visível envolvimento e promoção de um trabalho socioeducativo com as famílias, reforçando a importância atribuída às visitas como um momento privilegiado de intervenção. Relativamente à terceira fase, privilegiaram-se as metodologias de trabalho individual, não sendo observadas práticas interventivas que fomentassem a capacitação e a resiliência nas famílias. Importa considerar este vazio metodológico no sentido que, de acordo com a literatura, estas práticas se constituem como importantes estratégias e recursos socioeducativos ao empoderamento, capacitação e promoção da autoestima das famílias (Lietz & Strength, 2011). Para finalizar, a quarta fase reuniu os valores mais díspares do estudo. De acordo com os autores, estes resultados podem estar relacionados com a intervenção dos profissionais de outras entidades que, no momento do término da medida de acolhimento das crianças e dos jovens, assumiram a responsabilidade legal do acompanhamento das famílias (Almeida & Ferreira, 2017).

Podemos então considerar que, a reintegração familiar, pressupõe um momento particularmente exigente para todos os intervenientes no processo. Assim, na ausência de um acompanhamento devido, a criança ou o jovem e algumas vezes também a família, podem idealizar o regresso a casa de forma errónea, acreditando que as dificuldades que originaram o AR deixaram de existir. Isto porque, muitas vezes, a família mantém condições de precaridade e vulnerabilidade (Gomes, 2010). Neste sentido, o acompanhamento após a saída da criança ou do jovem do sistema de AR constitui-se um fator de prevenção, uma vez que previne a sua reentrada no sistema (Montserrat, 2014).

4.2. Autonomia de vida

Se a criança desconhecia o seu destino quando entrou no contexto institucional, ainda mais desconhece o seu destino após terminar o seu percurso de acolhimento (Martinez & Soares-Silva, 2008). Para Gaspar (2014) o momento da saída da Instituição é assinalado por quase todos os jovens como marcante e angustiante, dado o receio de falhar e à impreparação que não sendo admitida, é sentida. Estes sentimentos compreendem-se tendo em conta os seus percursos de vida ditados por situações de negligência, abusos e maus-tratos (Pereira & Santos, 2017). Sublinhe-se que, em 2018 515 jovens transitaram para a vida autónoma (ISSIP, 2019).

Normalmente, o conceito de autonomia é incitado quando falamos da adolescência, sendo esta uma fase de desenvolvimento físico e psicológico reconhecido pela emancipação e independência pessoal, fazendo-se acompanhar por diferentes mudanças. Não sendo um conceito linear e específico, a autonomia assume uma construção multidimensional, tanto a nível dos seus conteúdos como ao ritmo da evolução de cada uma das suas dimensões (Velo, 2014). O desenvolvimento da autonomia nos adolescentes trata-se de um processo dinâmico que integra não apenas as mudanças biológicas próprias da maturação, mas também noções relacionadas com a qualidade da relação com os cuidadores. Assim, o suporte e incentivo à autorregulação, fomentado pela proximidade entre ambas as partes, vai resultar numa maior capacidade do jovem em regular o seu comportamento durante a adolescência e no período inicial da vida adulta (Calheiros et al., 2015). Contudo, as famílias da maioria dos jovens institucionalizados não se assumem como modelos de apoio adequados durante este processo, ficando a cargo dos profissionais da instituição assegurar este papel (Gomes, 2010).

A equipa técnica e, em particular, os educadores que lidam com as crianças e com os jovens em contexto de AR assumem, deste modo, um papel potencialmente decisivo no decurso de toda a intervenção, na medida em que se tornam, maioritariamente das vezes, as principais figuras de referência dos jovens adultos. Para além de incentivarem a capacidade dos jovens em desenvolver relações de qualidade com os adultos, o papel dos técnicos e dos educadores passa também por influenciar outras áreas do foro psicossocial, com vista a promover a sua integração social atual e futura (Calheiros et al., 2015). Na sua investigação centrada nas transições dos jovens adultos que viveram durante um período extenso em instituições e que atualmente se encontram autonomizados, Alcoforado, Gaspar e Santos (2015) verificaram uma apreciação perfeitamente antagónica pelos participantes no que diz respeito ao relacionamento com

os adultos da instituição. Para muitos, na generalidade dos cuidadores existia pouca vocação e empenho nas tarefas realizadas. Contudo, os jovens caracterizam alguns adultos como as suas principais figuras de referência, mostrando gratidão pelo apoio e acompanhamento facultado.

Gomes (2010) identifica dez princípios basilares para a promoção de um AR de qualidade, baseado numa teoria desenvolvida pelos autores Del Valle e Fuertes (2000). Por sua vez, um desses princípios assenta na preparação da autonomia, visando o treino de competências que permitam ao jovem fazer aquisições potenciadoras para atingir nos vários patamares de desenvolvimento, competências e comportamentos que o conduzam a uma autonomia plena. A preparação para a vida autónoma passa pela elaboração de planos de intervenção estruturados e individualizados que sustentem a promoção de competências pessoais e sociais, pelo estabelecimento de relações de qualidade com adultos de referência, na construção de planos de intervenção que fomentem a autoestima e a autoconfiança, no envolvimento das crianças e jovens no seu projeto de vida tendo em conta a sua idade e capacidade, no desenvolvimento do sentido de pertença e na construção identitária, no envolvimento da família caso esta não se apresente nefasta ao processo de autonomia, na articulação com entidades presentes na comunidade de forma a promover uma base de apoio social, na orientação e apoio no sentido de garantir a prossecução das atividades educativas e na integração no setor profissional.

O modo de como esta transição é concluída com maior ou menor sucesso vai relacionar-se, em grande porção, com as oportunidades facultadas aos jovens durante o processo de acolhimento. Segundo a literatura, os jovens desenvolvem as suas competências de autonomia mediante um processo de individualização que integra três importantes dimensões: afetiva, cognitiva e funcional (Carvalho & Cruz, 2015; Reichert & Wagner, 2007). No que respeita à dimensão afetiva, a autonomia assenta numa vertente pessoal, onde o jovem se demonstra apto a definir os seus objetivos de vida, a assumir uma postura com base nos seus interesses e desejos e capacitado para pensar e refletir de forma independente. Por outro lado, deve ter em conta as repercussões emocionais que os comportamentos autónomos podem desencadear (Gomes, 2010). Na dimensão cognitiva, a autonomia consiste na capacidade que o jovem tem de fazer as suas próprias escolhas, estabelecer os seus próprios objetivos pessoais, tomar decisões informadas e planificar percursos e estratégias de ação com vista a atingir os objetivos traçados (Calheiros et al., 2015; Gomes, 2010). Na autonomia funcional, enquadram-se as competências essenciais para a vida em geral, especificamente ao nível da habitação,

gestão financeira, gestão de tempo, educação/ profissão e recursos comunitários (Gomes, 2010). Quanto à habitação, destaca-se a capacidade de encontrar um local de residência e fazer a sua gestão (e.g. higiene e limpeza, armazenamento de alimentos, confeção de refeições). Na gestão financeira e de orçamento pessoal revelam-se fundamentais as estratégias de poupança e planeamento a curto, médio e longo prazo. A gestão do tempo assume igualmente alguma importância, atribuindo aos jovens um sentido de responsabilidade no que concerne aos seus deveres e compromissos. A formação educacional e os aspetos profissionais são identificados como um recurso fundamental para a integração do jovem no mercado de trabalho. Por fim, a valorização dos meios comunitários por parte dos jovens pode constituir-se como uma ferramenta benéfica para a sua integração social (Calheiros et al., 2015).

A preparação para a autonomia é, então, considerada um princípio basilar na intervenção em contexto institucional, fazendo parte das suas obrigações “potenciar e otimizar todo o seu processo de crescimento e individuação/autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social” (Gomes, 2010, p.105). Por sua vez, a sua concretização revela-se ainda mais necessária se atendermos ao atual contexto da sociedade juvenil portuguesa. Isto porque, os jovens institucionalizados confrontam-se com uma transição para a vida autónoma mais precocemente do que a maioria dos seus pares, muitas vezes sem adquirir a maturidade e as condições necessárias (Daining & DePanfilies, 2007). Distanciados dos cuidados da instituição, os jovens enfrentam desafios adicionais comparativamente aos jovens que crescem num ambiente familiar consistente e duradouro. Neste sentido, a maioridade é percecionada pelos primeiros como uma transição para a vida adulta de forma distinta, sem uma família ou parentes próximos que possam apoiá-los em momentos de necessidade e dificuldade (Häggman-Laitila, Karki, & Saloekkilä, 2018).

Em Portugal, destacamos como projetos de desenvolvimento de autonomia, em contexto institucional, o programa de desenvolvimento de competências para a Vida/Projet'Ar-te (Lopes et al., 2016) e o programa de Residências e Apoio à Integração de Adolescentes (RAIA) da Casa Pia de Lisboa (Calheiros et al., 2015). Cabe referir, que quase todos os programas existentes assentam no programa *Umbrella* (Del Valle & Quintanal, 2006, cit. in Lourenço, 2014).

O programa *Umbrella* consiste num importante instrumento para trabalhar o processo de autonomia dos jovens, durante a sua permanência na instituição. Esta proposta de intervenção visa o desenvolvimento de competências necessária à vida diária,

o apoio no processo de formação profissional e na entrada no mercado de trabalho, o acompanhamento durante a transição da instituição para a vida independente, o aumento da satisfação das necessidades básicas e na qualidade de vida, assim como incrementar a confiança nos recursos sociais e pessoais. Por sua vez, abrange diferentes tipos de tarefas, exercícios e temas a desenvolver nas várias dimensões da vida adulta como o autoconhecimento, a gestão doméstica, a gestão financeira, a formação educacional e por fim a rede social de apoio (Gomes, 2010).

Com a finalidade de promover a autonomia de jovens em AR, a Casa do Canto CrescerSer conduziu um Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida/Projet'Ar-te (projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Crianças e Jovens em Risco, Jovens em Acolhimento Institucional, 2012-2015) que consistia na promoção da regulação emocional e de competências pessoais e sociais. Por outras palavras, o projeto procurava potenciar os ganhos da intervenção de proteção e promoção durante a medida de acolhimento de modo a assegurar uma saída segura, assim como facilitar a integração das jovens na sociedade. Para estudar a eficácia deste programa, Lopes et al. (2016) realizaram um estudo com 39 participantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos, e uma avaliação estandardizada pré e pós intervenção. Os resultados do estudo refletem uma melhoria geral na aquisição de competências pessoais e sociais das jovens, evidenciando as vantagens da execução de programas direcionados às suas necessidades e ao papel fundamental que a instituição representa em todo o processo. A respeito dos resultados de pré e pós intervenção, os autores verificaram que o aumento de competências de autonomia e da autoestima estiveram maioritariamente presentes na mudança individual de cada jovem, contribuindo positivamente para os diferentes sistemas que o envolvem (familiar, escolar/laboral, saúde e comunitário). A intervenção demonstrou-se também eficaz no desenvolvimento de competências autónomas (gestão financeira, escolar e habitacional), sugerindo um aumento significativo ao nível da autonomia. Sobre os indicadores de desempenho, as participantes demonstraram um nível satisfatório de aprendizagem e transferência da mesma, indicando que as ações foram úteis e ampliadas a outras áreas de vida. Importa referir que, para além dos indicadores acima descritos, a melhoria clínica indicada através do Índice de Mudança Fiável alusiva aos indicadores de psicopatologia geral, problemas de externalização e internalização determina a eficácia deste programa no bem-estar e ajustamento social das jovens (Lopes et al., 2016).

Segundo a legislação vigente em contexto nacional, existem atualmente duas respostas específicas que visam apoiar o processo de autonomização dos jovens: o apoio para a autonomia de vida, que consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos (ou inferior a esta quando se verifique que a situação aconselha a aplicação desta medida) apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, com o objetivo de proporcionar à criança ou ao jovem condições que lhe permita, adquirir autonomia de vida (art.45º/1 da Lei nº 147/99); e a integração do jovem num apartamento de autonomia (art.50º/c da Lei nº 147/99). Segundo Gomes (2010) o apartamento de autonomia trata-se de uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou apartamento inserido na comunidade local, destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens, cujo suporte familiar se revela escasso ou mesmo inexistente. No entanto, a integração do jovem nesta estrutura física e autónoma só se torna possível caso estejam presentes os fatores necessários como a motivação e capacidade cognitiva e emocional que permita a rentabilização correta deste espaço, bem como a integração do jovem em estruturas de ensino/formação profissional que não lhe permita ser autossuficiente.

Reconhecendo a importância desta medida, destacamos um outro programa de preparação para a vida independente dirigido a jovens acolhidos em instituições de acolhimento prolongado – o projeto RAIA da Casa Pia de Lisboa. O mesmo desenvolve-se em apartamentos integrados na comunidade e visa criar uma resposta de apoio flexível que facilite a integração social de adolescentes com um percurso prolongado em regime de AR, assim como fomentar resultados que viabilizem a promoção da qualidade das respostas sociais para esta população. Por outras palavras, o programa constitui-se como “promotor de uma transição para o exercício da cidadania e, simultaneamente, como um apoio seguro na construção e implementação de um projeto de vida autónomo” (Calheiros et al., 2015, p.257). Assim, para que o objetivo da intervenção seja alcançado importa, uma vez mais, referir o papel crucial dos vários elementos que constituem a equipa técnica. Na qualidade de profissionais, constituem-se proactivamente como agentes que estimulam, apoiam e regulam o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos adolescentes que fazem a transição para a vida adulta (Calheiros et al., 2015).

De acordo com Gomes (2010) a permanência dos jovens em apartamento de autonomia supõe um trabalho progressivo de autonomização, o que implica a capacitação para as novas responsabilidades que vão assumir. Num primeiro momento, o trabalho passa pela integração do jovem no apartamento, na adaptação às novas rotinas, responsabilidades e relacionamento com os pares com quem vão partilhar o espaço e as

tarefas do quotidiano. A fase seguinte consiste na consolidação das competências pessoais, sociais, educativas e profissionais que foram apreendidas ao longo de todo o processo de crescimento e que irão permitir ao jovem contruir o seu processo de autonomia de forma sustentada. Por fim, o terceiro momento visa preparar a saída do jovem do apartamento e a sua subsequente integração na sociedade. Esta fase requer a elaboração de um plano de saída, no qual estarão elencadas as condições essenciais para que o mesmo se faça cumprir com sucesso. Não obstante, importa também assegurar um apoio sistemático ao jovem, pois a sua autonomização representa um marco determinante na sua vida presente e futura.

Entre os vários desafios que os jovens enfrentam após abandonarem a instituição, o bem-estar económico sobressai como uma das dimensões mais importantes (Cloninger, 2004). Posto isto, os autores Davis, Hipps e Trejo-Castillo (2015) desenvolveram um estudo nos Estados Unidos que permitiu analisar a relação entre o bem-estar económico e a experiência de vida autónoma de jovens que, em alguma fase da sua vida, estiveram institucionalizados. Como principais resultados, os autores revelam a necessidade de existir competências de gestão financeira e de gestão habitacional para garantir uma transição bem-sucedida para a vida independente. Esta ilação foi ainda reforçada após o debate sobre a importância do bem-estar económico em situações reais do dia-a-dia dos jovens, como a supressão das necessidades básicas, a possibilidade de viverem por conta própria, o planeamento de metas educacionais e profissionais, entre outras. Além das experiências supramencionadas, os jovens associaram diferentes domínios ao bem-estar económico, tais como o apoio emocional, conexões permanentes, orientação, modelagem positiva de papéis e o trabalho em rede. Em síntese, o presente estudo fornece uma panorâmica sobre os vários domínios inerentes a uma transição bem-sucedida para a vida autónoma como a necessidade de um apoio para o bem-estar económico e o desenvolvimento de competências fundamentais para o confronto de obstáculos que possam surgir após abandonaram o sistema de acolhimento.

Neste âmbito, faz-se ainda referência ao estudo de Ingold, Liabo, McKenna e Roberts (2017) no Reino Unido, que visou explorar a experiência pessoal dos jovens durante o seu envolvimento com os serviços de saúde e de assistência social durante a sua transição para a vida autónoma. Para tal, contaram com a participação de 24 jovens e 11 profissionais, permitindo o levantamento de narrativas sobre as transições ocorridas adequadamente, assim como o que poderia ser melhorado. De acordo com Winter (2006) às crianças e jovens deve ser cedido o direito da proteção e da participação, sendo

necessário salvaguardar um equilíbrio entre ambas, de forma a coexistirem na sua plenitude. O mesmo se torna particularmente evidente durante a transição dos jovens, isto porque na ausência de uma preparação prévia e na inviabilidade de participarem gradualmente nas decisões no que confere aos cuidados de saúde e de assistência social, não se tornarão aptos a tomar decisões responsáveis pelas suas vidas após atingirem a maioridade. Assim, como últimas ponderações, os autores constataram que as narrativas foram ao encontro da literatura, sendo que os participantes descreveram positivamente as etapas fundamentais para uma transição adequada: preparação, transferência e a acomodação. Por outro lado, sugerem que para a obtenção de uma transição plena, pode não ser necessária a adição de novos serviços, mas sim mais oportunidades de moradia, coordenação de serviços e apoio pessoal durante a fase de transição e o reconhecimento da centralidade dos jovens na participação ativa durante todo o processo. Segundo os autores, há nitidamente abertura para aumentar as competências na tomada de decisão das crianças e jovens, desde muito cedo na sua vida, permitindo uma preparação consistente para as adversidades presentes no mundo (Ingold, et al., 2017).

Um estudo desenvolvido por Georgiades (2005) na Flórida evidenciou que na ausência de programas de preparação para a vida autónoma, os jovens tendem a depender de apoio financeiro público após cessarem a sua medida de AR. Em oposição, os jovens que tiveram acesso a este tipo de programa, assumem a sua relevância e eficácia no desenvolvimento de competências essenciais à vida independente como a gestão financeira, na procura de trabalho, de habitação e no suporte afetivo. O autor aponta para a importância do acesso a recursos que possam apoiar a autonomização dos jovens, sendo por isso fulcral o desenvolvimento de redes formais e informais de apoio.

A investigadora americana Collins (2004) refere no seu estudo que os jovens que abandonam as unidades de acolhimento institucional são uma população propensa a maus resultados no decorrer da sua vida adulta e para alguns jovens, que apresentam múltiplas vulnerabilidades, a plena autossuficiência pode consistir-se numa meta utópica. À semelhança do estudo anterior, os jovens que receberam treino de competências para a vida autónoma obtiveram melhores resultados para viver de forma independente comparativamente aos jovens que não usufruírem deste tipo de apoio.

5. Metodologia

Nos capítulos anteriores procedeu-se ao enquadramento teórico que sustentou a formulação do objetivo do presente estudo. De acordo com Côté, Filion e Fortin (2009) a

fundamentação do problema de investigação é considerada a primeira fase do processo de investigação, na qual se evidencia o domínio de interesse ou preocupação a ser investigado. Para determinar claramente a questão de investigação é necessária uma revisão sistemática da literatura de modo a conhecer o estado atual dos conhecimentos sobre o assunto, as principais teorias e modelos existentes no domínio.

Por sua vez, nesta parte do trabalho pretendemos clarificar os pressupostos metodológicos que orientaram o processo de pesquisa, identificar os instrumentos de recolha de informação e explicar os respetivos procedimentos que serviram como base e fio condutor para a posterior análise e conclusões. Desta forma pretende-se, através dos dados pesquisados, segundo o método adotado e em articulação ao referencial teórico, tecer considerações que nos permitam responder ao objetivo do presente estudo.

5.1. Abordagem do estudo

O presente estudo tem como objetivo compreender quais os fatores diferenciadores durante o percurso de acolhimento que tenham facilitado ou dificultado a transição das jovens para a vida autónoma, considerando os significados pessoais atribuídos às experiências durante todo o processo institucional e em contexto de vida independente.

No âmbito desta investigação, foi utilizada uma metodologia qualitativa. Este método visa a compreensão de fenómenos específicos em meio onde as interações se revelam naturalmente na ausência de enviesamentos de variáveis, permitindo uma profunda análise do real significado das palavras e comportamentos dos participantes em diferentes situações (Côté, Fortin, & Fillion, 2009). Segundo Vilelas (2017) os estudos qualitativos defendem a presença de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser representado por números. A preferência por esta modalidade de investigação relaciona-se também com a possibilidade de conferir poder aos indivíduos para compartilharem as suas histórias, ouvir as suas vozes e, conseqüentemente, minorar as relações rígidas que, frequentemente, existem entre o investigador e os participantes (Creswell, 2014).

Em forma de complementaridade, neste estudo foram conduzidos dois estudos de caso instrumentais, dada a sua natureza descritiva e exploratória que viabiliza a compreensão das perceções e significados inerentes ao processo de acolhimento por parte dos participantes (Stake, 1995, cit. in Creswell, 2014). O estudo de caso visa compreender não apenas os jovens em específico, mas a sua rede social pessoal e a influência por esta

exercida (Stake, 2016). Quanto à sua profundidade ou natureza, encontram-se epistemologicamente em harmonia com a experiência daqueles que nele estão envolvidos e, portanto, para essas pessoas servem como base natural para uma generalização. Isto é especialmente importante no âmbito das ciências sociais onde os estudos se fundamentam na relação entre a profundidade e o tipo de experiência vivida, no significado da experiência e na sua compreensão (Vilelas, 2017).

A pertinência da sua seleção teve em conta a escassez de informação relativamente ao fenómeno considerado. De salientar que os estudos de caso não pretendem representar uma população ou uma amostra, mas sim contribuir para o conhecimento sobre um determinado assunto ou para o aprofundamento de uma teoria em particular (Boehs & Maffezzlli, 2008). De facto, o estudo de caso permite o preenchimento de dois critérios: aumentar o conhecimento quanto aos indivíduos e formular hipóteses a este propósito (Côte, Filion, & Fortin, 2009).

5.2.Participantes

A investigação com estudos de caso não representa uma investigação por amostragem uma vez que a sua escolha consistiu na premissa de compreender estes casos especificamente (Stake, 2016). Deste modo, e tendo em conta os objetivos delineados, participaram na presente investigação duas jovens com medidas de acolhimento concluídas e com percursos de autonomia de vida a decorrer, assim como uma técnica responsável por todo o percurso de acolhimento de ambas. Cabe referir que, embora o objetivo inicial do estudo consistisse igualmente na recolha de dados de crianças e jovens que ao concluírem a sua medida de acolhimento se encontrassem em projetos de vida ditados por reintegração familiar deparamo-nos com a dificuldade de a instituição não agilizar o contato com as famílias dos menores, constituindo-se como a maior limitação do nosso estudo.

Por se considerar importante definir aquilo que seria pretendido de cada entrevistado, foi atribuído a cada participante um papel específico que determinava a importância da sua opinião no presente estudo. Assim, à técnica foi concedido o papel preponderante na análise sobre o percurso de vida das jovens tendo em conta o seu acompanhamento direto e continuado durante a fase do AR. Com base no seu relato foi possível perceber de que forma o processo de autonomização, levado a cabo pela instituição, permitiu desenvolver as competências de autonomia nas jovens, assim como analisar a sua perceção relativamente às possíveis melhorias a realizar para colmatar as

dificuldades identificadas em cada caso. Por outro lado, às jovens concede-se a possibilidade de, em primeira instância, partilharem o positivo e o negativo de um sistema do qual fizeram parte, atribuindo-lhes a exclusividade de partilharem a realidade de viver numa instituição e de como esta medida influenciou a sua integração na sociedade. Numa segunda instância, procurou-se criar espaço para a partilha de sentimentos e emoções experienciados no momento da saída e após ingressarem num percurso de vida autónomo, pautado por aspetos positivos e por obstáculos difíceis de contornar na ausência de apoios específicos. Cabe de seguida apresentar uma breve descrição de cada participante mediante as informações recolhidas através do questionário sociodemográfico.

Relativamente ao caso A, a jovem é do sexo feminino e tem 23 anos. Foi acolhida em CAT aos 14 anos, transitando posteriormente para o LIJ. Não apresenta percursos de acolhimento prévios. Na origem do acolhimento esteve a relação conflituosa com a mãe e comportamentos de risco perpetuados pela jovem tais como fugas de casa por períodos indeterminados, absentismo escolar e falta de supervisão por parte da cuidadora formal. O seu agregado familiar era composto por si, pela mãe biológica e pelo irmão menor, sendo também este acolhido numa instituição de acolhimento. A figura paterna é desconhecida pela jovem. Durante o percurso de acolhimento, a jovem manteve uma relação pontual com a família. No que concerne ao processo de integração na instituição, a jovem inicialmente continuou a manifestar comportamentos de risco de uma forma persistente. Estes comportamentos foram reduzindo à medida do tempo, até ao momento que findaram por completo. O seu projeto de vida teve em vista a autonomização dada a impossibilidade em integrar a jovem no contexto familiar de origem. O seu percurso na instituição terminou quando fez 22 anos. Apresenta como escolaridade o curso profissional em turismo, e trabalha atualmente em contexto de hotelaria.

Quanto ao caso B, a jovem tem 23 anos e é do género feminino. A primeira experiência de acolhimento aconteceu quando fez 4 anos, juntamente com os seus três irmãos, embora não seja possível determinar a sua duração. Foi novamente acolhida em CAT aos 15 anos, transitando posteriormente para o LIJ. A origem do primeiro acolhimento é desconhecida, apenas sendo relacionada pela jovem com o divórcio dos pais. Por outro lado, a segunda medida de promoção e proteção teve como motivo uma situação de abuso sexual por parte de um familiar, embora a jovem mencione apenas a relação conflituosa com a mãe. Previamente a integrar novamente numa medida de acolhimento, a jovem residia apenas com o pai. Durante o seu percurso de acolhimento a jovem manteve um grande distanciamento da família, havendo apenas contatos pontuais

entre ambos. No que concerne ao processo de integração na instituição, não houve referência a complicações ou ao incumprimento de regras de forma regular. Apesar da dificuldade em reviver novamente uma experiência de acolhimento, a jovem demonstrou preferência pela realidade comparativamente ao contexto familiar. O seu projeto de vida teve em vista a autonomização dada a ausência de uma rede de suporte familiar. O seu percurso na instituição terminou quando fez 21 anos. Frequenta o ensino secundário em horário pós-laboral e desempenha funções como auxiliar de Ação Educativa. Por outro lado, a jovem conta ainda com uma formação no âmbito da Restauração e com atividades de voluntariado junto a crianças.

A técnica responsável pelos processos das jovens tem 43 anos e desempenha funções como Assistente Social e Diretora Técnica na instituição, na qual foi efetuada o estudo, há quatro anos. Como outras experiências profissionais, refere que trabalhou como Assistente Social num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental junto a adolescentes com comportamentos de risco.

A missão da instituição, na qual foi realizada a investigação, consiste no estudo interdisciplinar das situações de risco de crianças e jovens, assim como as suas famílias de origem, procurando promover e dinamizar e organizar respostas adequadas para fazer face às mesmas. Em simultâneo, procura minorar o risco social na qual as jovens se encontram. No momento da recolha de dados, a instituição albergava 24 crianças e jovens em risco. Entre estas, 13 casos tinham como projeto de vida a medida de reintegração familiar e 11 casos tinham como projeto de vida a medida de autonomização.

5.3.Métodos de recolha de dados

Na perspetiva de Vilelas (2017), o instrumento sumariza em si todo o trabalho realizado previamente à investigação, sendo através de uma adequada construção dos instrumentos de recolha de dados que o estudo alcança a necessária analogia entre a teoria e os factos reais. Deste modo, para o presente estudo foram construídos e utilizados dois guiões de entrevista semiestruturada, assim como dois questionários sociodemográficos diferentes. O primeiro guião de entrevista contou com 11 questões e foi administrado à técnica responsável pelas jovens durante a medida de AR (Anexo A). Na medida em que o segundo, com 18 questões, foi aplicado junto às duas jovens ex-residentes da instituição de acolhimento (Anexo B). Subjacente a ambos, foi considerada uma ordem temporal que abrangesse os três momentos que definiram o percurso de vida das jovens, notadamente: o pré-acolhimento, o acolhimento residencial e o pós-acolhimento.

No primeiro bloco temporal pretendeu-se exclusivamente conhecer as diferentes percepções sobre os motivos que conduziram à medida de AR. No segundo, foram exploradas diferentes dimensões inerentes ao percurso de acolhimento de cada jovem, sendo estas: a percepção sobre o contexto institucional; c) os episódios mais significativos da medida de acolhimento residencial; d) a relação com a família de origem; e) a relação com a equipa técnica; f) as principais perdas sentidas; g) as principais aprendizagens; h) os motivos que originaram na definição do projeto de vida i) o papel desempenhado pelos diferentes intervenientes durante a definição e concretização do projeto de vida, e; f) o trabalho realizado previamente à transição e sua avaliação.

No terceiro e último momento, procurou-se avaliar de que forma o trabalho desenvolvido durante a medida de acolhimento facilitou ou condicionou a transição das jovens para a vida autónoma. Para esse efeito, foram exploradas as seguintes dimensões: a) a experiência emocional durante a transição; b) os acontecimentos de vida relevantes; d) as principais competências e dificuldades; e) a experiência emocional no que respeita à vida autónoma; f) o apoio facultado pelas entidades profissionais, e; g) os projetos/metapas de vida para o futuro.

Relativamente aos questionários sociodemográficos, foi aplicado junto à técnica um exemplar, dividido em quatro partes (Anexo C). Na primeira, pretendia-se recolher informação sobre os dados pessoais como a idade, género, nacionalidade e naturalidade. Na segunda parte, foi intenção do investigador conhecer qual a formação académica, a área de especialização e as formações realizadas neste âmbito, os anos de trabalho na instituição, as tarefas desempenhadas em contexto institucional e outras experiências profissionais (se aplicável). Seguidamente, foram colocadas questões sobre a instituição de modo a aferir o número de crianças que, à data da aplicação do instrumento, se encontravam em AR, em medida de reintegração familiar e em medida de autonomia de vida. Por último, procedeu-se a questões genéricas relativamente às jovens selecionadas para o estudo, tais como: a idade quando integraram no sistema de acolhimento, o motivo que conduziu ao acolhimento, a duração de cada medida, outras experiências de AR (se aplicável), o projeto de vida de cada jovem e qual a idade de cada jovem aquando o término da sua medida de acolhimento.

Em semelhança ao descrito previamente, também o questionário sociodemográfico direcionado às jovens foi dividido em quatro grupos (Anexo D). Na primeira parte foram recolhidos dados pessoais como a idade, o género, a nacionalidade e naturalidade. Seguidamente procurou-se conhecer a formação escolar e profissional, mais

especificamente o nível de escolaridade obtido, o curso ou formação realizada e a situação laboral vigente (caso aplicável). Na terceira parte foi apenas questionado qual o agregado familiar atual das jovens, isto porque seria interessante perceber se tinham efetivamente conseguido alcançar uma autonomia plena, decidido coabitar com outras pessoas ou, em contrapartida, teriam regressado ao seu contexto familiar de origem. Para terminar, foi explorada a existência de apoios após o término da medida de AR.

5.4.Validade

Tratando-se de uma abordagem qualitativa, as entrevistas construídas para a investigação precisaram de ser validadas. A sua validação tinha como propósito perceber se os objetivos do estudo eram compreendidos pelos participantes e, adequados ao tema proposto (Ollaik & Ziller, 2012; Creswell, 2014). Para tal, foi administrada uma entrevista piloto a uma jovem que apresentava os critérios de inclusão propostos na investigação, permitindo a testagem e a reavaliação das questões consoante a sua pertinência e grau de compreensão. Do mesmo modo, a revisão da entrevista aos técnicos contou com a ponderação e revisão de uma técnica em contexto de instituição de acolhimento.

5.5.Procedimentos de recolha e análise dos dados

Os procedimentos de qualquer investigação devem compreender, por parte do investigador, o levantamento de questões morais e éticas. A ética pode comprometer a prática do estudo como resultado das exigências morais que, por vezes, podem entrar em conflito com a precisão da investigação. Por sua vez, sendo uma ciência de ordem moral, determina a postura e o comportamento do investigador (Vilelas, 2017).

Para o desenvolvimento da investigação foi necessário num primeiro momento contactar e apresentar o estudo à direção da instituição através de uma carta de apresentação (Anexo E) a fim de agendar uma reunião para a apresentação do plano da investigação e obter a devida autorização para a recolha de dados. Depois de selecionadas as jovens na primeira reunião, estas tomaram conhecimento do estudo através da técnica da instituição responsável por orientar a investigação. Numa fase seguinte, foi agendado um encontro com a mesma onde se procedeu à análise dos processos das jovens. A este encontro assinalaram-se as datas possíveis para as participantes, sendo duas das entrevistas aplicadas em contexto da instituição, e a terceira entrevista realizada em ambiente menos formal, uma vez que uma jovem se encontrava, à data do estudo, a viver em outra cidade. Na fase que antecede a administração do instrumento, foi solicitado a

cada participante a leitura atenta e posterior assinatura do consentimento informado (Anexo F), assim como a autorização para o recurso ao registo áudio através de um gravador. Como consentimento informado subentende-se um instrumento que atribui representatividade aos sujeitos na qualidade se devem ou não participar na investigação. Compete, por isso, ao investigador assegurar a sua aplicação previamente a qualquer estudo, considerando como elementos basilares os objetivos da investigação, a descrição dos procedimentos a serem respeitados, a descrição das vantagens e de possíveis constrangimentos inerentes à participação no estudo, o princípio de confidencialidade e anonimato, assim como a possibilidade de desistência do estudo se assim pretendido (Vilelas, 2017).

No decurso das entrevistas foi cedido o tempo necessário às participantes para responderem às questões de forma ponderada. Por fim, agradeceu-se a colaboração e expressou-se verbalmente a importância da contribuição de cada uma das entrevistadas para o estudo. Para tratamento dos dados, foi selecionado o método da análise de conteúdo. Considerado o método mais frequente na investigação qualitativa, envolve um conjunto de técnicas interpretativas da comunicação, permitindo a realização de deduções lógicas e fundamentadas a respeito do conteúdo das mensagens. Através da sua componente heurística, este método permite enriquecer a pesquisa exploratória e, consequentemente promover a descoberta e validar hipóteses durante a análise das mensagens. Servindo ainda como teste de verificação das hipóteses apresentas sob a forma de questões ou de afirmações provisórias (Vilelas, 2017).

Para a sua operacionalização devem ser seguidas algumas regras basilares, por meio das quais se parte de uma literatura de primeiro plano. Por sua vez, o processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, promovido por este método de tratamento de dados, é organizado em três etapas fundamentais em conformidade com três polos cronológicos distintos. Neste sentido, a primeira etapa, denominada de pré-análise, representa o momento no qual são selecionados os documentos para análise (Anexo G a J) e onde são elencados os objetivos da investigação. A segunda etapa consiste na exploração do material, onde os dados brutos das entrevistas são codificados para uma melhor compreensão do núcleo do texto (Vilelas, 2017). Sendo que, por codificação se subentende um ato interpretativo usado para sumariar ou condensar informação sob a forma de um código, em função de fatores como as bases teóricas e conceptuais da investigação em curso, métodos de codificação utilizados e variáveis pessoais do investigador (Saldaña, 2009). Para concluir, a última fase traduz-se

no tratamento dos resultados obtidos e na sua interpretação, permitindo ao investigador realizar as suas próprias deduções atendendo ao quadro teórico e aos objetivos propostos (Vilelas, 2017).

Entre as diferentes técnicas desenvolvidas na análise de conteúdo, que atuam no sentido de promover o alcance e a compreensão dos significados manifestos e latentes no material da comunicação, foi selecionada no presente estudo a análise temática ou categorial (Vilelas, 2017). Desta forma, procedemos ao recorte e à codificação das unidades de registo de cada uma das entrevistas e à sua posterior categorização. Finalmente, procedeu-se à construção de uma tabela de categorização dos dados obtidos (Anexo L).

6. Apresentação dos Resultados

Os resultados obtidos resultantes da análise das entrevistas efetuadas seguindo o método qualitativo, foram ao encontro das três fases supramencionadas. Neste capítulo procurou-se apresentar e destacar nos relatos das jovens e da técnica os dados considerados, teoricamente relevantes, para o alcance dos objetivos propostos no estudo. Para tal, a análise de conteúdo categorial contou com a separação da informação por categorias, mediante uma ordem cronológica que envolve os três momentos que definiram o percurso de vida das jovens (pré-acolhimento, acolhimento residencial e pós-acolhimento).

6.1. Percurso Prévio ao Acolhimento Residencial

Como podemos verificar pelos relatos das participantes, a medida de AR das jovens ocorreu longe da sua área de residência, em resultado da ponderação e avaliação da situação de risco na qual se encontravam. Esta tomada de decisão aliada a outros elementos que, por um lado impossibilitaram a reintegração no seu contexto familiar de origem, por outro, viabilizaram a realização de um projeto de vida com vista a autonomização, como iremos mais à frente detalhar.

Embora a família seja considerada o ambiente natural de cada indivíduo, pode não estar apta a salvaguardar o bem-estar e a segurança dos mesmos, acabando por transferir essa responsabilidade às instituições de acolhimento. Neste sentido, na presente categoria procurou-se compreender as perceções das participantes sobre **os motivos que conduziram à sua medida de AR.**

Relativamente ao caso A, verificou-se uma consonância entre o discurso da jovem e da técnica. De forma sumária, os motivos apontados por ambas as participantes consistiram na relação conflituosa entre a jovem e a figura materna, *“foi mais a relação que eu tinha com a minha mãe”* (JA), o absentismo escolar, *“não ia à escola”* (TA), e os comportamentos de risco praticados pela jovem, *“assumia um conjunto de comportamentos de risco (...) incluindo também questões de fuga de casa”* (TA). Não obstante, foram ainda considerados como motivos os comportamentos negligentes praticados pela progenitora, especificamente no que consiste à ausência de supervisão e acompanhamento dos filhos, *“a minha mãe também não sabia de mim e depois isso desencadeou aqui uma situação onde acabamos por ser retirados (...)”* (JA). Em conformidade com esta análise é seguro deduzir que a jovem manifesta uma real consciência sobre os problemas pessoais e familiares que causaram a sua medida de acolhimento.

Foi ainda possível compreender que a situação da jovem foi sinalizada pela escola aos serviços competentes em matéria de infância e juventude: *“a minha professora, nessa altura, sabia que não tinha uma boa relação com a minha mãe e eu nunca faltava e depois deu o alerta a CPCJ”* (JA); *“identificados pela escola e pelos serviços de intervenção de primeira linha e que levaram ao acolhimento dela”* (TA).

Em contrapartida, destacou-se uma divergência de opiniões entre as participantes que compõem o caso B. Quando solicitámos à jovem que falasse sobre os motivos que estiveram na origem do seu AR, a mesma começa por referir dois processos de institucionalização ao longo do seu percurso de vida. Na sua perspetiva, a primeira experiência surgiu na sequência da separação dos pais, *“os meus pais discutiram, separaram-se, entretanto nós viemos para a instituição”*, enquanto a segunda resultou da relação conflituosa com a figura materna, *“as coisas na casa da minha mãe não estavam bem”*. Na entrevista, a técnica retrata apenas a segunda experiência institucional da jovem, apontando como motivos *“uma situação de abuso sexual por parte de um familiar e a falha de proteção da jovem pela família, “a família não tinha sido capaz de a proteger da situação abusiva”*.

Segundo a profissional, a situação de risco da jovem *“foi sinalizada às entidades competentes”* e marcou o início da sua medida de acolhimento. Apesar da ausência de informações sobre a origem da sinalização, foi possível perceber que a jovem inicialmente integrou numa resposta generalista na sua zona de residência, sendo posteriormente transferida para a Instituição na qual o estudo foi feito, dada a sua valência de resposta e

intervenção face a situações de abuso sexual. Posto esta análise, sugere-se duas hipóteses para a divergência de ambas as narrativas, notadamente: a) a jovem não se sente confortável em expor a verdadeira história familiar; b) ou, a jovem demonstra preferência por descrever um passado remoto durante a separação dos pais.

6.2.Percursos dos jovens durante o acolhimento residencial

A instituição representa o microssistema central das jovens em estudo. Por este motivo, para a concretização da investigação considerámos fundamental explorar os percursos de AR destas jovens, assim como os significados por si atribuídos ao longo da medida. Para tal, foram submetidas questões que permitiram às participantes refletir e partilhar as memórias mais significativas da sua passagem pela instituição. Este bloco temporal dividiu-se em doze categorias macros, respetivamente: **a avaliação do contexto institucional, episódios significativos da medida de acolhimento residencial, relação com a família de origem, relação com a equipa técnica, principais perdas sentidas, principais aprendizagens, definição do projeto de vida, papel desempenhado pelas jovens durante a definição e concretização do projeto de vida, envolvimento da família, envolvimento da equipa técnica, trabalho realizado previamente à transição e avaliação do trabalho desenvolvido.**

Avaliação do contexto institucional

No que respeita à avaliação do contexto institucional, foi possível aferir diferentes visões das participantes relativamente às dimensões que configuram a medida de AR, originando assim duas categorias de resposta: **perceção positiva sobre a instituição e perceção negativa sobre a instituição.**

Tabela 1.

Avaliação do Contexto Institucional

Dimensão	Categoria	Subcategoria
Avaliação do Contexto Institucional	Perceção positiva	Desenvolvimento de relações significativas (A, B, T) Confronto com histórias de vida similares (A) Distanciamento da zona de conforto (A) Possibilidade de conhecer novos contextos (A) Novas aprendizagens (B) Base de apoio (T) Ambiente familiar (B)

	Ambiente contentor e securizante (T) Permanência do contato após o término da medida (B) Ambiente padronizado orientado por regras e por consequências (T) Atividades desenvolvidas nas épocas festivas (T)
Percepção negativa	Distanciamento da família de origem (A) Novo processo de acolhimento residencial (B) Perda do contato com as jovens (T)

Da interpretação da Tabela 1, podemos verificar que as jovens optaram por enfatizar as dimensões do foro relacional e afetivo, assim como as oportunidades que surgiram após ingressarem na instituição. Assim, por A foram percebidos como aspetos positivos: a construção de relações significativas com “*várias pessoas não só educadores e doutoras como também miúdas*”, o confronto com “*histórias de vida, várias situações*” similares, o distanciamento da “*zona de conforto*” e a possibilidade de “*conhecer outros sítios*”. Por outro lado, aponta como aspeto negativo “*estar longe de casa, de alguns familiares*”.

Esta experiência de acolhimento foi genericamente recordada por B como uma fase positiva da sua vida pela possibilidade de desenvolver novas aprendizagens, pela presença de uma base de apoio e clima familiar presente na instituição (“*elas foram como uma família para mim*”), pelo desenvolvimento de relações significativas (“*fiz boas relações*”) e pela permanência do contacto com as figuras da instituição após o término da medida de acolhimento (“*continuo ainda a vir cá visitá-los*”). Simultaneamente, um outro aspeto positivo referido pela jovem vai ao encontro da sua nítida preferência pela instituição em relação ao seu contexto residencial de origem (“*em estar onde estava e estar numa instituição, preferi*”). Como aspeto negativo, aponta a dificuldade que sentiu ao reentrar pela segunda vez no sistema de AR (“*foi de ter vindo para cá*”).

Em alternativa, a técnica apresenta um relato mais abrangente, salientando como aspetos positivos a questão relacional e as componentes organizacionais que facilitam o bom funcionamento da instituição. Segundo a participante, a instituição representa uma fonte de apoio importante para a modelagem de comportamentos mediante as relações de proximidade e confiança que são estabelecidas entre as jovens e os cuidadores. Nesta sequência, também as relações que as jovens desenvolvem com “*as pessoas que vivem na casa com elas*” representam um fator benéfico no sentido em que “*acaba por ser muito estruturante para elas e consolidadoras da relação delas também com o exterior*”.

A participante caracteriza a instituição como um “*ambiente terapêutico*” na medida em que promove um quotidiano mais saudável e estruturado para as jovens que nele estão integradas. No que concerne à sua organização interna, a instituição conta com a presença de regras e rotinas que promovem o equilíbrio emocional e a adoção de comportamentos ajustados, através da implementação de “*consequências coerentes de acordo com o comportamento (...) e continuadas no tempo*”. O desenvolvimento de atividades nas épocas festivas também se destacou ao longo da entrevista como aspeto positivo, consistindo numa rotina da própria instituição que visa responder às “*necessidades e sugestões*” do grupo de crianças e jovens acolhidos. Como único aspeto negativo, a participante aponta “*o facto de passado algum tempo perder-se o contato com as miúdas*”, posteriormente ao término da medida de acolhimento.

Episódios significativos da medida de acolhimento residencial

Atendendo à análise dos dados, foi evidente que as participantes vivenciaram a experiência de acolhimento de maneira diferente. Por este motivo, a descrição dos **episódios mais significativos, quer positivos como negativos**, foi díspar de participante para participante.

O episódio positivo assinalado por A, correspondeu à presença de cuidadores atentos e disponíveis às suas necessidades, “*(...) preocupação da parte dos educadores de eu ir à escola e comigo mesma, se eu estava bem psicologicamente (...)*”. Como episódio negativo, destaca o distanciamento de amizades significativas, uma vez que a sua medida de acolhimento teve lugar numa localidade longe da sua zona de residência de origem, “*estar longe dos amigos, separarem-nos dos nossos amigos de infância, (...)*”.

Sobre o percurso institucional da mesma jovem, a técnica salienta como episódio positivo, mais marcante “*o facto de ter terminado o décimo segundo ano, apesar de algum esforço e insistência*”. Esta etapa da vida da jovem foi concluída com sucesso devido ao suporte e acompanhamento que beneficiou por parte da equipa técnica, assim como à sua ambição pessoal em ingressar no ensino superior. Para este fim, a equipa técnica recorreu ao pedido de extensão da medida de acolhimento “*à direção para assumir essa responsabilidade além da medida e de ela permanecer connosco para terminar*”. Em contrapartida, como episódio negativo assinala o retrocesso na gestão de horários e responsabilidades, considerando que a jovem descuidava o cumprimento do horário escolar em prol das questões relacionadas com a autoimagem (“*não saia de casa senão fosse lá no ponto que ela achava, nem que para isso a primeira aula não existisse*”). Esta

situação despertou a necessidade de ser retomado o trabalho com a jovem “*no centro de acolhimento*”, especificamente ao nível das competências de gestão de tempo e de responsabilidades.

Por outro lado, B percebeu como episódio positivo “*o bônus de ir para o apartamento de autonomia aos dezassete anos*”. A seu ver, a possibilidade de integrar na resposta de autonomia com esta idade derivou de um conjunto de comportamentos positivos, por si praticados, durante o processo de AR. Como episódio negativo, a jovem pautou um comportamento desviante no qual tentou “*acender o chão de um quarto*”.

Importa lembrar que a jovem foi vítima de “*abuso sexual*”, sendo este o verdadeiro motivo que originou a sua segunda medida de acolhimento. Na sequência deste evento traumático, a jovem apresentava numa fase inicial uma postura pouco colaborativa na “*interação, especialmente com as figuras masculinas*” do contexto institucional. Posto isto, em virtude da “*política e estratégia de intervenção*” da instituição e da própria organização da “*equipa técnica*”, sendo esta composta por elementos de ambos os géneros, foi possível apoiar a jovem no desenvolvimento de competências de socialização com as figuras do sexo masculino. O sucesso da intervenção com vista ao desenvolvimento de competências de socialização com figuras do sexo masculino foi então identificado, pela técnica, como o episódio positivo mais significativo de todo o processo de acolhimento da jovem, sublinhando a sua pertinência “*sem ser num contexto protegido como é o de acolhimento, é algo que é muito importante*”. A sua eficácia é ainda corroborada pela participante ao referir que, “*depois de todo o processo de intervenção e até da intervenção psicoterapêutica*”, uma das figuras mais marcantes a nível institucional para esta jovem foi, justamente, um educador “*masculino*”, com o qual manteve uma relação de proximidade mesmo após o término da medida.

O episódio negativo esteve diretamente relacionado com as competências de autonomia de vida, mais especificamente no âmbito da gestão económica. Segundo a técnica, a instituição direciona a sua intervenção com base no manual “*Casey Life Skill*”, cujo propósito consiste em avaliar as competências transversais dos jovens adultos em situação de transição da medida de AR para uma resposta de autonomia. Deste modo, ainda que a jovem evidenciasse “*na avaliação das grelhas (...) resultados muito positivos*” nas diferentes subescalas do instrumento “*especialmente na parte da gestão económica*”, supondo assim uma consolidação nas várias áreas inerentes à autonomia de vida, acabou por revelar um retrocesso nas competências de gestão económica durante a

sua estadia no apartamento de autonomização, ao gastar “*parte da poupança numa bimby, porque tinha ficado tao deslumbrada (...) que se esqueceu do que estava definido para canalizar a poupança*”.

Relação com a família de origem

A relação familiar constitui uma componente fundamental na vida das crianças e jovens em AR, uma vez que pode exercer uma influência positiva no sentido de minimizar o tempo da medida, ou atuar no sentido oposto e reforçar a sua prorrogação. Pretende-se nesta categoria analisar as diferentes **perceções sobre o tipo de relação que as jovens estabeleceram com a família durante o período de acolhimento.**

Segundo o relato de A, foi possível observar uma apreciação positiva relativamente à sua família de origem. A participante acredita que a melhoria no relacionamento com a sua família aconteceu gradualmente, como consequência do seu crescimento pessoal (“*com o tempo também comecei a crescer, comecei a ver as coisas de outra perspetiva e a relação foi melhorando*”). Após uma ponderação, consideramos que este testemunho pode estar relacionado com o fato de a jovem aceitar a relação existente/possível com a família, no lugar de se centrar no déficit presente na mesma. Em oposição, a técnica retrata especificamente as lacunas presentes no contexto familiar da jovem, tais como o desconhecimento da “*identidade do pai*”, a “*relação de algum distanciamento*” com a figura materna e os comportamentos negligentes perpetuados pela mesma a nível emocional (“*pouco afetuosa, pouco envolvida nas questões da jovem*”). Por sua vez, a participante considera que estes fatores dificultaram a relação entre a jovem e a família, tornando apenas possível a manutenção de “*contatos pontuais a casa, em períodos de férias e pontualmente nos fins de semana*”.

Já a jovem B, opta por revelar uma apreciação negativa sobre a relação com a família de origem durante o período de acolhimento (“*zero, não tenho relação*”). Atendendo ao relato da técnica responsável pelo caso, interessa referir que apesar das visitas pontuais entre a jovem e a sua família de origem, não foi, de todo, “*possível reparar*” a relação e os laços familiares entre os mesmos. Sendo o pai “*a única figura com quem ela vivia e que, na altura, não a conseguiu proteger daquela situação*” de abuso, levou a que a jovem criasse uma “*grande revolta e (...) um afastamento muito grande*” em relação ao mesmo. Relativamente à figura materna da jovem, considera a inexistência de contato entre ambas “*há muitos anos*”. Não sendo também possível recorrer à família alargada da jovem dada a ausência de “*outras figuras de suporte*”. Além

dos aspetos referidos, a participante salienta também como fatores que condicionaram o trabalho com esta família: as “*graves limitações cognitivas*” do pai e o curto “*potencial de mudança*” desta família.

Em modo de reflexão, a profissional alude para a importância do trabalho junto às jovens, no sentido de “*redimensionar a relação*” com a família, dentro do que é possível, isto porque “*muitas das jovens, quando chegam à instituição vêm com relações muito idealizadas da família que depois não correspondem à realidade*”.

Relação com a equipa técnica

Para uma visão mais abrangente, considerou-se pertinente criar uma categoria que permitisse analisar as diferentes perceções sobre a **relação entre as jovens e a equipa técnica** presente na instituição. Tendo em conta o carácter rico das narrativas, foi ainda possível correlacionar a afluência destas relações com as aprendizagens desenvolvidas durante todo o processo de acolhimento.

No que concerne ao seu percurso de acolhimento, A reconhece a equipa técnica como a sua “*família*” e pauta o acompanhamento e investimento pessoal cedidos como importantes facilitadores para a sua aprendizagem e processo de crescimento (“*ensinaram-me a crescer, ensinaram-me muito mesmo*”). Contudo, a técnica admite que existiu uma certa dificuldade em estabelecer uma relação de proximidade com a jovem, justificando esta situação pela ausência de relações simbólicas previamente ao acolhimento (“*não tinha este referencial de figuras de adultos, que estivessem lá para ela para o bem e para o mal*”) e pela nítida sensação de insegurança face à presença de adultos (“*muito desconfiada, muito a tentar colocar tudo e todos em causa*”). Repare-se, que no período inicial da medida, a jovem continuava “*a manter os comportamentos de risco de uma forma persistente, muito por este sentimento de desapego por alguém*”. Segundo a profissional, um dos principais fatores promotores para a modelagem de comportamentos consistiu, precisamente, nas relações de proximidades e confiança que foram sendo estabelecidos entre a jovem e os cuidadores:

“À medida que foi ganhando relação com os adultos, foi o que lhe foi dando estrutura e o que lhe permitiu ir reavaliando os comportamentos que ia fazendo, diminuindo a intensidade dos comportamentos de risco que assumia até que acabaram por deixar de existir”. (TA).

A jovem B caracteriza a instituição em estudo como a sua “*segunda família*”, considerando como contexto familiar primário a instituição onde residiu previamente.

Porém, foi possível observar que a jovem mantém atualmente apenas uma relação de proximidade com os elementos que configuram a equipa técnica da segunda instituição. Também o discurso da profissional parece corroborar a presença de uma boa relação afetiva e de proximidade entre a jovem e a equipa técnica durante a medida. De forma a ilustrar o seu testemunho, a participante descreve um importante episódio do percurso da jovem que simbolizou o modelo familiar da instituição:

“Convidou o pai e a família do pai para assistirem à festa e eles não vieram, tiveram algumas situações e não puderam vir. No fim da festa, estava a questioná-la sobre como se sentia. Na altura ia transitar para o apartamento – “já vais para uma fase diferente e logo este ano pregaram-te a peça de não teres cá ninguém da tua família” – brinquei eu com ela. E ela respondeu-me e disse: “não tenho cá a minha família biológica, mas tenho a família do coração”. (TB).

No que concerne aos relacionamentos entre as jovens e a equipa técnica presente na instituição, os relatos demonstraram uma unanimidade favorável quanto às interações significativas e ao ambiente familiar que o próprio contexto proporcionava, tornando possível a supressão de algumas lacunas relacionais com a família de origem, assim como a minimização de eventuais efeitos negativos inerentes ao AR. Podemos então constatar que a relação estabelecida entre as jovens e os cuidadores durante a medida, se revelou como um dos elementos promotores de um desenvolvimento integral assim como para um percurso institucional de sucesso.

Principais perdas sentidas

Nesta categoria, procedemos à importante análise das **principais perdas sentidas** pelas jovens durante o seu percurso de AR. Isto porque, subjacente a esta medida de proteção, estão muitas vezes associadas ruturas com figuras significativas, sendo este identificado como um potencial fator de fragilidade emocional. Esta apreciação pode ser corroborada através dos discursos das jovens, onde ambas percecionam como a sua principal perda o distanciamento da família e de outras figuras com quem mantinham um vínculo afetivo: “*foram os meus amigos basicamente foi isso, e o meu irmão também*” (JA); “*afastar-me de pessoas que gostava*” (JB).

Na mesma sequência de ideias, também através do discurso da técnica, foi possível averiguar que na fase inicial do acolhimento, A acabou por sofrer uma perda gradual de algumas figuras de suporte, nomeadamente o namorado e a respetiva família: “*terminou a relação de namoro em determinado momento e aquelas figuras acabaram por*

desvanecer na vida dela”. Por outro lado, não foi possível extrair informação no que respeita às perdas sentidas por B, no decurso da entrevista com a técnica.

Principais aprendizagens

O papel da instituição passa por garantir o desenvolvimento integral e saudável das crianças e jovens que acolhe, bem como promover a sua autonomização. Assim, na categoria que congrega as **principais aprendizagens adquiridas na instituição**, estão incluídas as respostas e os excertos relacionados com o funcionamento da instituição e a promoção de competências fundamentais à autonomia de vida.

No discurso de A, verificou-se uma atribuição positiva sobre a importância do cumprimento de regras, não apenas em contexto institucional, mas nas diferentes situações que vão surgindo ao longo da vida: *“existem regras que têm de ser cumpridas para tudo na nossa vida”*. Esta análise parece confirmar a narrativa da técnica ao assumir a existência de consequências mediante o que é padronizado como regulamento do próprio contexto institucional. Além do referido, a jovem elenca como aprendizagens o desenvolvimento de competências necessárias para um bom prognóstico no processo de integração social, especificamente ao nível de competências pessoais (*“gestão pessoal” e “organização”*), habitacionais (*“como viver sozinha”*), e de gestão financeira (*“gestão de contas, organização”*).

Em conformidade com o relato anterior, também B salienta como principais aprendizagens o desenvolvimento de competências e recursos pessoais considerados importantes para a vida independente, sendo estes ao nível de competências pessoais (*“foi um bom passo para agora conseguir fazer a minha vida lá fora”*, *“aprendi o que era viver sozinha”*), competências domésticas (*“cozinhar”*) e competências de gestão económica (*“saber gerir o meu dinheiro”*).

Projeto de vida: motivos que originaram na sua definição

Relativamente às crianças e jovens em AR destaca-se, para além de muitos outros projetos, intervenções e acompanhamentos, a importância da planificação do projeto de vida de cada um. Pretendemos por isso, na presente categoria, perceber quais os **motivos que estiveram na causa da definição do projeto de vida** das jovens em estudo.

Sobre o projeto de vida de A, percebemos que ocorreu de forma *“consensual para as entidades”* (TA) responsáveis pelo processo, sendo trabalhado ao longo dos anos em função das características da situação específica. Em conformidade com a narrativa da

técnica, os principais motivos que estiveram na origem deste projeto de vida foram: a inviável “*possibilidade de a jovem integrar no agregado familiar de origem*”, a ausência de “*outras figuras alternativas, outra rede familiar de suporte*” e o “*distanciamento e (...) conflitualidade que existia*” entre a jovem e a figura materna. Por sua vez, além de reconhecer o seu papel ativo na definição do projeto de vida, A elenca ainda como motivo a presença de “*fatores necessários*” para integrar no “*apartamento de autonomização*”.

Em semelhança ao caso anterior, “*não houve muita dificuldade em haver consenso*” (TB) sobre projeto de vida de B. Segundo a técnica, os principais motivos que estiveram na origem da sua definição consistiram no fraco “*potencial de mudança*” da família de origem, a ausência de “*uma rede de suporte familiar que a pudesse apoiar*”, a inviável reintegração na família de origem, uma vez que “*desde logo se deslumbrou que seria um processo de autonomia de vida, não havendo o suporte familiar*”, a ausência de “*figuras de referência alternativas*” e perante “*alternativas*” válidas a este projeto de vida. Por outro lado, também B considerou ter um perfil de competências pessoais decisivo para a transição para a resposta de autonomia de vida: “*acharam que eu era uma boa pessoa para ir para o apartamento de autonomia*”.

Projeto de vida: papel das jovens

O projeto de vida consiste num plano individual e personalizado para o futuro de cada criança e jovem. Como tal, o seu envolvimento gradual em todo o processo revela-se fundamental para o sucesso da intervenção delineada. Neste sentido, procurou-se entender qual a perceção das participantes acerca do **envolvimento das jovens durante a definição e concretização do seu projeto de vida**.

Através da análise dos relatos das jovens, foi possível constatar uma apreciação positiva relativamente ao papel que desempenharam durante a definição do projeto de vida. No entanto, em virtude da natureza da resposta, não foi possível especificar em que áreas demonstraram maior ou menor nível de participação. Sobre o seu projeto de vida, A salienta um papel ativo nas tomadas de decisão “*decidimos em conjunto*”. Este fato é corroborado pela técnica na medida em que a jovem “*sempre esteve envolvida nas tomadas de decisão no que diz respeito ao seu processo, sempre foi ouvida, sempre foi envolvida em todas as decisões que foram tomadas*”.

Embora não tenha sido possível extrair informação na entrevista de B, dada à preferência por uma resposta breve ao qualificar o seu papel como “*bom*”. Na entrevista com a técnica foi possível avaliar, de forma mais detalhada, o papel da jovem durante a

construção do seu projeto de vida. Segundo a participante, a jovem “*sempre foi muito empenhada e preocupada com tudo aquilo que dizia respeito ao seu percurso*”. E à semelhança do caso anterior, também B demonstrou um papel ativo “*na tomada de decisão (...) sobre tudo o que é transversal aos interesses e à definição do seu percurso*”.

De uma forma geral, nesta categoria abordou-se a importância do envolvimento das jovens nas tomadas de decisão ao longo do seu processo. Isto porque, somente através do envolvimento dos jovens na construção do seu próprio projeto de vida se torna possível criar alternativas que vão, naturalmente, promover a mudança e a sua participação efetiva na construção da vida em sociedade de uma forma positiva e responsável.

Projeto de vida: Envolvimento da família.

Depois de conhecermos a relação entre as jovens e a sua família de origem, interessa agora saber qual a sua percepção relativamente ao papel atribuído à família durante o percurso institucional. Na sequência de uma análise cuidada a respeito da **relação entre as jovens e a família de origem**, podemos apontar algumas suposições.

Relativamente ao caso A, destaca-se a relação disfuncional entre a jovem e a progenitora assim como os “*contatos pontuais, em períodos de férias e pontualmente nos fins de semana*”. Este fato é corroborado por ambos os discursos, quer da jovem como da técnica, quando nomeiam o desinteresse e a falta de esforço na manutenção do contato pela figura materna: “*(...) sempre estive muito ausente disso, não teve qualquer tipo de opinião ou de estar ali, para dar apoio (...)*” (JA); “*(...) pouco envolvida nas questões da jovem*” (TA). No caso B, embora a intervenção por parte da equipa técnica tenha promovido uma melhoria na relação entre a jovem e a figura paterna aferimos, de acordo com os relatos, a ausência do envolvimento do pai no percurso de acolhimento da jovem, assim como nas dinâmicas promovidas pela instituição: “*(...) não tinha uma relação assim com a minha família*” (JB); “*Convidou o pai e a família do pai para assistirem à festa e eles não vieram*” (TB).

Projeto de vida: Envolvimento da equipa técnica

Para que o projeto de vida se materialize, importa aludir para o papel imprescindível dos profissionais da instituição nesta tarefa, uma vez que estes se assumem como modelos de referência para as jovens, assim como impulsionadores da aquisição das competências e supervisores do trabalho com vista à sua consolidação. Deste modo, a presente categoria

visou sumariar as diferentes percepções em relação ao **envolvimento da equipa técnica no decurso dos projetos de vida das jovens**.

Ao longo das entrevistas, as jovens assumem a dinâmica institucional como uma mais valia nas suas vidas, principalmente no que respeita à construção, organização/planeamento dos seus projetos de vida. Segundo A, *“a preparação foi sempre em conjunto e a equipa esteve sempre presente (...) não só fisicamente, mas psicologicamente”*. Da mesma forma, B refere o envolvimento por parte dos técnicos como uma influência positiva e de suporte na construção do seu projeto de vida: *“na instituição, mesmo no apartamento, nós sabemos que temos sempre um apoio se precisarmos de alguma coisa, tocamos à porta e eles abrem-nos e ajudam-nos (...)”*.

Por outro lado, consideramos importante discriminar a percepção da técnica relativamente ao papel atribuído à equipa técnica nesta fase. Segundo a entrevistada, o projeto de vida de A foi apoiado de forma consistente pelos diferentes profissionais da instituição, dada a ausência de outras figuras de apoio alternativas. Na fase que antecede a transição para a resposta de autonomia de vida (apartamento de autonomização), são mencionados os apoios ao nível da *“tomada de consciência de que era aquele percurso que tinha de ser feito”*, *“de idealização de figuras, (...) que não iriam trazer nenhum tipo de estrutura à vida dela”*, da *“planificação do projeto de vida”*, da *“organização do seu dia-a-dia”*, do *“desenvolvimento de competências de autonomia de vida”* e da *“criação de uma rede de suporte informal”* que assegurasse a persecução dos estudos. Por sua vez, na fase de transição para o apartamento de autonomia, são reconhecidos os apoios nos âmbitos: da gestão da vida autónoma, *“a nível de gestão autónoma dos tempos”*, de *“articulação com outros serviços”*, *“na supervisão da gestão económica”*; da esfera educacional, no *“acompanhamento em todas as questões que eram de escola”*; da promoção da relação familiar, mais especificamente na *“articulação com a família”*; e pessoal, na *“supervisão nas rotinas diárias”* da jovem.

Em semelhança ao caso anterior, a técnica refere a prestação de um apoio emocional e instrumental durante a medida institucional de B, através *“nós servimos a nossa função de estrutura, de afeto, de apoio, de organização da vida delas, de estabilização emocional, durante o tempo que é necessário”*. Segundo a participante, o trabalho visou a *“identificação das necessidades”* pessoais da jovem e, posteriormente, a definição de *“estratégias necessárias para as satisfazer”*. Como apoios mais específicos, menciona o apoio durante o desenvolvimento de *“competências ajustadas”*, na identificação de *“estilos de vida mais saudáveis”*, na gestão emocional (*“acolher as angústias e*

transformá-las em momentos de reparação de sequelas”) e na criação de *“uma rede mais alargada (...) junto da comunidade”*. Não obstante, destaca ainda o acompanhamento e a supervisão da equipa técnica durante a estadia da jovem no apartamento de autonomia (*“estando no apartamento ela sabia que (...) tinha pessoas que olhavam por ela, que iam supervisionando”*) No que diz respeito à instituição, a técnica descreve o contexto como *“um ambiente terapêutico”* que favorece às jovens *“um dia-a-dia mais saudável, mais estruturado e mais organizador”*.

Trabalho realizado previamente à transição

Perante a presença de jovens que, não raras vezes, abandonam a instituição sem retaguarda familiar estruturada que os possa receber, revela-se crucial que as competências necessárias à sua vida autónoma e independente estejam desenvolvidas ao máximo. Neste sentido, um dos principais eixos de análise do presente estudo, consiste em conhecer as diferentes perceções sobre o **trabalho realizado pela instituição**, no que respeita ao desenvolvimento de competências essenciais à vida independente

Segundo a técnica, a instituição em análise tem *“como metodologia de trabalho: desenvolver competências desde o momento do acolhimento ao nível de autonomia”*. Para tal, conta com a presença de um *“plano socioeducativo, individual”* e adaptado a cada jovem, *“tendo por base um referencial teórico”*, reconhecido como *“Casey Life Skill”*. Dada a sua valência nos processos de autonomia, este referencial teórico permite avaliar em que patamar é que as jovens se encontram ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais para a autonomia. Partindo do resultado obtido, são estipulados os *“objetivos (...) áreas de trabalho e ações a desenvolver”* com cada jovem. Sendo numa fase posterior, trabalhadas as competências pessoais, sociais e domésticas *“no centro de acolhimento”*. Sublinha-se a importância do papel da equipa técnica em todo o processo, dando especial ênfase ao apoio prestado pelo educador de referência de cada criança e jovem:

“Este trabalho é orientado pela equipa técnica e acompanhado com grande proximidade pelo educador de referência, sendo o educador que acaba por estar com um olhar diretamente focalizado para aquela jovem, para a questão das rotinas da jovem, para ser uma figura de maior proximidade, (...)”. (TB).

Em conformidade com a política da instituição, a preparação para a vida autónoma no centro de acolhimento acontece *“primeiramente de uma forma mais orientada”* e

“acompanhada com o adulto”. Assim, no elenco do trabalho desenvolvido são referidas tarefas ao nível de competências de gestão doméstica (“confeção da refeição”, “lista das compras”, “o ir fazer as compras”, “gestão de relações com pares num contexto de casa”), gestão financeira (“questão da poupança económica, da semanada”) e de acesso a serviços formais e informais (“as questões médicas, o acompanhamento a consultas médicas e a serviços”).

Ainda nesta fase, é privilegiado um período de “supervisão”, concedendo às jovens plena responsabilidade pelos seus comportamentos. Por fim, quando a avaliação é positiva, significa que a jovem apresenta as competências necessárias para transitar para um “projeto de vida autónomo”, neste caso para o apartamento de autonomia.

A terceira fase representa o percurso das jovens no apartamento de autonomia, e subentende a consolidação, de uma forma geral, de todas aprendizagens e conhecimentos desenvolvidos na instituição. Permitindo ainda à equipa técnica, de “uma forma apoiada e supervisionada, acompanhar estes primeiros passos de autonomia”, assim como “fazer este trabalho de preparação” para a vida autónoma.

Previamente à finalização da medida, foram promovidas redes formais e informais, de modo a assegurar o acompanhamento pós-institucional, assim como providenciar resposta às necessidades e solicitações das jovens. Neste sentido, no caso A, “foi articulado com uma instituição (...), uma resposta de apoio para adultos” na zona de residência atual da jovem, com vista a garantir a prossecução dos seus estudos. Sobre B, tornou-se clara a necessidade de um acompanhamento após o término da medida não só “pelo fato de ter algumas limitações cognitivas”, mas também pela necessidade de apoio a “nível económico”. Posto isto, foram criadas as possibilidades para a jovem integrar uma “residência para adultos, (...) com carácter mais independente”, na sua localidade.

Também as jovens evidenciaram, nas suas narrativas, as três fases do trabalho com vista à preparação para a vida autónoma. De um modo geral, A assume uma apreciação positiva não apenas do trabalho realizado, mas também do apoio sentido da equipa técnica, “não só fisicamente, mas psicologicamente” durante todo o processo. Em concordância com o descrito pela técnica, A reconhece que a transição para o apartamento de autonomia só se materializou após uma gradual preparação no que respeita às competências de gestão doméstica em contexto institucional. De acordo com a jovem, um dos fatores que influenciou a sua transição consistiu no seu percurso escolar.

Na mesma ótica, B reconhece como gratificante a preparação que recebeu para a medida de autonomia de vida. Sobre as etapas do trabalho desenvolvido, descreve como

primeiro passo o desenvolvimento de competências de gestão doméstica em contexto institucional: “*antes de irmos para o apartamento temos (...) de cozinhar, fazer coisas como se estivéssemos a viver sozinhas*”. De seguida, refere que este trabalho foi realizado, gradualmente, no apartamento de autonomia de forma a consolidar as competências necessárias que permitissem uma transição definitiva: “*vamos um fim de semana, depois outro fim de semana, fazendo assim as tarefas como se lá estivéssemos, para ver se realmente estamos preparadas ou não*”.

Não obstante, segundo a jovem apenas beneficia desta medida quem demonstra cumprir, com sucesso, as tarefas transversais à vida autónoma. Por sua vez, revela-se o carácter crítico de um apartamento de autonomização para o desenvolvimento e consolidação das competências indispensáveis para a vida autónoma.

Avaliação do trabalho desenvolvido

Como referido no tópico anterior, a instituição desenvolve esforços no sentido de potenciar ao máximo as competências de autonomia de cada jovem, de modo a assegurar-lhes uma favorável integração na sociedade. Para tal, cabe reconhecer, através do discurso da técnica, o contributo da intervenção no percurso e condições de vida atuais das jovens em estudo, enaltecendo também os aspetos que poderiam ter sido reforçados/melhorados.

No que respeita ao caso A, foi possível aferir que a intervenção permitiu não apenas trabalhar os objetivos pessoais da jovem, como também consolidar as “*competências básicas adquiridas para se organizar de uma forma perfeitamente autónoma*”. Contudo, apesar de avaliar de “*forma positiva*” o trabalho realizado, a técnica aponta a necessidade de uma intervenção intensiva no âmbito da gestão relacional.

No caso B, a intervenção foi bem-sucedida em duas dimensões significativas para o desenvolvimento integral da jovem, sendo elas: “*a questão da confiança no outro, no facto de que nem todas as pessoas tem de ser alvo da nossa desconfiança*” e a “*identificação de figuras de suporte*” alternativas. De ressaltar, porém, que a jovem consegue “*pôr em prática*” estas aprendizagens no seu “*dia-a-dia e nas relações comuns, mas em relações amorosas não*”, em resultado da “*sequela da situação abusiva*”. Em contrapartida, a intervenção apresentou também resultados menos desejáveis, no sentido em que “*provavelmente, havia coisas que seriam feitas certamente de outra forma*”. Dadas as dificuldades cognitivas e suscetibilidades de B, os fatores de risco externos à medida de acolhimento surtiram maior impacto, o que por sua vez resultou numa maior

necessidade de “*que este projeto de vida*” fosse acompanhado de uma forma contínua em termos emocionais e materiais.

Logo após cessar a sua medida de acolhimento, a jovem estabeleceu como meta pessoal viver de forma independente. Esta decisão não se demonstrou, no entanto, viável pois “*não se conseguiu organizar a nível económico*”.

Após esta experiência, B aceitou uma proposta da instituição de acolhimento que consistia na sua integração numa resposta da APPACDM destinada a jovens adultos, na qual continuou a manter uma autonomia de vida semelhante à que estava a ter no apartamento de autonomização. Segundo a técnica, esta resposta conta com uma “*supervisão também de adultos*” embora permita à jovem adquirir “*toda a liberdade para gerir o tempo dela, para confeccionar as refeições que ela entendia, ter um quarto reservado*”, além de que “*a nível de compensação económica, para a instituição, era um valor muito mais reduzido do que se tivesse de alugar uma casa, ou pagar um quarto*”. Interessa referir que, o acompanhamento por parte da equipa técnica manteve-se até a data da entrevista derivada à ausência de “*outras figuras de suporte*”, assim como a permanência da jovem na resposta de habitação da APPACDM.

Sublinha-se ainda a opinião da técnica sobre o limite temporal da intervenção em contexto residencial. Se é certo que o “*nosso modelo de família está a evoluir*” e os jovens tendem a abandonar o seu sistema familiar mais tarde, também se torna correto repensar sobre a idade que pauta a saída dos jovens do sistema de AR. Deste modo, o término da medida por motivos de maioridade, assume-se como um “*handicap (...) para a intervenção*”, uma vez que “*esta rede acaba por lhes ser retirada às vezes demasiado cedo*”. Por esse motivo, a fase que antecipa o término da medida, é normalmente percecionada pelas jovens de forma negativa, com a presença de sentimentos de insegurança e abandono: “*(...) miúdas mais frágeis a nível emocional – de nos evidenciar que não estão preparadas e de demonstrar o receio e a angústia de terem de lidar com a vida lá fora*”.

6.3. Percurso das jovens após o término da medida residencial

Após o término da medida residencial, as jovens são deparadas com um estilo de vida onde a autonomia é uma competência chave. Nesta sequência, a presente categoria visa compreender de que forma o trabalho realizado durante o percurso de acolhimento, facilitou ou condicionou a transição das jovens para a vida autónoma. Neste processo, foram analisadas as diferentes dimensões inerentes a esta fase, permitindo conhecer a

percepção das participantes sobre a qualidade de vida das jovens, após a saída da instituição. As dimensões em questão compreendem **a experiência emocional durante a transição, os acontecimentos de vida relevantes, as principais competências e dificuldades percebidas, a experiência emocional no que respeita à vida autónoma, o apoio das entidades profissionais e os projetos/metapas de vida para o futuro.**

Experiência emocional durante a transição

Relativamente ao processo de saída, é de salientar que, cada participante vivenciou a fase de transição de forma diferente. Em poucas palavras, A pauta a sua experiência emocional de forma positiva, repleta de sentimentos de felicidade, concretização e amparo (“*Senti-me feliz, concretizada (...) Não me senti sozinha*”).

Contudo, este processo não se vislumbrou tão simples para B, na medida em que se reconheceram algumas características pessoais que podem ter interferido na forma como a jovem encarou esta transição, havendo mesmo alguma ambivalência na sua narrativa na qual se identificam sentimentos de abandono e desamparo (“*de repente vi-me assim, um bocado, sem ninguém*”) mas também sentimentos de liberdade (“*faz-me sentir livre*”) e de crescimento pessoal (“*fez-me crescer ainda mais do que aquilo que já tinha crescido*”). Ainda durante a medida de acolhimento, a jovem manifestou sentimentos de insegurança e revolta perante a ideia de abandonar a instituição. Na opinião da técnica “*foi um bloqueio e um retrocesso*” que careceu de atenção por parte dos profissionais.

Acontecimentos de vida relevantes

Na presente categoria, ambas as jovens reconheceram como **acontecimento relevante** a entrada no mercado de trabalho. De um modo geral, a atividade laboral constitui-se como uma fonte de rendimento económica que lhes permite assegurar a sua subsistência, pagar as suas despesas, responder às suas necessidades e a alguns objetivos pessoais. Considera-se no entanto uma apreciação ambivalente pelas jovens, no sentido em que se encontram satisfeitas com o trabalho que têm na atualidade, embora demonstrem alguma insatisfação por não usufruírem de um ordenado que lhes permita adquirir uma habitação própria e, por sua vez, assegurar uma autonomia plena: “*é muito complicado porque trabalho praticamente no centro e os preços são muito altos para a oferta, é muito difícil mesmo*” (JA); “*Vivo num quarto, porque não tenho possibilidades*

para ter uma casa, infelizmente. Trabalho, estou a fazer um estágio em Ação Educativa, como baby-sitter, (...)” (JB).

Outro acontecimento relevante no caso B, consistiu na prossecução dos estudos “*à noite para acabar o décimo segundo ano*” (JB). No caso A, foi possível identificar como outro acontecimento relevante a mudança da jovem para uma “cidade nova”. Em contrapartida, apesar de acionada uma medida de integração de A numa *resposta de apoio para adultos*” (TA) que assegurasse a continuidade dos seus estudos, a jovem optou por não prosseguir com esta meta em prol de iniciar a sua vida profissional. Não obstante, à data da entrevista, um dos objetivos elencados pela jovem consistia, precisamente, em ingressar numa “*escola de aviação*” (JA), o que sugere a sua ambição em enveredar novamente nos estudos um dia.

Principais competências

Podemos considerar que, apesar de terem frequentado o mesmo contexto de AR de longa duração, cada jovem vivenciou esta experiência de modo diferente, assim como diferiu a influência e o significado que esta passagem surtiu no período pós-acolhimento.

Por outras palavras, o seu processo de desenvolvimento, a forma como vivenciaram o momento de transição para a vida independente e o seu bem-estar atual resultaram, além da experiência de acolhimento que partilharam, de muitos outros fatores como as características individuais, **competências e potencialidades**, assim como as suas dificuldades e limitações. Nesta sequência, iremos analisar a perceção da técnica no que concerne às competências transversais à vida autónoma das jovens que ficaram, na sua opinião, consolidadas. Subentende-se ainda que estas competências sirvam como fatores de proteção durante a sua vida autónoma.

Quanto à jovem A, considera-se “*a questão das competências pessoais e sociais a nível de relação*”, a sua facilidade na “*interação com o público*”, assim como o seu potencial nas diferentes dimensões que constituem a área de “*turismo*”. Não obstante, foi ainda referida a propensão da jovem para as questões relacionadas com a estética e “*moda*”. Relativamente a B, considera-se a sua gradual aquisição de competências do foro relacional. Notadamente, podemos verificar a presença destas competências na sua disponibilidade imediata “*para ajudar o outro*”, assim como na sua capacidade em constituir-se como *figura de apoio*, “*aquilo que ela sentiu que teve, agora também ela pode dar*”. Por outro lado, assume uma postura ativa na participação em diferentes “*coisas da comunidade*”, o que promove o alargamento da sua rede social, “*tudo o que*

implicava relações de amizade e de proximidade ela estava sempre disponível". No foro profissional, distingue-se a consolidação de competências no âmbito da restauração, mais especificamente *"na área da pastelaria e cozinha"*. Dentro desta dimensão compreende-se a sua facilidade no trabalho de apoio à infância, derivado, talvez, a fatores pessoais como a sua pré-disposição *"para cuidar dos mais pequenos"*. No seu discurso, a técnica salienta a propensão da jovem para o cuidado das crianças ainda durante a medida de acolhimento, referindo a sua participação ativa em dinâmicas de *"voluntariado no centro de acolhimento dos mais pequenos"*.

Principais dificuldades

Na presente categoria, cabe analisar quais as **principais dificuldades das jovens** na atualidade. Em conformidade com as narrativas, destacam-se dimensões, nas quais as aprendizagens desenvolvidas durante a medida de acolhimento, não foram consolidadas na totalidade, refletindo potenciais obstáculos no âmbito do processo de autonomização.

Quanto ao seu processo pós-acolhimento, A manifesta dificuldades essencialmente na gestão económica e nível emocional. Na sua ótica, a primeira dificuldade relaciona-se com a ausência de meios económicos para assegurar uma independência habitacional (*"os preços são muito altos para a oferta"*). Enquanto a segunda se justifica pela ausência de suporte emocional, de figuras consideradas significativas, durante esta fase (*"se aqui estivessem as minhas amigas (...) para me dar mais força, se calhar tornar-se-ia mais fácil"*). Também a técnica parece corroborar esta fragilidade a nível económico embora considere um motivo diferente: *"(...) é muito deslumbrada com estas questões da moda e da estética, (...) Portanto, canaliza muitos dos recursos além dos que deveria para este fim"*. Por outro lado, realça também a importância de existir uma base de apoio que assegurasse a persecução dos seus estudos (*"foi articulado com uma instituição em (...), uma resposta de apoio para adultos"*).

Uniformemente ao caso anterior, também B apresenta maioritariamente dificuldades na gestão económica e a nível emocional. Na opinião da técnica, a primeira dificuldade vai ao encontro da incapacidade da jovem em *"controlar o impulso das solicitações que surgem"* no quotidiano. Em oposição, a jovem associa esta dificuldade à gestão dos vários gastos inerentes à vida independente, como *"pagar um quarto, (...) pagar as despesas, (...)"*. Pela experiência de vida da jovem, a técnica reconhece uma maior fragilidade no âmbito relacional, especificamente nas *"relações amorosas"*.

Para B, o período pós-institucional foi particularmente difícil e exigiu muito em termos emocionais, considerando por isso, a necessidade de uma figura de apoio consistente, “*não ter assim uma pessoa logo disponível para mim para falar do que eu sinto, ou nem que seja para um abraço apenas*”. Este fato é ainda corroborado pela técnica ao afirmar que “*é estruturante para ela sentir este apoio, precisa de se sentir cuidada, (...) ajuda-a a dar os passos de uma forma mais consistente*”.

Urge ainda a necessidade de repensar a idade a partir da qual os jovens são forçados a abandonar a instituição. Isto porque, os jovens que cessam a sua medida de acolhimento aos 21 anos de uma instituição e que partem, automaticamente, em desigualdade quando comparados com muitos outros jovens em contexto natural de vida, acabam por ser prejudicados e em desvantagem. A este respeito, torna-se interessante revelar a ponderação da técnica sobre o assunto em questão:

“Eu acho que é uma grande fragilidade do nosso sistema se bem que... agora perspectiva-se a evolução da legislação no sentido de haver um apoio até aos vinte cinco anos de idade porque efetivamente (...) Se estas miúdas tem um contexto de maior fragilidade, mais tempo deveriam ter para poder usufruir do apoio que lhes é dado e é ao contrário”. (TB).

Experiência emocional de autonomização

Quando inquirimos as jovens sobre a forma como se sentiam perante a sua condição de vida atual, verificámos uma apreciação ambivalente, traduzindo satisfação e bem-estar no seu discurso em relação a algumas dimensões da sua vida, mas também insatisfação em relação a outras.

Embora evidencie uma experiência emocional particularmente positiva (“*Emocional, é bom*”), essencialmente no que respeita ao seu trabalho (“*ter arranjado um bom trabalho*”) e à nova zona de residência (“*cidade nova, tudo é melhor*”), a jovem reconhece que alguns aspetos poderiam ser diferentes. Começa por referir como aspeto negativo o distanciamento da sua rede social e familiar, referindo que seria importante a sua presença para se sentir apoiada nesta fase da sua vida: “*talvez se aqui estivessem as minhas amigas (...) mais aqui ao pé de mim, para me dar mais força, se calhar tornar-se-ia mais fácil*”. Em conformidade com a análise efetuada na categoria anterior, esta apreciação pode relacionar-se com a necessidade de um suporte emocional que reforce a

capacidade individual da jovem para fazer face aos diferentes obstáculos inerentes à vida independente.

Em contrapartida, B assume uma apreciação predominantemente negativa, no que confere à sua experiência emocional de autonomização. À semelhança do caso anterior, B aponta como aspeto negativo a falta de condições financeiras que permitissem uma autonomia habitacional, (*“não tenho possibilidades para ter uma casa, infelizmente”*). Verifica-se também uma clara fragilidade a nível emocional, como resultado da inexistência do contato entre a jovem e a sua família de origem, (*“não tenho os meus familiares, não tenho contato e não tenho uma relação com eles”*). Contudo, as relações de proximidade que a jovem estabeleceu com os elementos da instituição, permitiram colmatar parte do sentimento de perda referido pela jovem. Este parecer pode ser sustentado pelo discurso da jovem: *“ao mesmo tempo, sinto-me feliz porque apesar de não ter a minha família, (...) a vida deu-me a possibilidade de construir a minha própria família”*.

Em modo de reflexão, o testemunho recolhido permitiu reforçar a importância do acompanhamento da equipa técnica, não apenas durante o processo de acolhimento institucional, como também após a sua conclusão.

Apoio das entidades profissionais

Sobre o **acompanhamento e apoio pós-institucional** importa destacar que, além de ser necessária a presença de uma preparação prévia à saída quer a nível emocional como na capacitação de competências essenciais à autonomia, também este apoio na fase que precede a medida se torna fundamental para estas jovens.

Na presente análise, foi possível aferir que ambas as jovens manifestaram uma apreciação positiva sobre o apoio prestado pela instituição após o término da medida. Contudo, podemos claramente encontrar uma ambivalência de perceções sobre o contato entre cada uma das jovens e a respetiva instituição. No caso de A, embora considere satisfatório o apoio recebido, revela uma postura mais independente: *“Boas, mas acho que estou numa fase da minha vida que tenho de ser eu a fazer mais por mim”*. Em contrapartida, além de reconhecer o apoio informal disponibilizado pela instituição, B assume que o relacionamento com a equipa técnica em nada se alterou após a sua saída, *“sou sempre bem-recebida e tratam-me sempre muito bem, mesmo depois de eu ter saído, (...)”*. No seu discurso, verificou-se também a manutenção de visitas da jovem ao contexto institucional, *“continuo ainda a vir cá visitá-los e sou sempre bem-recebida”*.

É importante também destacar que as narrativas das jovens evidenciaram uma incongruência face aos apoios formais que receberam e a perceção que têm desses mesmos apoios. Por outras palavras, nenhuma das jovens relatou a presença de outro apoio, além do referido anteriormente, nesta fase da sua vida. No entanto, relembramos que as jovens foram integradas em respostas de apoio a adultos (residências) posteriormente a terminarem a medida de acolhimento.

Projetos de vida futuros

Sobre a capacidade de **projeção no futuro**, ambas as jovens foram capazes de idealizar projetos a curto e a longo prazo, e ainda, projetos alternativos.

No que se refere a projetos académicos ou de natureza escolar, apenas B optou por prosseguir os seus estudos “*à noite para acabar o décimo segundo ano*”, considerando ainda a hipótese de ingressar no ensino superior, um dia: “*quem sabe um dia, ir para a Universidade*”. Já A, embora a instituição tenha conferido esforços no sentido de assegurar um apoio residencial que permitisse à jovem ingressar no ensino superior, este projeto acabou por não se materializar. Contudo, manifesta o desejo de entrar “*numa escola de aviação*” de forma a iniciar a sua carreira como “*hospedeira de bordo*”.

Relativamente aos projetos profissionais ou de carácter profissional, as jovens parecem conscientes da necessidade de investirem na sua formação de forma a obterem um trabalho que vá ao encontro dos seus interesses. Por sua vez, A pautou como emprego de eleição “*ser hospedeira de bordo*”. Enquanto B evidencia expectativas de se tornar “*psicóloga*”.

Para além dos projetos de carácter académico e profissional as jovens, ao longo das entrevistas, incluíram outros projetos, objetivos ou desejos de índole relacional e de independência financeira e funcional. Em termos relacionais, está patente em B a importância que atribui ao significado de família, assim como o desejo de ter estabelecido outra ligação com os pais durante a sua vida. Posto isto, é clara a idealização de possuir, no futuro, o seu próprio contexto familiar: “*montar uma família, ser mãe, ter um esposo com quem possa dividir tudo*”. Os projetos associados à garantia de independência financeira ou funcional destaca-se ao nível da habitação. Para A, a procura de um contexto residencial próprio é encarada como um obstáculo, no sentido em que o seu rendimento económico não lhe permite arrendar um apartamento próximo do seu local de trabalho: “*os preços são muito altos para a oferta*”. No entanto, assume expectativas de conseguir ganhar plena autonomia habitacional no futuro: “*vou morar sozinha aqui (...)*”. Em

conformidade com o caso anterior, também B considera como plano futuro a aquisição de “*uma casa*”, apesar do seu baixo rendimento financeiro. O desejo de obter a carta de condução aparece como outro objetivo destinado a garantir uma maior autonomia e liberdade. No entanto, A não prioriza este projeto, considerando apenas a sua concretização a longo prazo: “*isso é mais tarde, não é prioridade por agora*”. Em semelhança, B apesar de aferir como expectativa a aquisição da carta de condução, não define um período temporal específico à sua realização.

Dentro da tipologia de projetos de bem-estar pessoal, consideramos duas narrativas bastante distintas. Por um lado, A considera como meta a longo prazo “viajar”, na medida que B opta por referir o seu desejo de ter uma maior proximidade com a família de origem: “*ter uns pais presentes, era o que eu gostava muito*”.

7. Discussão e Conclusão

“Sinto-me feliz porque apesar de não ter a minha família, consegui... a vida deu-me a possibilidade de construir a minha própria família e felizmente sei que posso contar com ela para muita coisa”.

(testemunho de uma jovem entrevistada)

O presente estudo procurou centrar a sua análise nas narrativas das participantes, no que respeita às experiências durante a medida de AR e na sua perceção acerca da influência que estas exerceram no percurso e condições de vida atuais. Posto isto e após alguma reflexão, em questões de âmbito teórico e perspetivadas no estudo, é chegado o momento de efetuarmos uma análise que permita conjugar a síntese dos objetivos que nos propusemos alcançar.

A fase de recolha de informação mostrou-se, a nosso parecer, como a parte central de toda a investigação, na medida em que nos permitiu criar e sistematizar um conjunto de aspetos determinantes para a resolução final deste trabalho. Assim, questões relacionadas com o consentimento informado dos elementos envolvidos no estudo, da confidencialidade quer dos participantes como do próprio contexto institucional e as diferentes fases de recolha de informação fizeram com que esta etapa se tornasse numa mais valia para a presente investigação, permitindo não apenas salvaguardar as relações através do respeito e confidencialidade entre investigadora e participantes, como também criar as condições necessárias para a exploração da temática em causa.

No primeiro momento do estudo, procurou-se analisar a percepção das participantes relativamente aos motivos que podem ter influenciado ou determinado a aplicação da medida de AR. Através das narrativas, foi possível identificar uma variedade de problemas familiares, assim como situações de risco e perigo que induziram na retirada das jovens do seu contexto de vida natural. De acordo com Santos (2014), quando o contexto familiar se encontra *inadequado* ou *indulgente*, ou seja, sem as competências necessárias para salvaguardar, educar, defender e promover os direitos dos seus descendentes, cabe às entidades responsáveis em matéria de infância e juventude assegurar que os últimos sejam honrados, com a devida aplicação de medidas de promoção e proteção. Contudo, apenas uma das participantes manifestou uma clara consciência sobre os problemas pessoais e familiares que conduziram ao seu AR, sendo estes: a relação conflituosa com a figura materna, os comportamentos negligentes pela progenitora no que consiste à supervisão e acompanhamento, assim como a presença de comportamentos de risco praticados pela jovem (e.g. absentismo escolar e fugas de casa). Por outro lado, o possível desconforto da jovem em expor a verdadeira história familiar ou a sua preferência pela descrição de um passado remoto durante a separação dos pais podem estar relacionados com a falta de consenso entre as narrativas que compõem o caso B. Podemos, no entanto, confirmar, que o verdadeiro motivo que induziu no acolhimento da jovem consistiu numa situação de abuso sexual.

As problemáticas evidenciadas pelas participantes parecem corroborar alguns dos estudos efetuados a nível nacional (Barroso, Barbosa-Ducharne, Cruz, & Silva, 2018; Henriques, Silva, & Teixeira, 2018; ISSIP, 2019) que constata que os motivos da institucionalização se prendem sobretudo com a negligência parental, o abandono, o absentismo escolar, os maus-tratos físicos e psicológicos e o abuso sexual. Por sua vez, quando a decisão de colocação numa instituição é tomada, a criança ou jovem é, com vista à sua salvaguarda, afastada da sua família nuclear, assim como do meio/contexto avaliado como perigoso ao seu desenvolvimento integral (Santos, 2014).

O período de acolhimento consiste na dimensão central deste trabalho, por este motivo foi essencial explorar as vivências institucionais das jovens, assim como o trabalho desenvolvido pela instituição no âmbito da promoção de competências de autonomia, incluindo aqui uma referência sobre o PSEI concebido para cada jovem assim como a resposta para o apoio de autonomia de vida viabilizada pela instituição em estudo.

Na dimensão das representações sobre o contexto institucional, aferimos uma tendência das jovens em enfatizar, positivamente, aspetos do foro relacional e afetivo,

assim como as oportunidades subjacentes à entrada na instituição. No entanto, estes aspetos não retiram importância aos momentos mais exigentes em termos emocionais. De acordo com as narrativas, a transição do contexto familiar para a instituição parece constituir-se como uma experiência adversa e marcante as jovens. Neste âmbito faz-se referência ao estudo de Quintães (2009), que pauta a entrada na instituição como uma fase muito significativa para todos os sujeitos, tendo ainda apurado que a maioria percecionou este momento como negativo. Na mesma sequência de ideias, Santos (2010) ao investigar a importância e a influência que a experiência institucional detêm nas condições de vida atuais dos jovens-adultos, concluiu que o primeiro contato com a instituição, se constitui como uma fase extremamente significativa para todos os sujeitos. Estes dados coincidem com a literatura, uma vez que a entrada no sistema de acolhimento simboliza uma transição na qual as crianças e jovens perdem as pessoas a quem estavam previamente vinculados (Gomes, 2010).

Não obstante, Carvalho e Manita (2010) sugerem que as emoções negativas vão gradualmente mudando à medida que as crianças e jovens conhecem a equipa técnica e outras crianças igualmente acolhidas, indicando como elementos facilitadores a ajuda prestada pelos colegas, o esclarecimento sobre o funcionamento da instituição e a partilha de experiências semelhantes. Ressalvamos que ambas as jovens consideraram um número significativo de fatores facilitadores durante a medida de acolhimento. Entre tais fatores, ambas as narrativas foram unânimes quanto ao desenvolvimento de relações significativas.

Ainda nesta dimensão, foi possível determinar como aspeto positivo a presença de componentes organizacionais essenciais ao bom funcionamento da instituição. De acordo com a técnica, a presença de um ambiente terapêutico torna-se crucial na medida em que promove um quotidiano mais saudável e estruturado para as jovens que nele estão integradas. Segundo Gomes (2010), as instituições de acolhimento estão longe de alcançar um ambiente próximo do familiar, o que pode ter consequências no desenvolvimento da criança e do jovem. O desejável é que este contexto assente num modelo familiar securizante e contentor, “onde os processos de trabalho a desenvolver se situam em torno das necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais, da criança ou do jovem” (Gomes, 2010, p.88). Também as festas podem ter um papel crucial enquanto movimento antidepressivo, devendo ser incentivadas, envolvendo todos os elementos presentes na instituição (Alvarez, Batista, & Carvalho, 2014). Em termos disciplinares, salienta-se a presença de regras na instituição, uma vez que, para as jovens, esta estratégia

tinha como objetivo reforçar comportamentos positivos, especialmente através de ferramentas de autorregulação do seu próprio comportamento. Como verificou Alves (2007), na instituição as regras são escritas e geralmente encontram-se no regulamento interno. É a partir daqui que ocorre rigor e formalidade na sua imposição, bem como a sua transversalidade a todas as idades.

Merece especial relevo outros acontecimentos no decurso do período de AR de cada jovem. No caso A, foram identificados como episódios positivos a presença de cuidadores atentos e disponíveis às necessidades manifestadas, assim como a conclusão do ensino secundário. Segundo o estudo de Alberto et al. (2008) os jovens revelam um maior índice de rendimento académico após integrarem no sistema de AR assim como vontade em prosseguir com os estudos. Desta forma, o acompanhamento prestado pelos técnicos pode favorecer uma maior motivação no empenho escolar originando menores níveis de absentismo (Alcoforado, Gaspar, & Santos, 2015). Por outro lado, o distanciamento de figuras significativas e o retrocesso nas competências de gestão económica foram apontados como episódios negativos da experiência de acolhimento. Delgado (2006) sugere uma associação entre ambos os fatores, no sentido em que o afastamento da família pode influenciar negativamente o desenvolvimento de competências autónomas.

Sobre a medida de AR de B, foram elencados como episódios positivos a transição para o apartamento de autonomia, sendo este um procedimento característico da própria instituição, assim como o sucesso da intervenção no que respeita ao desenvolvimento de competências de socialização com figuras do sexo masculino. Este dado vai ao encontro do estudo de Martellet e Siqueira (2014), onde os educadores e a equipa técnica se assumem como uma importante fonte de apoio e alicerce para a construção de relações interpessoais mais saudáveis. De acordo com os autores, as relações do quotidiano vão desconstruir o “modelo interno” da criança e, em simultâneo, promover a sua capacidade de resiliência. Assim, a intervenção centrada nas crianças e jovens devem ser realizadas com vista a potencializar os efeitos positivos de relacionamentos saudáveis.

Não obstante, a prática de um comportamento desviante durante a estadia no apartamento de autonomização e, comparativamente ao caso anterior, a presença de um retrocesso nas competências de gestão económica foram percecionados como os episódios mais negativos do percurso de acolhimento de B. Face a este resultado, Gaspar (2014) sugere que as instituições de acolhimento sejam capazes de construir um fio condutor que ajude a alcançar a progressividade e transversalidade no apoio aos jovens, de forma a moderar o facto da maioria não reunir um conjunto de competências

necessárias para um bom prognóstico no processo de integração social. A fragilidade ao nível das competências económicas, claramente evidenciadas pelas jovens, é corroborada pelo estudo de Sousa (2015) uma vez que os jovens tendem a possuir maiores competências e conhecimentos nas dimensões relacionadas com a gestão do dia-a-dia e na relação interpessoal, em comparação às dimensões de carácter instrumental, como o caso de gestão financeira. Desta forma, a gestão do dinheiro é uma competência da vida diária que deve ser trabalhada, exaustivamente, com os jovens em risco na fase que antecipa a sua emancipação, com o propósito de assegurar a sua autossuficiência e integração bem-sucedida na sociedade (Davis, Hipps, & Trejo-Castillo, 2015).

Nesta fase, torna-se imperativo avaliar a dimensão relacional das jovens, assim como o reconhecimento atribuído ao papel dos diferentes intervenientes durante o seu percurso na instituição. Relativamente ao contato com a família biológica, foi observada uma ambivalência nas narrativas das participantes. Se por um lado há estudos que sugerem que os jovens em AR identificam elementos da família nuclear como importantes figuras de apoio, particularmente a figura materna (Benbenishty, Dinisman, Sulimani-Aidan, & Zeira, 2013), outros revelam uma maior proximidade entre os jovens e o corpo técnico da instituição, identificando-o como a sua principal fonte de suporte (Calheiros et al., 2015; Gomes, 2010). Assim, se por um lado A revelou uma apreciação positiva sobre a família, por outro lado há ainda autores que sugerem que a perspetiva da criança ou jovem acerca da qualidade da relação com a família pode somente representar uma idealização fictícia (Dell'Aglio, Schwarz, Siqueira, & Tubino, 2009), o que pode justificar a divergência dos resultados. Segundo a técnica, as principais dificuldades no trabalho com esta família consistiram no desconhecimento da identidade da figura paterna, na relação distante com a mãe e os comportamentos negligentes perpetuados pela mesma a nível emocional.

Já B, opta por revelar uma apreciação negativa sobre a relação que manteve com a família, durante o período de acolhimento. Como principais dificuldades no trabalho com esta família constaram a relação distante com o pai, a ausência do contato com a figura materna, o curto potencial de mudança da família, o pouco envolvimento e desresponsabilização pela família e a ausência de outras figuras de suporte na família alargada.

No que concerne às fontes de suporte em contexto residencial, foi possível aferir que a instituição em análise proporciona relações satisfatórias entre as jovens e a equipa técnica, sendo por isso capaz de deixar marcas muito positivas e que se prolongam no

tempo. As memórias são de tal forma favoráveis que à luz da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano podem ser enfatizadas, apesar dos aspetos negativos encontrados quando comparados com crianças e jovens que se desenvolvem em contextos naturais de vida. Estes laços foram indicados, pelas intervenientes, como importantes contributos para suprimir as lacunas relacionais com a família de origem, minimizar eventuais efeitos nefastos inerentes ao AR e aumentar a capacidade para vivenciar transições ao longo da vida, chegando a caracterizar o corpo técnico como a sua própria “família”. Esta conclusão parece ir numa linha inversa ao exposto no estudo de Dell’Aglío e Siqueira (2006, cit. in Araújo, 2012), que afirmam que o AR, além de prejudicar o desenvolvimento psicossocial, também detém uma influência negativa no estabelecimento de vínculos. Também os autores Alcoforado, Gaspar e Santos (2015) verificaram no seu estudo uma apreciação perfeitamente antagónica pelos participantes no que diz respeito ao relacionamento com os adultos da instituição. Para muitos, na generalidade dos cuidadores existia pouca vocação e empenho nas tarefas realizadas. Contudo, os jovens caracterizam alguns adultos como as suas principais figuras de referência, mostrando gratidão pelo apoio e acompanhamento facultado.

Desta forma, perante um precário contato com a família de origem, compete a instituição moldar-se enquanto contexto familiar alternativo (Matos & Mota, 2010). Gaspar (2014) reforça a importância das relações afetivas estabelecidas em ambiente institucional para o desenvolvimento integral da criança e do jovem, quando efetivamente são próximas e saudáveis. Assim, as figuras mais próximas das crianças e jovens, nomeadamente os recursos humanos presentes na instituição são muitas vezes identificados como o verdadeiro significado de família e como o principal núcleo de apoio (Dell’Aglío, et al., 2009). Na mesma sequência de ideias, Martins (2005) considera as relações estabelecidas entre a criança e o meio onde se desenvolve como o aspeto mais importante, desde que se assumam como estáveis, contínuas e nutridas de significado pessoal para as partes envolvidas, atuando como referência e como fio condutor para a compreensão que o menor tem do mundo em redor.

Através das entrevistas realizadas foi também possível identificar que a instituição, em estudo, procura desenvolver programas e atividades que dotem as crianças e jovens de competências necessárias para assegurar o sucesso de uma futura desinstitucionalização. Abordou-se a pertinência da planificação do projeto de vida com vista à autonomização, tendo em conta o papel dos vários intervenientes durante a definição e concretização do mesmo, assim como as características específicas de cada

caso. Ainda neste âmbito, as variáveis que detiveram uma maior influência na sua planificação consistiram no consenso entre os elementos que constituem a equipa técnica, a inviável reintegração familiar, a ausência de figuras de apoio alternativas e a presença de competências pessoais necessárias para ingressar num projeto de vida autónomo.

Por sua vez, verificou-se uma apreciação favorável quanto ao envolvimento das jovens nas tomadas de decisão durante todo o processo. Estes dados são coerentes com o estudo realizado por Batista, et al. (2016) onde se verificou uma unanimidade nas respostas quanto à importância da participação das crianças e dos jovens no planeamento dos seus projetos de vida, na medida em que vai favorecer o desenvolvimento de competências e a motivação necessárias para estabelecerem e cumprirem os seus próprios objetivos. Nesta linha de pensamento, Calheiros et al. (2015) defendem que no âmbito das residências de apoio à transição para a vida independente, todas as atividades devem ser orientadas para a participação e capacitação dos jovens. Para tal, é fundamental promover o seu envolvimento durante todo o processo, desde o momento de admissão até ao momento de saída. Também Carvalho e Cruz (2015, p.6) referem que o desenvolvimento de processos de autonomia em “crianças ou jovens prende-se com a necessidade de lhes dar voz no sentido de os envolver como atores sociais, na construção de um caminho para o bem-estar”. Na sua opinião, para que a construção de um processo de autonomia se materialize é necessário que as crianças ou jovens acolhidos possam tomar decisões e efetuar escolhas no sentido de uma gradual responsabilização e partilha quer com os seus pares como com os adultos.

Atendendo à informação recolhida sobre o envolvimento das famílias durante o percurso de acolhimento institucional, notou-se que, ainda há um longo caminho a percorrer para que se efetive uma intervenção que leve à mudança das condições dos agregados familiares que permita o retorno das crianças ou jovens a casa. Parece haver uma unanimidade nas respostas no que respeita à fraca participação das famílias durante o percurso de acolhimento das jovens assim como uma clara desresponsabilização no que concerne ao apoio facultado durante a definição e concretização do projeto de vida das mesmas. Esta constatação parece ir ao encontro da literatura, Gomes (2010) considera que as famílias da generalidade dos jovens institucionalizados não se assumem como modelos de apoio adequados durante este processo, ficando a cargo dos profissionais da instituição assegurar este papel.

Na verdade, os profissionais presentes no contexto institucional parecem colmatar esta ausência de apoio. Sendo, por isso, considerados como as principais fontes de suporte

instrumental e emocional durante todo o processo que envolveu o planeamento e execução dos projetos de vida das jovens. Este dado parece reforçar a ideia do papel, potencialmente decisivo, da equipa técnica e, em especial, dos educadores que no decurso de toda a intervenção se tornam as principais figuras de referência das crianças e dos jovens acolhidos (Calheiros et al., 2015).

Perante a presença de jovens que, não raras vezes, abandonam a instituição sem retaguarda familiar estruturada que os possa receber, revela-se crucial que as competências necessárias à sua vida autónoma e independente estejam desenvolvidas ao máximo. Neste sentido, um dos principais eixos de análise do presente estudo, consistiu precisamente em conhecer as práticas exercidas pela instituição, no sentido de promover o desenvolvimento de competências de autonomia das jovens.

De um modo geral, foi possível constatar que a instituição em estudo valoriza o PSEI enquanto instrumento que permite determinar e operacionalizar a intervenção individual com cada criança e jovem (Gomes, 2010). No que concerne aos processos de autonomia de vida, a instituição orienta a sua intervenção com base no referencial teórico *Casey Life Skills*. Dada a sua valência nos processos de autonomia, este referencial permite avaliar em que patamar é que as jovens se encontram ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais para a autonomia. Por sua vez, em conformidade com a política da instituição, o processo de preparação para a autonomia das jovens iniciou no centro de acolhimento e contou com a orientação da equipa técnica e, em particular, do educador de referência durante a concretização das diferentes tarefas transversais à autonomia (gestão doméstica, gestão económica e no acesso a serviços formais e informais). Numa fase posterior, os profissionais desempenharam apenas um papel secundário de supervisão, permitindo às jovens assumir uma gradual responsabilidade pelos seus comportamentos. Para finalizar foi efetuada uma nova avaliação que viabilizou a integração das jovens num apartamento de autonomização. Quanto a esta metodologia de trabalho, ficou clara a importância atribuída pelas jovens à existência de um espaço que permitisse a consolidação das competências para a vida autónoma, previamente apreendidas no contexto institucional. De acordo com Gomes (2010), a permanência dos jovens em apartamento de autonomia supõe um trabalho progressivo de autonomização, o que implica a capacitação para as novas responsabilidades que vão assumir. Por sua vez, Pacheco e Sani (2013, p.151) consideram este espaço de autonomização uma estratégia de integração social recente “devendo-se à existência de muitos jovens que viveram quase toda a vida em lar e, que, ao saírem não

tinham adquirido competências de vida autónoma”. Nesta fase, apontam-se como fatores que podem ter condicionado a estadia das jovens, no apartamento de autonomia, o retrocesso na gestão de horários e responsabilidades no caso A e o retrocesso nas competências de gestão económica no caso B.

Tendo em conta a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, podemos considerar que o microsistema e o mesossistema se assumem como os contextos mais importantes, revelando ainda uma importante influência no processo de saída e transição para a vida adulta e no pós-acolhimento. Por este motivo, o acompanhamento pós-institucional deve constituir-se numa realidade para estes jovens, através de redes de apoio formais e informais, mas também - e em muitos casos, necessariamente – mediante um suporte interventivo capaz de atuar ao nível da habitação, da prossecução das atividades educativas e na integração no setor profissional (Gomes, 2010). Remetendo a teoria para o presente estudo, percebemos que no caso A foi assegurada uma articulação com uma instituição na zona de residência da jovem com vista a garantir a continuação dos seus estudos. Por outro lado, tendo em conta a fragilidade emocional e a necessidade de um apoio permanente a nível económico de B, foram desenvolvidos esforços no sentido de integrar a jovem numa resposta da APPACDM destinada a jovens adultos, na qual poderia usufruir de uma supervisão informal. Estes resultados parecem ir ao encontro do estudo de Ingold et al. (2017), ao considerarem fundamental a criação de oportunidades de moradia, coordenação de serviços e apoio pessoal durante a fase de transição, assim como o reconhecimento da centralidade dos jovens na participação ativa durante todo o processo. Também Georgiades (2005) aponta para a importância do acesso a recursos que possam apoiar o processo de autonomização dos jovens, aludindo por isso para a necessidade de serem desenvolvidas redes formais e informais de apoio previamente ao término da sua medida de AR.

Para aumentar a probabilidade de uma integração social favorável, a preparação para a autonomia deve ser ponderada e realizada de forma a assegurar as competências necessárias e transversais à vida independente, sem descurar a vertente emocional. Posto isto, parece haver uma unanimidade favorável nas narrativas quanto ao modelo de intervenção acolhido pela instituição. De um modo geral, as participantes reconhecem os efeitos benéficos da intervenção ainda que, exista uma ponderação negativa em relação ao limite temporal da mesma. Esta apreciação parece ir ao encontro do estudo de Alcoforado, Gaspar e Santos (2015), que consideram que alguns dos jovens institucionalizados tendem a evitar pensar no momento da saída da instituição, adiando

decisões e dando passos nesse sentido. Segundo os autores, estes jovens aguardam um certo *sebastianismo salvador* que possa inverter as coisas ou resolvê-las por si mesmo. O momento da saída da Instituição é, por isso, muitas vezes percebido como marcante e angustiante, dado o receio de falhar e à impreparação que não sendo admitida, é sentida pelos jovens (Gaspar, 2014). Partindo da mesma perspectiva, a técnica aponta para a evolução do modelo de família nacional no qual os jovens tendem a abandonar o contexto familiar mais tardiamente, remetendo para a necessidade de uma reavaliação sobre a idade que dita o término da medida de acolhimento. Este limite temporal parece comprometer a intervenção junto a esta população de risco, isto porque os jovens partem da instituição em desigualdade quando comparados aos seus homólogos em contexto natural de vida. Considera-se então imperativo o investimento por parte da equipa técnica, quer a nível instrumental como emocional, nas crianças e jovens institucionalizados, dada a sua influência na qualidade de vida durante o percurso de acolhimento e na preparação para uma futura desinstitucionalização.

Perante a análise sobre as competências adquiridas para um bom prognóstico no processo de integração social, reconhece-se uma apreciação geralmente positiva entre os participantes, em particular no âmbito da gestão doméstica e nos aspetos relacionados com a conduta e disciplina. Contudo, são identificados outros aspetos que exigiam um trabalho mais intensivo, notadamente ao nível da gestão relacional e da gestão económica. Independentemente de estarem ou não consolidadas as competências mínimas necessárias para a saída da instituição, os jovens têm a vantagem de, ao atingirem a maioridade, optarem pela sua permanência ou não na instituição até completarem 21 anos. A par desta limitação, torna-se pertinente refletir sobre a aplicação, excecional, de um prolongamento da medida de AR de A, além do limite de idade estipulada por lei, no sentido de assegurar que a jovem finalizasse o ensino secundário. Parece isto significar que a instituição desenvolveu esforços no sentido de apoiar a jovem a completar esta etapa significativa da sua vida, de forma a viabilizar a sua entrada na faculdade. Esta importância atribuída à formação escolar repercute-se também nas expectativas da jovem em relação ao seu futuro, onde se verifica a vontade de enveredar numa escola de aviação.

Podemos considerar que, apesar de terem frequentado o mesmo contexto de AR de longa duração, cada jovem vivenciou esta experiência de modo diferente, assim como diferiu a influência e o significado que esta passagem surtiu no período pós-acolhimento. Por sua vez, o processo de desenvolvimento, a transição para a vida autónoma e o seu bem-estar atual culminam de diferentes fatores inerentes a todo o processo institucional

e externos ao mesmo, sendo exemplo disso os motivos que ocasionaram a situação de acolhimento, as diferentes experiências e episódios significativos associados à medida, os vínculos desenvolvidos quer com as figuras da instituição como com os pares, as características individuais, as competências e potencialidades, assim como as limitações e fragilidades de cada jovem.

Também o período de transição para a vida independente se reveste de particular significado para o nosso estudo, tratando-se de outro processo de mudança que mais uma vez é vivenciado de maneira desigual. Após cessarem a medida de acolhimento, ambas as jovens decidiram iniciar o seu percurso de vida autónomo numa localidade diferente, no entanto apenas A demonstrou resiliência suficiente para manter este distanciamento, também em parte derivado ao sentimento de pertença desenvolvido pelo novo contexto. Em contrapartida, este processo não se vislumbrou tão simples para B, vendo-se forçada a recorrer ao apoio da instituição após um determinado tempo. Foram identificados alguns constrangimentos que podem ter influenciado negativamente esta experiência, nomeadamente algumas características pessoais da jovem (e.g. limitação cognitiva), a presença de dificuldades na gestão financeira e a necessidade de uma figura de apoio consistente após o término da medida.

Do momento da saída da instituição, registamos sentimentos contraditórios, que oscilam entre a libertação das regras da instituição, o crescimento pessoal, a felicidade e satisfação, mas também a insegurança e o receio de solidão e abandono. Este resultado confirma a vulnerabilidade dos jovens que saem deste sistema, Quintãns (2009) sugere que o processo de saída da instituição constitui, à semelhança do processo de chegada, um período de transição importante, pelo que a sua preparação e gestão deve ser igualmente valorizada.

Identificar os momentos mais marcantes das suas vidas atuais, atendendo às complexas realidades que compuseram a sua infância, foi outro intento da presente investigação. Logo após abandonarem a instituição, independentemente de terem ou não retaguarda familiar que as acolha, as jovens não usufruíram de muitas alternativas. Prosseguir com os estudos, se for essa a sua pretensão, de acordo com os testemunhos recolhidos, poderá não ser muito fácil dada a necessidade de trabalhar para se sustentarem. Contudo, esta possibilidade não se ostenta completamente irrealista para uma das jovens, demonstrando resiliência suficiente para concluir o ensino secundário em horário pós-laboral. Na retaguarda, A optou por não ingressar no ensino superior apesar de ter sido acionado os meios necessários para que este projeto se efetivasse. Não

obstante, à data da entrevista, um dos objetivos a longo-prazo considerados pela jovem consistia precisamente em entrar numa escola de aviação e tornar-se numa hospedeira de bordo, sugerindo a sua ambição em enveredar pelo ensino em prol de um futuro melhor.

A escolaridade adquirida após o fim do acolhimento institucional poderá ser indicadora do (in)sucesso da integração social das jovens. Por isso mesmo, a decisão pela prossecução dos estudos pode designar-se como um indicador da sua propensão em investirem no futuro e na ampliação do leque de oportunidades laborais. Na visão das jovens, o emprego constitui-se como uma fonte de rendimento económica que lhes permite assegurar a sua subsistência, pagar as despesas, responder às suas necessidades e objetivos, assim como consolidar a sua independência. No entanto, demonstram uma apreciação ambivalente no sentido em que se encontram satisfeitas com o trabalho que têm na atualidade, embora evidenciem alguma insatisfação ao aferirem um rendimento que não permita assegurar uma residência própria.

Compreende-se a perceção positiva que as jovens têm da relação entre o apoio e a formação que lhes foi proporcionada durante a medida de acolhimento e o seu contributo na sua posterior integração social e, em particular no mercado de trabalho. No caso de A, considera-se como principais aprendizagens as competências pessoais e sociais, assim como a sua facilidade na interação com o público. Relativamente a B, distingue-se a sua competência gradual no foro relacional, a sua facilidade em constituir-se como figura de apoio e a sua postura ativa na participação em diferentes atividades presentes na comunidade. Sobre esta jovem, sublinha-se também a propensão para cuidar de crianças durante e após a sua medida de AR.

Apesar do panorama globalmente favorável da experiência pós-institucional, cabe referir a presença de dificuldades/fragilidades manifestadas pelas jovens sobretudo em aspetos de carácter financeiro e emocional. Estes resultados confirmam os dados da literatura nacional e internacional, que referem os vários desafios que os jovens enfrentam após abandonarem a instituição. Como previamente citado, o apoio favorecido durante o período de acolhimento detém um importante peso na consolidação das competências autónomas dos jovens (gestão financeira, escolar e habitacional), sugerindo um aumento significativo ao nível da autonomia (Lopes, et al., 2016). Entre os vários desafios que os jovens enfrentam após abandonarem a instituição, o bem-estar económico emerge como uma das dimensões mais relevantes (Cloninger, 2004). A este respeito, os autores Davis, Hips e Trejo-Castillo (2015) referem a importância da aquisição de competências de

gestão financeira como de gestão habitacional para assegurar uma transição bem-sucedida para a vida independente.

Com o findar do tempo, a intervenção no AR pode ficar comprometida e os jovens podem sentir-se despromovidos de apoio. Na perspetiva ecológica, o desenvolvimento dos jovens é afetado pelas vivências com figuras significativas, sendo estas responsáveis por conferir respostas ao nível pessoal, afetivo e social de forma a potenciar uma autonomização plena. Após a saída, a identificação afetiva prolongada com essas figuras assume-se determinante na prestação do apoio necessário durante todo o processo que pauta a vida independente do jovem, assim como para a contribuição nas diferentes tomadas de decisão e na escolha dos percursos de vida (Alcoforado, Gaspar, & Santos, 2015). Neste sentido, Georgiades (2005) corrobora a importância de um apoio emocional e afetivo consistente como uma das funções primordiais da rede social desta população, sendo igualmente pautado como um dos apoios mais eficientes para minorar os efeitos nefastos de uma situação adversa (Betts, Dell’Aglia, Siqueira, 2006).

Relativamente ao acompanhamento pós-institucional, compreende-se que apesar de não existirem procedimentos formais que garantam um apoio consistente pela instituição após as jovens cessarem a medida – situação esta que pode comprometer o sucesso da intervenção – os profissionais presentes no contexto realizam, dentro das suas possibilidades, um acompanhamento informal durante o processo de integração das jovens na comunidade.

A maioria simboliza, muitas vezes, o momento de saída do sistema de acolhimento e, portanto, é natural que as jovens se assumam preparadas e autossuficientes para iniciarem a sua vida de forma autónoma. Contudo, esta realidade não se revela tão linear, sendo no momento da emancipação que se confrontam com a possibilidade de não apresentarem recursos e competências suficientes para fazer face às diferentes solicitações da vida autónoma sozinhas. Na presente análise observamos uma discrepância entre as apreciações das jovens relativamente ao apoio prestado pela instituição, assim como diferentes posturas face à vida autónoma. Se por um lado, A assume uma postura mais independente nesta fase apesar de reconhecer o apoio facultado pela equipa técnica. B, embora reconheça o apoio informal, parece aferir de alguma dificuldade em romper a ligação emocional com os profissionais presentes no contexto, visitando-os com alguma regularidade após ter cessado a sua medida. Importa referir que, esta jovem reconhece a equipa técnica como a sua própria família, corroborando a ótica de Alvarez, Batista e Carvalho (2014) que sugerem a possibilidade de existirem adultos

de referência na instituição capazes de desempenhar funções parentais ainda que apenas durante o período que pauta a medida de acolhimento. Particularmente no caso desta jovem podemos comprovar que o vínculo se torna duradouro, muito em parte devido ao número de anos em que conviveu com a equipa técnica e à ausência de uma retaguarda familiar.

Nas suas verbalizações, denota-se que as jovens assumem uma postura bastante realista relativamente aos objetivos pessoais e profissionais que desejam atingir, podendo este fator estar relacionado com o trabalho desenvolvido em contexto de instituição. Segundo Alves (2007, p.180) “o exercício de perspetivar o futuro envolve, obrigatoriamente, a aquisição e o desenvolvimento de competências de autocritica e autoanálise das capacidades pessoais e dos recursos disponíveis”, sendo através deste processo de aprendizagem que se consagra a “competência para ambicionar e para sonhar”, concebida ao longo do tempo e estimulada pelos profissionais da instituição.

Atendendo às narrativas, devemos levar em consideração que estas jovens surgem de núcleos familiares desajustados, em que não se encontrou sequer, na família alargada, qualquer tipo de resposta imediata. O desajuste parental deveu-se essencialmente a baixas competências pessoais, de supervisão e proteção, além da ausência de cuidados de educação geradores de abandono/absentismo escolar, o que pode fundamentar de alguma maneira a ausência de um meio saudável para o seu desenvolvimento integral, comparativamente a quem não sofreu traumas, abandonos ou maus-tratos. Como percecionado na literatura, a educação assume um importante papel na promoção da autonomia, no desenvolvimento de aptidões e no favorecimento de oportunidades ao pleno exercício de cidadania. Um acolhimento de qualidade, capaz de providenciar oportunidades que assegurem o bem-estar emocional, educacional e o desenvolvimento integral das crianças e jovens, aliado a um empenho proativo dos profissionais durante a concretização e implementação do projeto de vida, assim como um acompanhamento emocional e instrumental após os jovens abandonarem a instituição, podem transformar o risco em oportunidade, contribuindo para a aquisição de recursos e competências fundamentais para uma vida autónoma (Martins, 2004).

No presente estudo verificou-se, por um lado, o esforço protagonizado pelos profissionais em promover o desenvolvimento das competências de autonomia nas jovens que acolhem e, por outro lado, a insuficiência do mesmo. Os testemunhos recolhidos permitiram-nos refletir sobre a dificuldade de trabalhar determinadas competências em instituições que muitas vezes acolhem um rácio elevado de jovens e, sobretudo, com

caraterísticas tão distintas. O momento de saída é por isso assinalado pelas fragilidades em diferentes dimensões subjacentes à vida autónoma, notadamente ao nível da gestão económica e a nível emocional. Ainda que seja identificado um acompanhamento informal pela instituição no percurso após o acolhimento, este parece revelar-se insuficiente. As dificuldades sentidas pelas jovens parecem perpetuar-se por não existirem respostas posteriores à desinstitucionalização capazes de acompanhar e providenciar o aconselhamento necessário. Por outro lado, também a falta de procedimentos legais a este respeito, constituem um claro constrangimento da intervenção pós-institucional, especialmente nos casos de emancipação, onde muitas vezes é sentido um corte radical. Torna-se plausível concluir que o desinvestimento de um acompanhamento formal e sistemático após o término da medida pode comprometer a concretização do projeto de vida e colocar em causa a intervenção desenvolvida em AR.

No nosso parecer, o processo de desinstitucionalização dos jovens e a sua subsequente integração na comunidade continua a apresentar-se como um desafio contemporâneo renovado, devido à complexidade e multidimensionalidade da integração comunitária, social e laboral futura. Deste prisma, decorre a relevância da disseminação dos resultados no sentido de incentivar a implementação de projetos de autonomia como prática corrente em Portugal, onde o AR de crianças e jovens em risco ainda se assume com um peso significativo. Segundo Cabral (2017, p.35) o processo de autonomização pode representar um “paradigma transformador se, transitar para a comunidade, for sinónimo de integração, ecologicamente ancorado e coerente em termos de presença, acessibilidade e participação em esferas sociais diversificadas”.

Como já referido, a realidade dos jovens em contexto nacional tem vindo a alterar-se, isto porque a autonomia é materializada cada vez mais tarde em virtude do investimento na educação assim como na dificuldade acrescida em encontrar um emprego estável, cujos rendimentos permitam fazer face às diferentes solicitações do quotidiano. Por isso mesmo, os jovens em meio natural de vida tendem a sair mais tardiamente de casa. Sendo a instituição o lar de muitos outros, talvez fosse prudente estender a medida de AR de modo a apoiar o investimento na formação educacional e na procura por empregos estáveis e qualificados.

Outro dado pertinente neste estudo prende-se com a debilidade cognitiva de uma das jovens. Sobre este aspeto, não devemos descurar a percentagem de jovens cuja idade cronológica não corresponde à idade mental, o que pode representar um problema suplementar à intervenção. Perante a ausência de um suporte atento e continuado durante

e após a medida de acolhimento, os jovens podem nunca conseguir atingir a plenitude de uma vida social, nem tão pouco enquadrar-se num estilo de vida independente e saudável.

As considerações presentes neste estudo, devem ser ponderadas em função das limitações que o próprio apresenta. Desde logo, limitações relacionadas com a metodologia do estudo, uma vez que a mesma restringe o número de participantes, reduzindo assim o número de narrativas recolhidas que poderiam enriquecer os resultados da presente investigação. A questão da temporalidade também se apresenta como uma limitação, dada as recordações retrospectivas sobre dois momentos específicos do passado. Como proposta, sugerimos a utilização de um estudo longitudinal que possa ser ampliado e replicado, abrangendo uma amostra significativa de crianças e jovens desde o momento que dão entrada no sistema de acolhimento, até ao momento que abandonam a instituição e transitam para a vida autónoma. Por outro lado, parece-nos ainda importante que se possam incluir no estudo outros intervenientes igualmente importantes no processo de acolhimento da criança e do jovem, tais como a família nuclear, as entidades com competência em matéria de infância e juventude e os recursos humanos da instituição. A triangulação dos dados pode favorecer um levantamento mais completo de informações acerca da medida de acolhimento e, por sua vez, determinar uma maior compreensão acerca desta realidade. Para finalizar, podem ainda ser contestadas a veracidade das informações prestadas ou a compreensão plena das questões colocadas no decorrer das entrevistas. Não obstante, apesar das limitações subjacentes ao uso de uma metodologia qualitativa, que está acima de tudo sujeita à interpretação do investigador, procurámos desenvolver a análise com absoluto rigor e imparcialidade de forma a contrabalançar estas vicissitudes.

Importa sublinhar que, uma das maiores limitações do presente estudo consistiu no acesso a casos de crianças e jovens com medidas de reintegração familiar em vigor, podendo ser justificável com o princípio de confidencialidade e identidade quer da criança e do jovem como da sua família nuclear. Este constrangimento restringiu a nossa amostra, comprometendo um dos objetivos iniciais do nosso estudo. Aproveita-se a oportunidade de sugerir a concretização de investigações neste âmbito, de modo a analisar a realidade vivenciada pelas crianças e jovens desde o momento que iniciam a medida de acolhimento até à fase que reintegram no seu contexto familiar de origem, considerando o papel dos diferentes intervenientes durante todo o processo assim como o trabalho desenvolvido pela instituição.

Como previamente referido, a investigação nesta área consiste num método para conhecer, ponderar e melhorar os procedimentos e as políticas no que respeita ao AR. Dada a sua complexidade, estamos conscientes que seria importante explorar as temáticas em estudo de uma forma mais aprofundada. No entanto, consideramos que a própria natureza do trabalho, o significado atribuído pelas participantes sobre a sua experiência institucional e sobre as suas condições atuais de vida, possam instigar o desenvolvimento de novos trabalhos sobre o tema.

Em modo de reflexão, cabe relembrar que se procurou compreender, através das narrativas de jovens adultas que viveram acolhidas institucionalmente, as transições ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas, bem como entender os fatores que contribuíram para uma integração social bem-sucedida. Genericamente, como fatores facilitadores identificámos: as características e recursos pessoais; o apoio emocional e instrumental facultados pela equipa técnica; a existência de figuras de referência; a implementação de regras e normas institucionais; a obtenção de habilitações escolares e profissionais; a preparação para a autonomização; e, a articulação com outras instituições que permitissem a integração das jovens numa resposta de habitação após cessarem a sua medida de acolhimento. Por outro lado, também a integração das jovens no mercado de trabalho se assumiu como um fator protetor na fase que dita a transição para a vida independente.

Em função das conclusões obtidas, ficou claro que a instituição não se revela indiferente ao projeto de vida e ao futuro das crianças e jovens acolhidas, o que coloca responsabilidades acrescidas quer do ponto de vista da consciência profissional quer do ponto de vista dos procedimentos éticos nos interventores do próprio contexto. Tendo em conta o ténue limite temporal que pauta a transição sugere-se o investimento de programas estruturados de apoio à autonomia para jovens ex-institucionalizados que permita assegurar uma base de apoio instrumental e emocional nesta fase.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares* (3º ed.). Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 89-102. doi:10.1590/S0103-863X2007000100009
- Alberto, I. M. (2002). “Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In R. A. Abrunhosa & C. Machado (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 2: Crianças, pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. M. M., Carmo, R., & Guerra, P. (2006). *O Abuso sexual de menores. Uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Alberto, I. M. M., Faria, S. M. A. M., Salgueiro, A. G. B., & Trigo, M. L. M. T. R. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Perceções em torno das vivências de institucionalização. *Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança*. Universidade do Minho, Braga. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.14/12930>
- Alcoforado, J. L. M., Gaspar, J. P. M., & Santos, E. J. (2015). Desafios da autonomização: Estudo das transições segundo jovens adultos ex-institucionalizados. *Psicologia Clínica*, 27(1), 59-81. doi:10.1590/0103-56652015000100004
- Almeida, A., & Arizmendi, J. (2017). Reunificação familiar e acolhimento residencial em Portugal-Norte: Visões dos intervenientes. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (5), 96-101. doi:10.17979/reipe.2017.0.05.2371
- Almeida, A., & Arizmendi, J. (2019). Práticas e visões dos profissionais de acolhimento nos processos de reunificação familiar: Um estudo exploratório. *Configurações. Revista de sociologia*, (23), 73-89. doi:10.4000/configuracoes.7325
- Almeida, A., & Ferreira, S. (2017). Práticas profissionais em processos de reunificação familiar. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (5), 257-263. doi:0.17979/reipe.2017.0.05.2674
- Alonso, J. D., & Menéndez, R. M. (2014). El acogimiento de menores en el actual sistema de protección a la infancia: La importancia del contexto. *Revista Internacional de Trabajo Social e Bienestar*, (3), 149–155. Retrieved from <https://revistas.um.es/azarbe/article/view/198491>

- Alvarez, F., Baptista, M., & Carvalho, I. (2014). Adolescentes em contexto institucional. In T. S. Mendes & P. V. Santos (Orgs.), *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 49-71). Lisboa: Climepsi Editores.
- Alves, S. (2007). *Filhos da madrugada: Percursos de adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amorós, P., Balsells, M. A., Mateos, A., Navajas, A., Pastor, C., & Ponce, C. (2014). Child welfare and successful reunification through the socio-educative process: Training needs among biological families in Spain. *Social Sciences*, 3(4), 809-826. doi:10.3390/socsci3040809
- Araújo, R. C. S. A. (2012). *Resiliência e autoconceito em jovens institucionalizados: Qualidade da ligação a figuras significativas* (Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Consultada em <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/2505>
- Austin, M. J., Carnochan, S., & Lee, C. (2013) Achieving timely reunification. *Journal of Evidence-Based Social Work*, 10(3), 179–195. doi:10.1080/15433714.2013.788948
- Azevedo, S., Campos, J., Del Valle, J. F., Dias, P., Barbosa-Ducharne, M. B., Leal, M., ...Rodrigues, S. (2016). Acolhimento residencial em Portugal. In Almeida et al. (Coords.), *Atas do 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses* (pp. 858-869). Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses. Retrieved from https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=265664
- Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Balsells, M. A., Fuentes-Peláez, N., Molina, M. C., Mundet, A., Pastor, C., & Vaquero, E. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 42, 228–247. Retrieved from <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=242678>
- Balsells, M. A., Mateos, A., Urrea, A., & Vaquero, E. (2018). Positive parenting support during family reunification. *Early Child Development and Care*, 188(11), 1567-1579. doi:10.1080/03004430.2018.1491559
- Barroso, R., Barbosa-Ducharne, M., Cruz, O., & Silva, A. (2018). Competência social em adolescentes adotados: Estudo comparativo com adolescentes não adotados e em acolhimento residencial. *Análise Psicológica*, 36(2), 185-197. doi:10.14417/ap.1352

- Barroso, R., & Leite, A. L. (2016). Crime sexual. In L. Afonso, S. Caridade, R. Estrada, H. Fernandes, R. L. Maia, C. Nogueira, L. M. Nunes, & A. I. Sani (Eds.), *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade* (pp. 132-133). Lisboa: Edições Sílabo.
- Batista, V. C., Brites, J. R., Cordeiro, L., & Ribeiro, E. J. (2016). Projeto de vida em lares de infância e juventude: Perspetivas dos técnicos. *Journal of Child & Adolescent Psychology/Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 83-92. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11067/3501>
- Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., Del Valle, J. F., Devaney, J., Hayes, D., Knorth, E. J., ...Witteman, C. L. M. (2015). Decision making in child protection: An international comparative study on maltreatment substantiation, risk assessment and interventions recommendations, and the role of professionals' child welfare attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 49, 63-75. doi:10.1016/j.chiabu.2015.03.015
- Benbenishty, R., Dinisman, T., Sulimani-Aidan, Y., & Zeira, A. (2013). The subjective well-being of young people aging out of care. *Children and Youth Services Review*, 35(10), 1705-1711. doi:10.1016/j.chilyouth.2013.07.011
- Benetti, I. C., Crepaldi, M. A., Schneider, D. R., & Vieira, M. L. (2013). Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Pensando Psicologia*, 9(16), 89-99. doi:10.16925/pe.v9i16.620
- Betts, M. K., Dell'Aglio, D. D., & Siqueira, A. C. (2006). A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 40(2), 149-158. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/284/28440202.pdf>
- Boehs, C. G. E., & Maffezzoli, E. C. F. (2008). Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. *Revista da FAE*, 11(1), 95-110.
- Borges, J., & Lauz, G. V. M. (2013). Concepção da família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33(4), 852-867. Retrieved from <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282029760007>
- Brandão, M. T. (2010). Propostas de intervenção familiar para crianças em risco. In A. T. Almeida & N. Fernandes (Orgs.), *Intervenção com crianças, jovens e famílias: Estudos e práticas* (pp. 225-246). Coimbra: Almedina.
- Bravo, A., Del Valle, J. F., López, M., & Montserrat, C., (2013). Factors associated with family reunification for children in foster care. *Child & family social work*, 18(2), 226-236. doi:10.1111/j.1365-2206.2012.00847.x

- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742. Retrieved from <http://rinaldipsych.synthasite.com/resources/Bronfenbrenner.pdf>
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2000). Ecological systems theory. In A. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of Psychology*, (pp. 129–133). New York: Oxford University Press.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social development*, 9(1), 115-125. doi:10.1111/1467-9507.00114
- Cabral, A. M. S. M. (2017). *Do acolhimento à autonomização: percepções dos jovens que viveram institucionalizados* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/201>
- Calheiros, M. M., Graça, J., Garrido, M. V., Jesus, H., Mendes, R., & Morais, I. (2015). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Orgs), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol.3, pp.241-294). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Cansado, I. P. T. (2014). *A Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo* (Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora). Retrieved from <https://core.ac.uk/download/pdf/62464489.pdf>
- Caridade, S., & Sani, A. I. (2016). Intervenção em Contexto de Acolhimento Institucional com Crianças e Jovens Vítimas de Violência. In S. Caridade & A. I. Sani (Coords.), *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* (pp. 19-30). Lisboa: Pactor.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. Lisboa: Mergulhar em Ideias, Lda.
- Carvalho, M. J. L., & Cruz, H. (2015) Transições juvenis num contexto de (pós-)acolhimento em instituição. In M. J. Leote, H. Cruz, & A. Salgueiro (Orgs.), *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 4-15). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In A. T. Almeida et al. (Eds.). *Atas do VII Simpósio Nacional de*

- Investigação em Psicologia* (pp. 3326-3335). Braga, Universidade do Minho. Retrieved from <https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/64468>
- Chaffin, M., & Swenson, C. C. (2006). Beyond psychotherapy: Treating abused children by changing their social ecology. *Aggression and Violent Behavior, 11*(2), 120-137. doi:10.1016/j.avb.2005.07.004
- Cloninger, C. R. (2004). *Feeling good: The science of well-being*. New York: Oxford University Press.
- Collins, M. E. (2004). Enhancing services to youths leaving foster care: Analysis of recent legislation and its potential impact. *Children and Youth Services Review, 26*(11), 1051-1065. doi:10.1016/j.chilyouth.2004.08.005
- Côté, J., Fillion, F., & Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Creswell, J. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens* (3ª ed.). Porto Alegre: Penso Editora, Lda.
- Daining, C., & DePanfilis, D. (2007). Resilience of youth in transition from out-of-home care to adulthood. *Children and Youth Services Review, 29*(9), 1158-1178. doi:10.1016/j.chilyouth.2007.04.006
- Davis, G., Hipps, T., & Trejos-Castillo, E. (2015). Economic well-being and independent living in foster youth: Paving the road to effective transitioning out of care. *Child welfare, 94*(1), 53-71.
- Dearden, L., Gilbert, R., Grath-Lone, L. M., Harron, K., & Nasim, B. (2017). Factors associated with re-entry to out-of-home care among children in England. *Child abuse & neglect, 63*, 73-83. doi:10.1016/j.chiabu.2016.11.012
- Dell'Aglio, D. D., Schwarz, C., Siqueira, A. C., & Tubino, C. D. L. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 61*(1), 176-190. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229019189017.pdf>
- Del Valle, J. F., & Zurita, J. F. (2007). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia* (3ª ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Delgado, P. (2002). *A participação como processo de construção de responsabilidade na intervenção educativa junto de crianças e jovens em risco* (Dissertação de Doutoramento não editada). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11328/573>

- Delgado, P. (2006). *Os direitos das crianças da participação à responsabilidade: o sistema de proteção e educação de crianças e jovens* (1ª ed.). Porto: Profedições.
- Elias, A., Gaspar, J. P., & Gaspar, M. F. (2017). Desafios de autonomização com jovens (ex) acolhidos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8(1), 187-203. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11067/4615>
- Escobar, C. G., & Torres, M. L. (2017). Maus-tratos na criança e no jovem. In I. F. Costa, M. R. O. Morgado, & F. Xarepe (Coords.), *O risco e o perigo na criança e na família* (pp. 69-77). Lisboa: Pactor.
- Fragoso, T. (2017) Prefácio. In I. F. Costa, M. R. O. Morgado, & F. Xarepe (Coords.), *O Risco e o Perigo na Criança e na Família* (pp. XVII-XVIII). Lisboa: Pactor.
- Franco, A., & Ramírez, L. (2016). Abuso sexual infantil: Perspectiva clínica y dilemas ético-legales. *Revista Colombiana de Psiquiatria*, 45(1), 51-58. doi:10.1016/j.rcp.2015.07.003
- Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens ex-institucionalizados* (Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra). Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25245>
- Georgiades, S. (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 22(5-6), 417-439. doi:10.1007/s10560-005-0020-y
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Guerra, P. (2018). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* (3ª ed). Coimbra: Edições Almedina.
- Häggman-Laitila, A., Karki, S., & Saloekkilä, P. (2018). Transition to adult life of young people leaving foster care: A qualitative systematic review. *Children and Youth Services Review*, 95, 134-143. doi:10.1016/j.childyouth.2018.08.017
- Henriques, M. R., Silva, S. R., & Teixeira, D. N. (2018). Crianças em acolhimento residencial: Conteúdo temático das suas narrativas de vida. *Análise Psicológica*, 36(1), 1-14. doi:10.14417/ap.1245
- Ingold, A., Liabo, K., McKenna, C., & Roberts, H. (2017). Leaving foster or residential care: A participatory study of care leavers' experiences of health and social care transitions. *Child: care, health and development*, 43(2), 182-191. doi:10.1111/cch.12426

- Instituto da Segurança Social, IP (2009). *Manual de Processos-chave: Lar de infância e juventude*. Lisboa: ISSIP. Retrieved from <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=manual+de+Processos-chave>
- Instituto de Segurança Social, IP (2019). *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens em 2018*. Lisboa: ISSIP. Retrieved from <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA>
- Kristensen, O. S., Mortensen, P. B., Petersen, L., & Ubbesen, M. B. (2012). Out of care and into care again: A Danish register-based study of children placed in out-of-home care before their third birthday. *Children and Youth Services Review, 34*(11), 2147-2155. doi:10.1016/j.chilyouth.2012.07.014
- Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro – Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.
- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro – Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of successful reunification: A narrative study of family resilience in child welfare. *Families in Society, 92*(2), 203–210. doi:10.1606/1044-3894.4102
- Lima L. (2009). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Lopes, L., Palaio, C., Pinheiro, M. D. R., Santos, L., Santos, S., & Velho, C. (2016). *Projet'ar-te - Desafios para a mudança no Sistema de Acolhimento: Resultados do programa de desenvolvimento de competências para a vida*. In C. A. Gomes, M. Figueiredo, H. Ramalho, & J. Rocha (Coords.) *Atas do XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação: Fronteiras, diálogos e transições na educação (1449-1459)*. Escola Superior de Educação de Viseu, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/46953>
- Lourenço, A. (2014). *Avaliação do projeto “casa de pré-autonomia” desenvolvido com jovens institucionalizadas* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). Retrieved from <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8435/1/Tese%20Final%20A%20G.pdf>
- Martellet, E. C., & Siqueira, A. C. (2014). Apego e adolescência institucionalizada: Estudo de caso. *Psicologia Argumento, 32*(77), 63-73. doi:10.7213/psicol.argum.32.077.DS06

- Martín, E., Rodríguez, T., & Torbay, Á., (2008). Cooperación familiar y vinculación del menor con la familia en los programas de acogimiento residencial. *Anales de Psicología*, 24(1), 25–32. doi:10.6018/analesps
- Martinez, A. L. M., & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: A voz dos adolescentes. *Psicologia Em Revista*, 14(2), 113–32. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v14n2/v14n2a08.pdf>
- Martins, P. C. M. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações, espaços e modos* (Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho). Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3238>
- Martins, P. C. M. (2005). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional: elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade*. Comunicação oral no encontro Inadaptação Social: Transformações, Intervenção e Avaliação, CID. Porto, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/6750>
- Matos, P. M., & Mota, C. P. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise psicológica*, 28(2), 245-254. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.12/6144>
- Montserrat, C. (2014). The child protection system from the perspective of young people: Messages from 3 studies. *Social Sciences*, 3(4), 687–704. doi:10.3390/socsci3040687
- Morais, I., & Ó, J. (2017). O território da privacidade das crianças em situação de acolhimento institucional prolongado: estudo de caso. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Orgs), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol.1, pp.165-189). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Ollaik, L., & Ziller, H. (2012). Conceções de validade em pesquisa qualitativa. *Educação e Pesquisa*, 38(1), 229-242. doi:10.1590/S1517-97022012005000002
- Pacheco, P., & Sani, A. (2013). *Proposta de modelo de intervenção na integração social de crianças e jovens institucionalizadas em Lares de Infância e Juventude* (pp. 149-153). Porto: Edições UFP. Retrieved from www.academia.edu/11690726
- Pereira, P. M., & Santos, S. V. (2017). Conceptualização de situações de mau trato da lei de proteção à avaliação psicossocial. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Orgs), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol.1, pp.15-31). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Picado, S. R. S. M. (2013). *A intervenção com crianças em risco num centro de acolhimento temporário e a intervenção precoce – que relação?* (Dissertação do

- mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9094/1/tese%20final.pdf>
- Prata, A. T., & Vilariça, P. (2017). Impacto da Institucionalização em Crianças e Jovens. In I. F. Costa, M. R. O. Morgado, & F. Xarepe (Coords.), *O Risco e o Perigo na Criança e na Família* (pp. 245-258). Lisboa: Pactor.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256. doi:10.1590/S1413-73722007000200005
- Quintães, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização* (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho). Retrieved from <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9957>
- Reichert, C. B., & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38(3), 292-299. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161627>
- Rivero, C. (2013). Intervenção positiva com famílias socialmente vulneráveis. In P. Grilo, C. Rivera, S. Rodrigues, & L. Sousa (Eds.), *Práticas colaborativas e positivas na intervenção social* (pp.30-53). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.
- Saldaña, J. (2009). *The coding manual for qualitative researchers*. Thousand Oaks (pp.1-31). CA: Sage Publications Ltd.
- Santos, C. (2014). Intervenção social junto das famílias com crianças institucionalizadas. In T. Mendes & P. Santos (Orgs.), *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 185-200). Lisboa: Climepsi editores.
- Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco: A experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15593>
- Sousa, R. E. P. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em lares de infância e juventude* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/31190>
- Souza, L. F. N. I. (2010). Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. *Educar em Revista*, (36), 95-107. doi:10.1590/S0104-40602010000100008

- Stake, R. E. (2016) *A arte da investigação com estudos de caso* (4ªed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viseu). Retrieved from <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/2264>
- Vilelas, J. (2017) *Investigação: O processo de construção do conhecimento* (2ª ed). Lisboa: Edições sílabo.
- Winter, K. (2006). The participation rights of looked after children in their health care: a critical review of the research. *The International Journal of Children's Rights*, 14(1), 77-95. doi:10.1163/157181806776614354

Anexos

Anexo A. Entrevista semiestruturada à técnica



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Neste momento encontra-se a participar numa investigação que pretende compreender quais os fatores diferenciadores durante o percurso de acolhimento que tenham facilitado ou dificultado a transição das jovens para a vida autónoma, considerando os significados pessoais atribuídos às experiências durante todo o processo institucional e em contexto de vida independente.

A sua colaboração é essencial para levar a cabo o alcance do objetivo pretendido. Assim, agradeço a sua colaboração e disponibilidade para participar no presente estudo. Recordo que não existem respostas certas ou erradas, sendo apenas pretendido conhecer a sua perceção relativamente ao percurso de vida da jovem, desde o momento em que integrou no sistema de acolhimento até ao momento em que transitou para a vida autónoma. Toda a informação facultada durante a entrevista, será tratada de forma confidencial e utilizada apenas para fins estritamente académicos. Sendo a sua participação voluntária, pode interromper a entrevista a qualquer momento.

Antes de darmos início à entrevista, não sei se gostaria de colocar alguma questão...

1. Relativamente à medida de acolhimento da jovem, pode indicar os motivos que originaram?
2. Pode descrever um episódio positivo e outro negativo da experiência da jovem ao longo do seu processo de acolhimento?
3. Como caracteriza a relação entre a jovem com a família ao longo do processo de acolhimento? Como caracteriza a relação que a jovem estabeleceu com as figuras da instituição?
4. Quais as principais razões que levaram a decisão do projeto de vida da jovem? Em que medida foi consensual para as entidades envolvidas?
5. Como descreve o envolvimento da jovem no que compete à definição e concretização do projeto de vida?
6. Como descreve o seu papel quanto ao apoio disponibilizado à jovem na definição e concretização do projeto de vida?

7. Relativamente a preparação para a transição da jovem para a família ou/ autonomia que trabalho específico foi realizado? (com qualquer tipo de interveniente)
8. Neste momento como avalia o trabalho desenvolvido?
9. No momento atual, na sua opinião quais são as principais competências e dificuldades na jovem?
10. Em que áreas considera que haveria necessidade de mais apoio?
11. Neste momento qual a sua perceção relativamente a vida da jovem?

Anexo B. Entrevista semiestruturada à jovem



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Neste momento encontras-te a participar numa investigação que pretende compreender quais os fatores diferenciadores durante o percurso de acolhimento que tenham facilitado ou dificultado a tua transição para a vida autónoma. Para esse fim, preciso de colocar algumas questões sobre a tua medida de acolhimento, mais especificamente desde o momento em que integraste no sistema de acolhimento residencial ao momento em que transitaste para a vida autónoma.

A tua colaboração é essencial para levar a cabo o alcance do objetivo pretendido. Assim, agradeço a tua ajuda e disponibilidade para responder a esta entrevista. Recordo que não existem respostas certas ou erradas, sendo apenas pretendido conhecer a tua perceção relativamente à tua experiência de acolhimento e sobre esta nova fase da tua vida. Toda a informação facultada durante a entrevista, será tratada de forma confidencial e utilizada apenas para fins estritamente académicos. Sendo a tua participação voluntária, podes interromper a entrevista a qualquer momento.

Antes de darmos início à entrevista, não sei se gostarias de colocar alguma questão...

1. Para começar gostava que falasses sobre a tua medida de acolhimento residencial. Quais foram as razões que consideras que a desencadearam?
2. Quais os aspetos que consideras mais marcantes, tanto positivos como negativos, em relação a instituição?
3. Olhando agora para a tua experiência de acolhimento, gostava que partilhasses uma experiência positiva e uma negativa que te tivesse marcado durante a mesma.
4. Como caraterizas a relação com a tua família ao longo da tua medida de acolhimento? Como caraterizas a relação que estabeleceste com as figuras da instituição?
5. Quais as principais perdas que sentiste durante a tua experiência de acolhimento?
6. Ainda sobre a tua experiência de acolhimento, quais consideras as principais aprendizagens que adquiriste?

7. No decorrer da tua medida de acolhimento, como foi decidido o teu projeto de vida de regresso a família ou/ autonomia de vida? (qual a perceção relativamente ao papel que teve no mesmo)
8. Relativamente ao teu acolhimento qual a tua perceção relativamente ao envolvimento da tua família no mesmo?
9. Em relação ao teu projeto de vida, qual a tua opinião no que concerne ao envolvimento da tua família no mesmo?
10. Como descreves a preparação que recebeste para a medida de reintegração familiar ou/ autonomia de vida?
11. Como descreves os sentimentos/ a tua experiência emocional que tiveste e sentiste durante a transição?
12. Atualmente, o que esta a acontecer na tua vida?
13. Nesta nova fase de vida, quais os aspetos que consideras mais positivos?
14. Atualmente, quais as principais dificuldades que sentes?
15. Como descreves esta experiência a nível emocional?
16. O que gostavas que fosse diferente?
17. Particularmente nesta fase, como avalias o apoio prestado pelas entidades profissionais?
18. Neste momento quais os teus planos e metas para o futuro?

Anexo C. Questionário sociodemográfico à técnica



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
BRAGA

Dados Pessoais

Idade: _____

Data de nascimento: __/__/__

Sexo: _____

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____

Formação

Formação académica: _____

Área de especialização: _____

Outras formações relevantes: _____

Função desempenhada na Instituição: _____ Duração: _____

Outras experiências profissionais relevantes: _____

Instituição

Missão da Instituição: _____

Número de crianças em acolhimento: _____

Número de crianças com projetos de vida de reintegração familiar: _____

Número de jovens com projetos de vida de autonomização: _____

Informação referente ao Jovem

Idade do jovem no momento do acolhimento: _____

Motivo do acolhimento: _____

Duração da medida de acolhimento: _____

Outras experiências de acolhimento ao longo do percurso do jovem: _____

Idade do jovem ao terminar o processo de acolhimento: _____

Motivo da cessação do processo de acolhimento: _____

Agradeço a sua colaboração!

Anexo D. Questionário sociodemográfico à jovem



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Informação pessoal

Idade: _____

Data de nascimento: __/__/__

Sexo: _____

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____

Formação escolar e profissional

Escolaridade: _____

Curso/Formação: _____

Situação Laboral: _____ Profissão: _____

Agregado Familiar

Pessoas com quem residem: _____

Apoios

Apoios sociais: _____

Outros apoios: _____

Agradeço a tua colaboração!

Anexo E. Carta de apresentação à instituição



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Nome da Instituição:

Exma. Senhora Doutora:

Investigadora: Mafalda Almeida

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora Armanda Gonçalves

No âmbito da realização da dissertação de mestrado do 2.º ciclo de Psicologia Clínica e da Saúde, vim por este meio pedir a vossa excelência a sua colaboração no estudo intitulado “A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais”.

A investigação em questão vai debruçar-se sobre diferentes temáticas relativas ao processo de acolhimento do jovem, nomeadamente:

1. Motivos que originaram o acolhimento residencial e sua manutenção;
2. Caracterização dos sentimentos experienciados durante a medida de acolhimento;
3. Perceção dos vínculos estabelecidos durante o contexto institucional
4. Caracterização de episódios relevantes durante a medida de acolhimento;
5. Papel dos diferentes intervenientes durante a definição e concretização do projeto de vida;
6. Perceção do trabalho realizado em contexto institucional com vista à transição do jovem para a autonomia/ reintegração familiar;
7. Identificação das diferentes perceções relativamente à vida atual do jovem

Finalidade e objetivos do estudo

Dada a escassez de investigação neste âmbito, seria pertinente dar voz aos jovens com percursos de acolhimento residencial concluídos, assim como aos técnicos que acompanharam de perto todo o processo, de forma a identificar as diferentes perceções sobre a influência da instituição nos percursos de vida atuais dos primeiros. Este objetivo visa o reajuste de modelos e estratégias de intervenção com esta população.

Instrumentos

No presente estudo, serão realizadas entrevistas e aplicados questionários sociodemográficos, individualmente. É pretendido, através destes instrumentos, recolher informação junto a quatro jovens após concluírem a sua medida de acolhimento institucional e ingressarem nos seus projetos de vida, previamente definidos – preferencialmente dois em medida de reintegração familiar e dois em medida de autonomia de vida – bem como aos técnicos da instituição responsáveis por cada caso.

Duração prevista

O número de horas necessárias para a recolha de dados, assim como o seu agendamento, será previamente planeado em conjunto com os participantes.

Condições de participação

Para que os jovens possam integrar na presente investigação é necessário que obedeçam aos seguintes critérios: a) tenham sido alvos de institucionalização no respetivo centro de acolhimento; b) têm de estar, à data da recolha de dados, em medida de reintegração familiar ou em autonomia de vida.

Vantagens ligadas à participação

A presente investigação visa estimular momentos de partilha e reflexão sobre as diferentes transições vividas por quem no passado teve de abandonar o seu meio natural de vida e integrar numa instituição. Com a sua realização subentende-se obter um conhecimento mais aprofundado sobre o âmbito de intervenção em contexto institucional que possa promover uma reintegração familiar ou um percurso de integração social de sucesso, favorecendo um importante contributo a outros jovens com percursos de vida homólogos.

Riscos e desconfortos

Não se antecipam quaisquer riscos ou desconfortos para os participantes no presente estudo.

Participação voluntária e abandono ou exclusão do estudo

A participação no estudo é voluntária, podendo o participante retirar-se a qualquer momento, sem que seja necessário justificar a sua decisão. Os participantes podem ser

excluídos do estudo se não seguirem os procedimentos estabelecidos, se a sua participação na investigação afetar negativamente o seu bem-estar ou caso manifeste uma alteração, conseqüente do seu estado, que possibilite a exposição a um risco particular.

Carácter confidencial das informações

Toda a informação recolhida será tratada de forma a assegurar a confidencialidade dos participantes. Os resultados da entrevista serão utilizados apenas para fins de análise, sendo a gravação destruída posteriormente à transcrição e análise do conteúdo das entrevistas. Na conclusão do estudo, os participantes não serão identificados e terão, caso pretendam, acesso absoluto a todos os dados e conclusões.

Questões sobre o estudo (informações e urgência)

Caso se verifique necessário algum esclarecimento ou informação complementar sobre o presente estudo, é favor contactar Mafalda Almeida (E-mail: mafalda_almeida@live.com.pt).

Título do estudo: “A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais”.

Investigadora principal ou responsável do projeto: _____

Eu _____ reconheço que o processo de investigação descrito no formulário aqui junto, de que possuo uma cópia, me foi explicado e que me responderam a todas as minhas questões para a minha satisfação. Eu compreendo a natureza e as vantagens da participação dos jovens no presente estudo. Eu sei que posso colocar, agora ou mais tarde, questões sobre o estudo ou o processo de investigação. Asseguraram-me que os dados relativos aos jovens e sua rede de suporte serão guardados confidencialmente e que nenhuma informação será dada ou publicada revelando a identidade dos intervenientes. Eu autorizo a autora da investigação a consultar o processo documental dos jovens em causa para obter as informações pertinentes para este projeto.

Pelo presente documento, eu consinto livremente que os jovens participem no estudo.

(assinatura da Diretora)

data

(assinatura da Investigadora)

Anexo F. Consentimento informado



CATOLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Título do projeto: A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais

Investigadora: Mafalda Almeida (mafalda_almeida@live.com.pt)

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora Armanda Gonçalves

No âmbito da realização da dissertação de mestrado do 2.º ciclo de Psicologia Clínica e da Saúde, vim por este meio pedir a sua colaboração no estudo intitulado “A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais”.

Objetivo de estudo

O presente estudo tem como objetivo compreender quais os fatores diferenciadores durante o percurso de acolhimento que tenham facilitado ou dificultado o processo de reintegração familiar ou a transição para a vida autónoma.

Instrumentos

No presente estudo, serão realizadas entrevistas e aplicados questionários sociodemográficos de forma individual. É pretendido, através destes instrumentos, recolher informação junto a quatro jovens que, após concluírem a sua medida de acolhimento residencial, tenham ingressado nos projetos de vida previamente definidos – preferencialmente dois em medida de reintegração familiar e dois em medida de autonomia de vida – bem como aos técnicos da instituição responsáveis por cada caso.

Duração prevista

O número de horas necessárias para a recolha de dados, assim como o seu agendamento, será previamente planeado em conjunto com os participantes.

Vantagens ligadas à participação

A presente investigação visa estimular momentos de partilha e reflexão sobre as diferentes transições vividas por quem no passado teve de abandonar o seu meio natural de vida e integrar numa instituição. Com a sua realização subentende-se obter um conhecimento mais aprofundado sobre o âmbito de intervenção em contexto institucional que possa promover uma reintegração familiar ou um percurso de integração social de sucesso, favorecendo um importante contributo a outros jovens com percursos de vida homólogos.

Riscos e desconfortos

Não se antecipa qualquer tipo de risco ou desconforto durante a realização deste estudo.

Participação voluntária e abandono ou exclusão do estudo

A participação no estudo é voluntária, podendo o participante retirar-se a qualquer momento, sem que seja necessário justificar a sua decisão. Os participantes podem ser excluídos do estudo se não seguirem os procedimentos estabelecidos, se a sua participação na investigação afetar negativamente o seu bem-estar, ou caso manifeste uma alteração consequente do seu estado que possibilite a exposição a um risco particular.

Carácter confidencial das informações

Toda a informação recolhida será tratada de forma a assegurar a confidencialidade dos participantes. Os resultados da entrevista serão utilizados apenas para fins de análise, sendo a gravação destruída posteriormente à transcrição e análise do conteúdo das entrevistas. Na conclusão do estudo, os participantes não serão identificados e terão, caso pretendam, acesso absoluto a todos os dados e conclusões.

Contatos

Caso se verifique necessário algum esclarecimento complementar sobre o presente estudo, ou em caso de desistência do mesmo, por favor contactar a investigadora responsável através do e-mail acima referido.

Investigadora: Mafalda Almeida

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora Armanda Gonçalves

Título do estudo: “A influência das experiências de acolhimento institucional nos percursos pós-institucionais”.

Reconheço que os procedimentos de investigação descritos no formulário aqui junto, de que possuo uma cópia, me foram explicados e que me responderam a todas as minhas questões de forma satisfatória. Compreendo igualmente que tenho o direito de colocar, agora e durante o estudo, qualquer questão sobre o estudo e sobre os métodos utilizados. Asseguraram-me da minha confidencialidade.

Pelo presente, consinto que a minha entrevista seja gravada em áudio durante a minha participação neste projeto de investigação.

Compreendo que caso queira desistir do estudo, poderei fazê-lo em qualquer altura.

Pelo presente documento, eu _____
aceito participar plenamente neste estudo.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Para qualquer questão, contactar a investigadora responsável cujo endereço de e-mail é fornecido no formulário.

Anexo G. Transcrição da entrevista à técnica (caso A)

1. Relativamente a medida de acolhimento da jovem, pode indicar os motivos que originaram?

R: Portanto os motivos que originaram a medida de acolhimento desta jovem tiveram a ver com o facto de haver uma relação muito conflituosa com a mãe, o que fazia com que a jovem não respeitasse as orientações da mãe e questionasse aquilo que a mãe lhe colocava como regra. E não ia à escola, assumia um conjunto de comportamentos de risco que foram identificados pela escola e pelos serviços de intervenção de primeira linha e que levaram ao acolhimento dela. Incluindo, também, questões de fuga de casa, ausências prolongadas que levaram os serviços a entender a necessidade de haver aqui uma medida que a protegesse destes comportamentos que ela assumia, estes comportamentos de risco.

2. Pode descrever um episódio positivo e outro negativo da experiência da jovem ao longo do seu processo de acolhimento?

R: Um episódio positivo, o facto de ter terminado o décimo segundo ano, apesar de algum esforço e insistência, mas foi algo muito positivo conseguir terminar o décimo segundo ano. É uma miúda que sempre teve perspetivas... e tem perspetivas e objetivos de futuro, com as coisas bem arrumadas, gostava de ir para a universidade para o curso de turismo, e o conseguir alcançar a meta do décimo segundo ano foi um objetivo comum e que traçamos. Apesar de ela ter permanecido connosco além dos vinte e um anos. Fizemos a proposta à direção para assumir essa responsabilidade além da medida e de ela permanecer connosco para terminar... garantir que terminava o décimo segundo, portanto foi um episódio muito positivo e marcante neste processo.

Negativo diria... é uma jovem muito, muito desperta para as questões da imagem, do cuidar-se, do gostar de andar muito arranjada e isso às vezes era um bocadinho difícil de gerir, porque várias vezes, mesmo no apartamento, tínhamos que ter a preocupação de garantir que ela se levantava e que se despachava a horas para ir para a escola, porque ela tinha que ir impecavelmente maquilhada, preparada, penteada para ir, porque não saia de casa senão fosse lá no ponto que ela achava, nem que para isso a primeira aula não existisse, portanto... não fosse à primeira aula. E então, durante algum tempo tivemos de voltar atrás, nas tomadas de decisão de gestão dela autónoma dos tempos e das responsabilidades e implicá-la às vezes a passar alguns momentos aqui no centro de acolhimento para ela se centrar... recentrar novamente nos objetivos dela e até leva-la à

escola, coisa que já não era suposto acontecer. Mas, às vezes para garantir que alcançávamos este fim de terminar o décimo segundo, tínhamos de lhe dar esta ajuda, diria eu, para garantir que acontecia.

3. Como caracteriza a relação entre a jovem com a família ao longo do processo de acolhimento?

R: Pronto, esta jovem não tinha contato com o pai até porque ela desconhece, aliás, sempre... ao longo da grande parte da vida dela sempre desconheceu a identidade do pai. Há poucos anos, a mãe revelou-lhe a identidade do pai, que não sabemos será real ou não, mas a verdade é que é uma identidade que não lhe permite sequer contactá-lo, porque ele nem sequer está no País, pronto. É uma pessoa que para ela será um bocadinho inatingível. Portanto, só pode contar aqui com a figura da mãe, com quem tinha e ainda mantém uma relação de algum distanciamento, embora tentássemos trabalhar esta questão, mas a mãe é uma pessoa muito pouco afetuosa, pouco envolvida nas questões da jovem, muito centrada nas necessidades dela – individuais da mãe – e pouco empenhada em apoiar a vida da filha, e a jovem percebia isso. Por mais que a jovem quisesse que a mãe lhe desse mais, acabou por ter que se organizar em função disto e deste papel redutor, diria eu, que a mãe passou a assumir na vida dela: só com contatos pontuais a casa, em períodos de férias e pontualmente nos fins de semana, mas nada que lhe permitisse contar com a mãe como uma figura de apoio.

Como caracteriza a relação que a jovem estabeleceu com as figuras da instituição?

R: Era uma miúda que vinha muito desacreditada, muito ausente nas relações, muito desconfiada, muito a tentar colocar tudo e todos em causa porque efetivamente não tinha este referencial de figuras de adultos, que estivessem lá para ela para o bem e para o mal. Foi uma miúda que, durante uma fase inicial, continuou a manter os comportamentos de risco de uma forma persistente, muito por este sentimento de desapego por alguém, portanto: “não há ninguém que se preocupe comigo e eu não quero saber, vou correr para a frente sem olhar sequer ao que estou a fazer”. À medida que foi ganhando relação com os adultos, foi o que lhe foi dando estrutura e o que lhe permitiu ir reavaliando os comportamentos que ia fazendo, diminuindo a intensidade dos comportamentos de risco que assumia até que acabaram por deixar de existir. Era uma jovem que gostava muito de fazer as coisas pela calada, quando a gente se apercebia já tinha acontecido, pronto. Depois, com a relação com os adultos, com o facto de sentir um ambiente acolhedor,

contentor, com regras, onde as consequências eram coerentes de acordo com o comportamento que ela assumia e continuadas no tempo, ela própria também foi modelando o comportamento dela de acordo com o que estava também padronizando, a nível do acolhimento, e as coisas foram normalizando.

4. Quais as principais razões que levaram a decisão do projeto de vida da jovem?

R: As principais razões que levaram ao projeto de vida desta jovem tiveram a ver com o facto de não haver outras figuras de apoio. No início do acolhimento, esta jovem vinha com uma relação de namoro em que tinha uma grande proximidade com a família do namorado e, para ela, aquelas eram as figuras de apoio dela durante aquela fase, idealizando que, mesmo que a relação terminasse, a família do rapaz iria manter-se disponível para ela. Nós tentámos trabalhar isto, e ela fez sempre muita resistência a perceber esta... em assumir que isto seria uma realidade. Efetivamente foi aquilo que acabou por acontecer, terminou a relação de namoro em determinado momento e aquelas figuras acabaram por desvanecer na vida dela e por desaparecer. E a partir do momento que ela ganhou consciência disso, acabou por durante algum tempo fazer um movimento de tentar manter aquela relação, mesmo já não gostando do namorado, para manter a presença da família dele na vida dela. E, depois percebeu que não iria conseguir manter aquelas relações a todo o custo, como estava a tentar fazer, e tinha de as deixar ir. Acho que, foi o ponto de viragem para ela de vez. Já tínhamos ganho a confiança dela, mas acho que aí ela fez a substituição rapidamente das figuras de apoio – deixar de ser a família do namorado e passar a ser as figuras da instituição. E nós claramente pronto, agarrámos essa oportunidade, porque sabemos que, não havendo outras alternativas, para ela conseguir fazer aqui um projeto de vida autónomo de uma forma consistente tinha que se sentir apoiada e não se podia sentir sozinha, portanto, tínhamos de ser nós essas figuras e assim aconteceu.

As principais razões foram, efetivamente, não haver a possibilidade de a jovem integrar no agregado familiar de origem, neste caso seria a mãe – dada a relação de distanciamento e de conflitualidade que existia entre as duas – e não haver outras figuras alternativas, outra rede familiar de suporte, pronto. Foi por aí que, tivemos de definir o projeto de vida com vista à autonomia.

Em que medida foi consensual para as entidades envolvidas?

R: Foi consensual para as entidades porque, efetivamente, na altura a medida era acompanhada pela CPCJ e depois acabou por transitar para o tribunal e nunca houve sequer dúvidas sobre projetos de vida alternativos ao de autonomia.

5. Como descreve o envolvimento da jovem no que compete à definição e concretização do projeto de vida?

R: A jovem sempre esteve envolvida nas tomadas de decisão no que diz respeito ao seu processo, sempre foi ouvida, sempre foi envolvida em todas as decisões que foram tomadas. Até porque, se ela não estivesse disponível e envolvida neste processo, a instituição sozinha não conseguia fazê-lo cumprir. Foi uma jovem que tinha clara noção de que o seu processo de vida independente tinha de existir desta forma, com este enquadramento, porque não havia alternativas.

6. Como descreve o seu papel quanto ao apoio disponibilizado à jovem na definição e concretização do projeto de vida?

R: Portanto o papel sempre foi de... para já, na tomada de consciência de que era aquele percurso que tinha de ser feito, de idealização de figuras, diria eu que satélites na vida dela, que não iam ter nenhuma consistência e que não iriam trazer nenhum tipo de estrutura à vida dela. Por um lado, nesta planificação do projeto de vida, qual era o rumo, qual era o destino. Depois, na organização do seu dia-a-dia com vista a prepará-la para este projeto de autonomia, através da definição e da preparação de competências de vida para a autonomia em diversas áreas, na definição de ações específicas para o desenvolvimento de competências de autonomia de vida, na criação de uma rede de suporte informal, na identificação de adultos de referência alternativos, uma vez que em [REDACTED] não era... ela nem sequer era desta zona do País, portanto criar uma rede de suporte diferenciada para conseguir garantir a persecução dos estudos. E, depois na fase de transição para o apartamento de autonomização, numa resposta já mais diferenciada a nível de gestão autónoma dos tempos, da supervisão das rotinas, do acompanhamento em todas as questões que eram de escola, da articulação com a família, da articulação com outros serviços, na supervisão da gestão económica, no fundo das várias áreas transversais à vida da jovem.

7. Relativamente a preparação para a transição da jovem para a autonomia de vida que trabalho específico foi realizado?

R: O trabalho específico consistiu na definição de competências, tendo por base um referencial teórico que nós utilizamos para os processos de autonomia de vida que é o *Casey Life Skill*, que nos permite avaliar em que patamar é que as jovens estão ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais para a autonomia. E, depois a definição de objetivos de acordo com essa identificação diagnóstica e das áreas de trabalho e ações a desenvolver. Esta jovem também fez o processo de preparação para a vida autónoma, numa primeira fase no centro de acolhimento para preparar a transição para o apartamento de autonomia, em que durante aproximadamente seis meses houve aqui um trabalho intensivo de preparação e de orientação de ações para esta transição: a confeção de refeições, as compras, a construção de ementas, as questões médicas, o acompanhamento a consultas médicas e a serviços. Primeiramente de uma forma mais orientada e depois, sendo só numa perspetiva de supervisão, sendo ela a assumir esse protagonismo. Portanto, houve esse trabalho de preparação para depois a transição para a resposta autónoma.

8. Neste momento como avalia o trabalho desenvolvido?

R: O trabalho desenvolvido, avalio de uma forma positiva. Diria eu que, aquilo que foi trabalhado foi consolidado, não a cem por cento porque depois também depende das características da jovem. Esta jovem tinha aqui algumas áreas em que poderia ter ficado a um nível mais, diria, mais aprofundado, e ela também tentava sempre fugir um bocadinho a essas questões. Tudo o que tinha a ver com a questão da gestão das relações também era sempre, um bocadinho, mais complicado. Mas foi uma jovem que conseguiu ficar num patamar de segurança com as competências básicas adquiridas para se conseguir organizar de uma forma perfeitamente autónoma e para alcançar os objetivos a que ela se propõe neste momento.

9. No momento atual, na sua opinião quais são as principais competências e dificuldades na jovem?

R: Competências, é uma jovem que conseguiu ganhar, aperfeiçoar e investir a questão das competências pessoais e sociais a nível de relação. É uma miúda muito competente na interação com o público, virada para o turismo, para o atendimento, para tudo o que é o contato com o outro. É uma miúda com um discurso muito organizado, muito

envolvente, muito competente neste tipo de interações. Portanto, é uma miúda que certamente vem aproveitar este potencial e, é nesta perspetiva que as coisas estão organizadas, de ela continuar a aproveitar este potencial como uma oportunidade para a diferenciar na área de eleição dela, que é o turismo. Pronto, e a moda, que também fizemos aqui um investimento, inclusive, de um curso de moda porque era uma área que ela tinha muito interesse e que nós também percebemos que tinha muito potencial e então, também a ajudamos a investir nesse sentido.

As dificuldades têm a ver com a gestão económica. Uma jovem que é muito deslumbrada com estas questões da moda e da estética, depois tem muita dificuldade em não se deixar deslumbrar para alcançar aquele patamar, aquela fasquia que ela se colocou... da imagem. Portanto, canaliza muitos dos recursos além dos que deveria para este fim, mas pronto. Tem aqui algumas dificuldades em se organizar a nível económico e, embora tenham sido trabalhadas as competências essenciais, agora as vivências vão permitir ajustar e redimensionar o que é a vida dela e como é que ela consegue gerir as coisas.

10. Em que áreas considera que haveria necessidade de mais apoio?

R: Esta questão, aliás nós identificamos claramente essa necessidade porque é uma jovem que neste momento também está... pela questão dos estudos – porque ela terminou o décimo segundo ano connosco – e, com o objetivo de prosseguir os estudos na área do turismo, não tendo já, nem ela sentido a necessidade de ir trabalhar, porque tinha como meta estudar e entrar na universidade, foi articulado com uma instituição em [REDACTED] uma resposta de apoio para adultos, para uma residência, onde ela se encontra neste momento.

11. Neste momento qual a sua perceção relativamente a vida da jovem?

R: A vida da jovem, então... é uma jovem de vinte e um anos, não... vinte e dois anos que continua a necessitar de ser apoiada, embora seja competente em muitas áreas da vida dela, porque não é uma miúda que tenha algum tipo de limitações, é uma miúda muito competente. Agora, ver-se sozinha, diria eu que, a vida em sociedade ainda não está preparada para uma jovem desta idade, que não tem outro tipo de suporte, conseguir organizar-se totalmente sozinha, ou de alguma forma porque ela tinha aqui alguma dificuldade em conseguir conciliar estudos e trabalho – ainda fizemos algumas experiências, mas era muito difícil, não conseguia gerir as duas coisas – e tivemos de optar pelos estudos que era investir no futuro dela. Acredito que, neste momento ela continue com essas dificuldades e por isso o facto de ter uma estrutura que lhe dê apoio

para proporcionar que ela continue a estudar e conseguir atingir o objetivo dela, que é fazer um curso superior de turismo, seja fundamental. E, esta necessidade de haver estruturas de apoio que prolonguem, além do acolhimento, e que permitam não castrar, diria eu, os objetivos de vida destes jovens adultos, seria muito importante.

Anexo H. Transcrição da entrevista à técnica (caso B)

1. Relativamente a medida de acolhimento da jovem, pode indicar os motivos que originaram?

R: Portanto, os motivos que levaram ao acolhimento tiveram a ver com uma situação de abuso sexual por parte de um familiar e, que na altura, a situação foi sinalizada às entidades competentes. A jovem foi acolhida numa resposta generalista, na zona de residência e, posteriormente, foi encaminhada para a nossa Associação pelo facto de termos uma equipa diferenciada que intervém nas situações de abuso sexual.

2. Pode descrever um episódio positivo e outro negativo da experiência da jovem ao longo do seu processo de acolhimento?

R: Episódios positivos felizmente existiram muitos, mas, diria que, esta jovem tinha muita dificuldade na gestão das relações com os adultos... na sequência da experiência traumática que teve. E a interação, especialmente com as figuras masculinas, era muito complicada. E nós, até por política e estratégia de intervenção, a nossa equipa educativa é do sexo feminino e masculino para potenciar, no contexto terapêutico, também esta intervenção e esta abordagem. Nos primeiros tempos, esta jovem tinha muita dificuldade em recorrer aos educadores homens, de acordo com o que ela ia necessitando. Portanto, se chegava ao gabinete e era um educador que lá se encontrava, ela voltava atrás e ia à procura, no espaço da instituição, onde é que se encontrava a educadora, pronto. É interessante que, depois de todo o processo de intervenção e até da intervenção psicoterapêutica, uma das figuras mais marcantes, a nível institucional, para esta jovem e com quem ela continua a manter uma relação de proximidade, mesmo após o acolhimento, é uma figura masculina. Portanto, conseguimos aqui trabalhar e superar esta questão que na gestão do dia-a-dia de uma jovem autónoma, sem ser num contexto protegido como é o de acolhimento, é algo que é muito importante.

Um episódio negativo, esta questão das competências para a autonomia. Nós temos um manual de trabalho, referencial teórico, que nos ajuda a balizar quais são as competências transversais, o que deve ser trabalhado, tem níveis de intervenção para avaliarmos se a jovem está num nível mais fraco de competências, no médio ou no mais elevado, que é o *Casey Life Skill* – que nós utilizamos como base. E até as jovens, e neste caso esta jovem, que na avaliação das grelhas já nos dava resultados muito positivos, especialmente na parte da gestão económica, estávamos confiantes que as competências estavam adquiridas

e consolidadas, não é. Espanto meu, quando de repente, na altura chega ao apartamento uma fatura de uma compra de uma bimby. E eu achei aquilo muito estranho, fui ter com a jovem para perceber o que estava em causa – porque na altura, ela também ainda não trabalhava, só estava a fazer um estágio – fui procurar perceber o que se tinha passado e, realmente, tinha gasto parte da poupança numa bimby, porque tinha ficado tao deslumbrada com a apresentação que lhe fizeram da bimby não é, que se esqueceu do que estava definido para canalizar a poupança que tinha e que foi conseguindo fazer ao longo do período de acolhimento, cujo objetivo era quando transitasse para uma casa sua ter dinheiro para a caução da renda, para adquirir algum mobiliário ou eletrodomésticos que fossem indispensáveis. Pronto, haver ali uma base de conforto para gerir os primeiros tempos de vida sozinha. Tudo aquilo se esvaziou e se transformou numa bimby. E, realmente é uma situação que ainda hoje quando estou com a jovem referimos, porque ela depois acabou por ela própria perceber que se tinha de desfazer do dito objeto porque, para já, nem conseguia trabalhar com ele como deve de ser, não lhe dava a devida utilidade porque só para uma pessoa não era muito rentável e acabou por vender, mas perdeu muito do dinheiro que tinha investido. E isto para dizer que, até mesmo as competências que nós avaliamos como adquiridas, muitas vezes há estes processos de retrocesso, não é.

3. Como caracteriza a relação entre a jovem com a família ao longo do processo de acolhimento?

R: A relação desta jovem com a família, ao longo do processo de acolhimento foi muito inconstante, diria eu. Até porque, como na altura foi avaliado, por parte do diagnóstico que foi construído da situação, que a família não tinha sido capaz de a proteger da situação abusiva – porque foi uma pessoa próxima da família que teve este comportamento abusivo. A própria jovem tinha uma grande revolta e criou um afastamento muito grande da família, especialmente da figura do pai porque com a mãe não havia já contato há muitos anos. E o pai, era a única figura com quem ela vivia e que, na altura, não a conseguiu proteger daquela situação. Acrescentando a isto, estamos a falar de famílias, neste caso de um pai com graves limitações cognitivas, que também tinha muita dificuldade em conseguir adquirir competências para fazer melhor do que aquilo que fazia e que tinha feito até ao momento. E o trabalhar esta relação, da jovem com a família, foi um pouco difícil porque o potencial de mudança era muito curto, era muito reduzido. E aquilo que conseguimos restabelecer, e que ainda se mantém na vida da jovem, são

contatos muito pontuais de visitas – vai passar o dia e regressa – porque a relação de confiança, por todos estes fatores que identifiquei, não foi possível reparar. A jovem ganhou consciência que a família que tinha era o pai, com as limitações que tinha, e que teria que ela se valer a ela própria e saber viver com a relação que era possível ter com o pai. Não era aquela que ela desejaria, infelizmente, muitas das jovens, quando chegam à instituição vêm com relações muito idealizadas da família que depois não correspondem à realidade e que, quando trabalhamos isto, conseguimos redimensionar a relação e a gestão da relação. E, efetivamente aqui, acabou por ela perceber que tinha de se centrar muito mais nela, contar e valer-se a ela própria para gerir a vida dela, tendo a noção que não tinha outras figuras de suporte.

Como caracteriza a relação que a jovem estabeleceu com as figuras da instituição?

R: Uma relação muito positiva. Por rotina, costumamos fazer uma festa de natal, nos últimos dois anos por acaso não conseguimos, porque isto vai funcionando de acordo com os grupos que temos, há meninas que são muito mais artísticas e que gostam de fazer espetáculos e há outras que não se sentem tao bem nesse papel, e nós vamos respeitando a dinâmica do grupo e consoante as necessidades e as sugestões que elas nos vão fazendo, assim organizamos as coisas. Há uns anos, este grupo em que esta jovem estava inserida gostava muito de fazer espetáculos e cantavam, dançavam e pronto, montavam um espetáculo de duas horas com a plateia cheia e esta jovem, na altura, convidou o pai para assistir – foi o último ano em que ela esteve na resposta de acolhimento. Convidou o pai e a família do pai para assistirem à festa e eles não vieram, tiveram algumas situações e não puderam vir. No fim da festa, estava a questioná-la sobre como se sentia. Na altura ia transitar para o apartamento – “já vais para uma fase diferente e logo este ano pregaram-te a peça de não teres cá ninguém da tua família” – brinquei eu com ela. E ela respondeu-me e disse: “não tenho cá a minha família biológica, mas tenho a família do coração”. É interessante as relações que as miúdas constroem com as pessoas que vivem na casa com elas, porque a verdade é que isto é uma rotina constante, são vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, e a relação acaba por ser muito estruturante para elas e consolidadoras da relação delas também com o exterior. E eu tenho a convicção que, e às vezes já tenho partilhado aqui com a equipa, às vezes fica-se muito angustiado com o facto de passado algum tempo perder-se o contato com as miúdas. E já temos refletido que, efetivamente, nós servimos a nossa função de estrutura, de afeto, de apoio, de organização da vida delas, de estabilização emocional, durante o tempo que é necessário,

depois elas ganham asas e não precisam de ter este tipo de suporte porque já o levam com elas. Portanto, acaba por deixar de ser necessário e elas próprias precisam de cortar estas amarras para se sentirem autónomas, porque isto faz parte de uma fase da vida delas, que deixando marcas positivas também traz situações de sofrimento.

4. Quais as principais razões que levaram a decisão do projeto de vida da jovem?

R: Esta jovem – as vezes tenho a tendência para dizer o nome – não tinha uma rede de suporte familiar que a pudesse apoiar neste percurso autónomo e de construção desta identidade jovem/adulta. O sistema de acolhimento está muitas vezes pensado para a questão dos dezoito anos e depois, a partir daí, temos de pensar rapidamente em alternativas. Claro que, o projeto de vida começa-se a traçar desde o momento que as jovens são acolhidas, que é feito o diagnóstico e que avaliamos as fragilidades e potencialidades para a intervenção. A partir daí, começamos logo a definir o projeto de vida e, felizmente, muitas das situações cujo diagnóstico inicial apontamos um projeto de vida, acaba por ser aquele em que terminamos o processo, pronto. Quer dizer que, pelo menos o diagnóstico, foi bem construído. Agora, esta situação específica, desde logo se deslumbrou que seria um processo de autonomia de vida, não havendo o suporte familiar, não havendo figuras de referência alternativas, embora tenhamos feito esta tentativa de identificar na comunidade outras figuras de referência, que pudessem substituir a família neste suporte. Como alternativa a um projeto de vida autónomo não foi possível, conseguimos sim, ajudar a jovem a criar uma rede mais alargada no sentido de criar junto da comunidade, de instituições com quem contactou, associações onde participou em diversas atividades que implicava uma ligação de grande proximidade e onde ganhou adultos de referência, que lhe passavam referenciais de vida adequados. E efetivamente, acabou por ajudar a apoiar este projeto de vida com vista à autonomia.

Em que medida foi consensual para as entidades envolvidas?

R: Nesta situação foi... era demasiado evidente que não havia alternativas. Portanto, não houve muita dificuldade em haver consenso sobre este projeto de vida.

5. Como descreve o envolvimento da jovem no que compete à definição e concretização do projeto de vida?

R: O envolvimento da jovem é sistemático, nem poderia ser de outra forma. Até porque, como nós lhes costumamos dizer: “este processo é teu, nós estamos cá para te apoiar a

contruí-lo”. Nas decisões tomadas, as jovens são sempre envolvidas nelas, não quer dizer que, atendendo à proteção delas, se concretize tudo aquilo que seja expectativas delas. Mas, procuramos sempre envolvê-las na tomada de decisão e ouvir a opinião delas sobre tudo o que é transversal aos interesses e à definição do seu percurso de vida. Mas, esta jovem sempre foi muito empenhada e preocupada com tudo aquilo que dizia respeito ao seu percurso. Tinha aqui um *handicap* que ainda hoje se verifica, que é ser de ideias muito fixas, fechadas, um bocadinho teimosa e às vezes era difícil conseguirmos desmontar aquilo que era o pensamento dela a respeito de determinada tomada de decisão e que, às vezes, precipitou um bocadinho aqui algumas situações da vida dela.

6. Como descreve o seu papel quanto ao apoio disponibilizado à jovem na definição e concretização do projeto de vida?

R: O meu papel... o nosso papel aqui em casa enquanto adultos é orientar, apoiar, identificar as necessidades e, em conjunto com a restante equipa, definir as estratégias necessárias para as satisfazer. É procurar motivar as jovens para se empenharem e canalizarem a energia delas para competências mais ajustadas, é mostrar-lhes estilos de vida mais saudáveis, oferecendo-lhes oportunidades mais diferenciadas. Neste sentido, é dar-lhes apoio – diria até colo – para ser possível acolher as angústias e transformá-las em momentos de reparação de sequelas. É proporcionar-lhes um ambiente terapêutico que potencie um dia-a-dia mais saudável, mais estruturado e mais organizador.

7. Relativamente a preparação para a transição da jovem para a autonomia de vida que trabalho específico foi realizado?

R: Neste sentido, nós procuramos e temos como metodologia de trabalho: desenvolver competências desde o momento do acolhimento ao nível de autonomia. A partir do momento que é tomada a decisão que estão reunidas as condições, para que a jovem transite para uma resposta de autonomia, é porque já houve um trabalho por trás que nos permitiu, de acordo com as competências base, identificar que aquela jovem tem potencial para evoluir para um projeto de vida autónomo. Neste sentido, num plano socioeducativo, individual de cada jovem, são definidos os objetivos com vista a consolidar as competências de vida autónoma. Estas competências são transversais às várias áreas: a área relacional, área da rede de suporte, acesso aos serviços, a nível das questões da habitação, da confeção e alimentação, de gestão de relações com pares num contexto de casa, pronto. São várias as áreas que estão presentes neste trabalho e começamos no

centro de acolhimento, definindo objetivos e estratégias, para a jovem preparar a transição para o apartamento de autonomia. Este trabalho é orientado pela equipa técnica e acompanhado com grande proximidade pelo educador de referência, sendo o educador que acaba por estar com um olhar diretamente focalizado para aquela jovem, para a questão das rotinas da jovem, para ser uma figura de maior proximidade, além dos técnicos, haver na equipa educativa um elemento que tem um papel de maior proximidade. E, em conjunto com o educador de referência, construímos um plano de trabalho para alcançar um patamar de competências para garantir que estão reunidas as condições para a transição da jovem para o apartamento. Isto passa desde a confeção de refeições básicas aqui no centro de acolhimento, de uma forma rotineira durante alguns meses, duas ou três vezes por semana em que são elas que... era ela que assumia a confeção da refeição, do ir fazer... construir a lista das compras, o ir fazer as compras, a questão da poupança económica, da semanada, haver a preocupação da poupança, para se ir introduzindo este comportamento, numa fase inicial acompanhada com o adulto. O começar a ir aos serviços e ser ela a assumir os contatos com as pessoas que lá estão e o adulto ficar mais na retaguarda, até ao momento em que começa a fazê-lo autonomamente. Portanto, esta fase de transição, permite-nos, de uma forma mais apoiada e supervisionada, acompanhar estes primeiros passos de autonomia e fazer este trabalho de preparação.

8. Neste momento como avalia o trabalho desenvolvido?

R: Avaliar o trabalho desenvolvido é sempre difícil, até porque temos, pelo menos nós aqui, sempre a lógica de... na perspetiva de melhorar sempre a nossa intervenção, portanto, diria que, neste momento, provavelmente, havia coisas que seriam feitas certamente de outra forma, sem dúvida nenhuma. Este processo de autonomia, que acaba por ser um processo em que há muitos mais fatores exógenos que interferem no processo do que numa situação de acolhimento regular, conseguimos proporcionar um ambiente mais contentor, mais protetor. E a partir do momento em que elas transitam para uma resposta, em que mesmo com supervisão têm de ser elas as principais responsáveis pela gestão do seu dia-a-dia, tudo o que é exterior acaba por ser uma influência muito... muito maior. A nossa intervenção fica sempre, diria eu não mais comprometida, mas é muito mais, diria eu, questionada – poderia designar assim. Esta jovem, além de perspetivarmos o processo de autonomia de vida, também foi rapidamente evidente para nós, pelo fato de ter algumas limitações cognitivas, que este projeto de vida teria de ser, de uma forma

mais prolongada, apoiado. E, também foi difícil trabalhar estas expectativas na jovem, porque a realidade é que, qualquer jovem que entra para um processo de autonomia a expectativa é vir a gerir a sua vida completamente sozinha, sem ter de depender de ninguém. E, a determinada fase, nós tivemos de lhe dizer e trabalhar, de uma forma mais persistente com ela, esta necessidade de que a autonomia pode continuar a ter de existir com apoio, mesmo após a saída do apartamento. Nesta situação foi o que aconteceu, porque a jovem sempre esteve integrada em estágios, em contextos de trabalho protegido e sempre com o apoio de medidas específicas para estes fins, em que os rendimentos não eram muito elevados, o que fazia com que também a nível económico ela não conseguisse ser autossuficiente, pronto. Nós tivemos a medida aplicada até aos vinte e um anos de idade, que é o limite máximo que a lei nos permite ter a medida para a autonomia de vida aplicada. E, quando essa medida termina, tivemos de encontrar aqui alternativas. Porque, a verdade é que, a medida de autonomia de vida, além de lhe dar um enquadramento da lei, também permite um apoio económico que é fundamental para estas miúdas que acabam por ainda não conseguir ser autónomas por si a nível económico, algumas não conseguem infelizmente. No caso desta jovem, o que é que foi feito? Já havia este trabalho continuado com a APPACDM, porque ela sempre esteve em contexto de estágio, em contexto formativo de posto de trabalho em que foi sempre acompanhada pela equipa da APPACDM nesta vertente e, felizmente, na altura em que ela estava ali a completar os vinte e um anos, a APPACDM abre uma residência para adultos, uma residência com carácter mais independente do que tinham tido até então como resposta. Em que, nós na altura, antes de lhe propor, fomos visitar o espaço e percebemos que efetivamente era um espaço em que ela podia continuar o estilo de vida que estava a ter... tinha tido até então na nossa resposta. Havia a supervisão também de adultos, mas ela tinha toda a liberdade para gerir o tempo dela, para confecionar as refeições que ela entendia, ter um quarto reservado e a nível de compensação económica, para a instituição, era um valor muito mais reduzido do que se tivesse de alugar uma casa, ou pagar um quarto em algum sítio – o que ela chegou a experimentar, porque esta opção quando nós lhe a apresentamos, foi um bocadinho, diria, pouco apelativa para ela e não lhe agradou. Na altura, quando sai do apartamento resolve, decide ir para uma casa por conta e risco dela e as coisas não correram bem, não se conseguiu organizar a nível económico e depois nós fomos mantendo o acompanhamento, mesmo já com medida cessada, porque sabíamos que era uma situação em que, como não havia outras figuras de suporte, era importante mantermos aqui este olhar atento e percebemos que efetivamente... e ela depois acabou

por assumir que não conseguia manter-se por si naquelas circunstâncias. Portanto, alugando uma casa como era a expectativa dela, alugar uma casa ter de pagar a renda, conseguir ter dinheiro para fazer as refeições, para ir ao médico... pronto tudo aquilo que ela já sabia fazer, mas que não tinha depois rendimentos para conseguir manter. E depois na altura, agilizámos esse enquadramento nesse apartamento, diria eu, de autonomia da APPACDM, que não tinha o enquadramento da lei de promoção e proteção que limita até aos vinte e um anos de idade, e que ainda se mantém até agora.

9. No momento atual, na sua opinião quais são as principais competências e dificuldades na jovem?

R: Vou começar pelas dificuldades porque era aquela mais evidente, tinha a ver com a gestão económica – conseguir controlar o impulso das solicitações que surgem. É uma competência muito difícil de adquirir até para muitos adultos, portanto... para uma jovem que quer, efetivamente, experienciar coisas novas, ter um fundo de maneio muito curto acaba por ser depois complicado. Outra dificuldade tinha a ver com a parte relacional, a sequele da situação abusiva é claramente desorganizadora a nível de relações afetivas. É uma jovem que, conseguimos trabalhar ali a questão da confiança no outro, da identificação de figuras de suporte, no facto de que nem todas as pessoas têm de ser alvo da nossa desconfiança, mas isto ela consegue pôr em prática no dia-a-dia e nas relações comuns, mas em relações amorosas não. Até hoje não se verifica, nunca deu sequer oportunidade de estabelecer uma relação amorosa com ninguém, portanto aqui foi uma grande limitação com que, efetivamente, ficou e que até aos dias de hoje ainda se mantém. Depois, principais competências, é uma miúda muito disponível para ajudar o outro, foi crescendo nela muito esta questão de valorizar o outro, de constituir-se como uma figura de apoio – aquilo que ela sentiu que teve, agora também ela pode dar. Empenha-se muito nas coisas da comunidade, participou em bandas, pronto... tudo o que implicava relações de amizade e de proximidade ela estava sempre disponível. É uma miúda que adquiriu competências na área de pastelaria, de cozinha que funciona muito bem e acabou até por fazer formação nessa área – que era uma coisa que inicialmente nem sequer lhe despertava nenhum tipo de interesse e depois fomos trabalhando essas questões e fez formação nesta parte da restauração. Atualmente, ela sempre teve muita propensão para cuidar dos mais pequenos, assumiu sempre muito esta postura de cuidadora – até aqui em casa, já sendo das mais crescidas assumia muito esta identificação com a figura dos adultos cá da casa, tinha muito esta necessidade de cuidar das outras, de proteger, de tentar ensinar – e agora

está a trabalhar na área do apoio à infância, como auxiliar, pronto. E sempre fez voluntariado no centro de acolhimento dos mais pequenos, sempre muito voluntariosa nestas questões.

10. Em que áreas considera que haveria necessidade de mais apoio?

R: Claramente na parte económica. Eu acho que, é uma grande fragilidade do nosso sistema, se bem que agora perspetiva-se a evolução da legislação no sentido de haver um apoio até aos vinte cinco anos de idade, porque efetivamente a nossa estrutura de sociedade e como o nosso modelo de família também está a evoluir, os jovens adultos também permanecem na casa dos pais, apoiados, até mais tarde. Se estas miúdas tem um contexto de maior fragilidade, mais tempo deveriam ter para poder usufruir do apoio que lhes é dado e é ao contrário, pronto. Esta rede acaba por lhes ser retirada às vezes demasiado cedo e isso acaba por ser um *handicap*, às vezes, também para a intervenção e até mesmo para elas porque, nesta situação foi durante algum tempo sim... um fator de *stress* ela saber que um dia teria de sair daqui e ia deixar de contar com o nosso apoio. Diria até que, foi um bloqueio e um retrocesso que tivemos de trabalhar – eu estou a andar para a frente a nível de idade, estou a aproximar-me do tempo, do momento da saída, mas eu não quero porque não me sinto ainda preparada. É muito angustiante para uma miúda de vinte, vinte e um anos, ainda para mais com algumas limitações cognitivas, em que a nível de maturidade se calhar está a nível dos dezassete anos, pensar que formalmente “eu vou deixar de ter isto, o que conheço como apoio e vou ter de me fazer à vida sozinha” – porque é só assim que elas pensam. Por mais que a gente lhes diga, “mas nós vamos cá estar para...”, a verdade é que há um corte, nem que seja a nível de espaço físico que acontece. No caso desta jovem, já não estava aqui, estava no apartamento, mas é indiferente, a verdade é que estando no apartamento ela sabia que estava sob a nossa responsabilidade e tinha pessoas que olhavam por ela, que iam supervisionando, que estavam lá para ela sempre que precisasse. A partir do momento em que cessava a medida, essa figura à partida desapareceria, pronto... e isto acaba por ser um bocado impactante na vida das miúdas porque faz com que elas queiram retroceder naquilo que já adquiriram, na tentativa de... “afinal eu não estou preparada, se calhar é melhor vocês arranjam maneira de eu ficar cá mais um tempo”. E já aconteceu em algumas situações elas sentirem esta necessidade – de miúdas mais frágeis a nível emocional – de nos evidenciar que não estão preparadas e de demonstrar o receio e a angústia de terem de lidar com a vida lá fora, sozinhas. Portanto, considero que o apoio nestas áreas de autonomia de vida

em situações que estão empenhadas no projeto de vida, estão com um projeto em curso, estão envolvidas e demonstram responsabilidade na condução deste processo autónomo, que deveria de haver um prolongamento por parte do Estado de um apoio económico e não só... a nível psicossocial manter-se algum apoio.

11. Neste momento qual a sua perceção relativamente a vida da jovem?

R: Neste momento, é uma jovem que, com algumas limitações que tem, conseguiu perfeitamente ultrapassá-las no seu dia-a-dia. É competente nas tarefas que faz, já passou por algumas experiências de trabalho que lhe deram uma bagagem diferente, inclusive teve uma experiência em que decidiu sair de ██████ porque achava que precisava de se afastar deste... que era o meio que ela conhecia - ganhar aqui algum distanciamento. E, ao fim de pouco tempo estava a pedir ajuda para voltar, porque não conseguia sentir-se sozinha, porque fora de ██████ sentia-se sozinha. Neste momento, mantém-se a viver na residência da APPACDM – a não ser que tenha havido alguma alteração que eu desconheça, mas julgo que é assim que se mantém. É uma miúda que, é estruturante para ela sentir este apoio, precisa de se sentir cuidada, ter figuras que... mesmo que ela consiga fazer tudo sozinha, mas só o facto de sentir aqueles braços, diria eu, ajuda-a a dar os passos de uma forma mais consistente. Encontra-se enquadrada numa medida a fazer um... não sei bem se é um estágio ou se tem um contrato em contexto de posto de trabalho protegido, mas sei que está a trabalhar como auxiliar de ação educativa numa creche/ATL, e pronto. É uma miúda que, neste momento, com estes apoios e com esta estrutura é perfeitamente funcional, organizada, responsável e que se consegue valer a ela própria dentro de um contexto protegido.

Anexo I. Transcrição da entrevista à jovem A

1. Para começar gostava que falasses sobre a tua medida de acolhimento residencial. Quais foram as razões que consideras que a desencadearam?

R: Foi mais a relação que eu tinha com a minha mãe, não era propriamente aquela relação chegada entre mãe e filha. Sendo que, eu tenho um irmão e fomos ambos retirados à minha mãe. Mas foi essencialmente porque eu faltei aos exames de nono ano. A minha professora, nessa altura, sabia que não tinha uma boa relação com a minha mãe e eu nunca faltava e depois deu o alerta a CPCJ. A CPCJ dirigiu-se até a minha casa e viram que eu não estava lá. A minha mãe também não sabia de mim e depois disso desencadeou aqui uma situação onde acabamos por ser retirados os dois, porque a minha mãe não era assim propriamente uma boa mãe.

2. Quais os aspetos que consideras mais marcantes, tanto positivos como negativos, em relação à instituição?

R: Bem, positivos sinceramente conhecemos várias pessoas não só educadores e doutoras como também miúdas. Conhecemos várias histórias, várias situações que às vezes até nos apercebemos que realmente há pessoas bem piores que eu, neste caso. E criamos ali ligações fortes também. Aspetos negativos, estar longe de casa, de alguns familiares, não é por um familiar, por ter uma relação menos boa com um familiar que temos de generalizar. Pronto, e aspetos positivos também é que, à partida quando és retirado de casa automaticamente costumam meter-te numa zona longe da tua zona de conforto, longe, ou seja, acabas por conhecer outros sítios e é bom, alargas os horizontes.

3. Olhando agora para a tua experiência de acolhimento, gostava que partilhasses uma experiência positiva e uma negativa que te tivesse marcado durante a mesma.

R: Eu não tenho assim um dia em específico que me tenha marcado, tenho várias situações que estão presentes que era do género de preocupação da parte dos educadores de eu ir à escola e comigo mesma, se eu estava bem psicologicamente e como é que eu estava a levar aquela situação em termos psicológicos. Negativo, estar longe dos amigos, separarem-nos dos nossos amigos de infância, claro que me ficou marcado. Todos nós temos aqueles dias bons e maus, e que me tivesse marcado menos boa, não tenho assim algo, menos boa.

4. Como caracterizas a relação com a tua família ao longo da tua medida de acolhimento?

R: De início, não melhorou em nada, mas com o passar do tempo, porque eu estive algum tempo institucionalizada, com o tempo também comecei a crescer, comecei a ver as coisas de outra perspetiva e a relação foi melhorando, até hoje, até ao dia de hoje melhorou bastante.

4. Como caracterizas a relação que estabeleceste com as figuras da instituição?

R: É a minha família basicamente, ensinaram-me a crescer, ensinaram-me muito mesmo. Basta nós estarmos abertos, deixar que as pessoas nos ensinem e gostem realmente de nós que tudo fica mais fácil.

5. Quais as principais perdas que sentiste durante a tua experiência de acolhimento?

R: Bem como já disse, foram os meus amigos basicamente foi isso, e o meu irmão também, claro.

6. Ainda sobre a tua experiência de acolhimento, quais consideras as principais aprendizagens que adquiriste?

R: Aprendizagens, aprendi que existem regras que têm de ser cumpridas para tudo na nossa vida. Em termos de autonomização, aprendi várias coisas como viver sozinha, a gestão de contas, gestão pessoal, organização, sim foi mais nesse sentido.

7. No decorrer da tua medida de acolhimento, como foi decidido o teu projeto de autonomia de vida? (qual a perceção relativamente ao papel que tiveste no mesmo)

R: Visto que o meu plano, digamos assim de vida, não passava pelo regresso a casa, eu própria decidi, que não me fazia sentido a mim regressar a casa e à equipa também não. Como estava a estudar e surgiu a oportunidade de ir para o apartamento de autonomização, decidimos em conjunto que eu tinha os fatores que eram necessários e pronto ficou assim decidido que iria então começar a passar por exemplo os fins de semana alternados a cozinhar, tudo o que se deve fazer numa casa, até que acabei por transitar.

8. Relativamente ao teu acolhimento qual a tua perceção relativamente ao envolvimento da tua família no mesmo?

R: A minha mãe sempre esteve muito ausente disso, não teve qualquer tipo de opinião ou de estar ali, para dar apoio... não, fui eu mesma. Eu e os educadores claro, sempre a dar aquela força.

9. Em relação ao teu projeto de vida, qual a tua opinião no que concerne ao envolvimento da tua família no mesmo?

R: Não, nenhum apoio.

10. Como descreves a preparação que recebeste para a medida de autonomia de vida?

R: A preparação foi sempre em conjunto e a equipa esteve sempre presente: os educadores e doutoras em vários aspetos, não só fisicamente, mas psicologicamente sim.

11. Como descreves os sentimentos/ a tua experiência emocional que tiveste e sentiste durante a transição?

R: Senti-me feliz, concretizada e acima de tudo, senti que dei um pulo enorme. Não me senti sozinha.

12. Atualmente, o que esta a acontecer na tua vida?

R: Estou a trabalhar, tenho um bom salário e vou morar sozinha aqui em [REDACTED] basicamente é isso. Estou a juntar dinheiro para entrar numa escola de aviação.

13. Nesta nova fase de vida, quais os aspetos que consideras mais positivos?

R: Positivos, ter arranjado um bom trabalho, numa boa entidade. Bem, estou numa cidade nova, tudo é melhor, há mais diversidade. Claro que também gosto de [REDACTED], mas sim, [REDACTED] é outro mundo e acho que me encaixo aqui.

14. Atualmente, quais as principais dificuldades que sentes?

R: Na procura de quarto, é muito complicado porque trabalho praticamente no centro e os preços são muito altos para a oferta, é muito difícil mesmo.

15. Como descreves esta experiência a nível emocional?

R: Emocional, é bom. Sim, é bom. Não tenho assim muito a dizer.

16. O que gostavas que fosse diferente?

R: Que fosse diferente, talvez se aqui estivessem as minhas amigas de [REDACTED] ou do [REDACTED] mais aqui ao pé de mim, para me dar mais força, se calhar tornar-se-ia mais fácil.

17. Particularmente nesta fase, como avalias o apoio prestado pelas entidades profissionais?

R: Boas, mas acho que estou numa fase da minha vida que tenho de ser eu a fazer mais por mim. Já não está ali aquela pessoa a dizer: faz isto, faz aquilo, não faças isso, tens de fazer assim. Tenho de ser eu, *by myself*.

18. Neste momento quais os teus planos e metas para o futuro?

R: Para o futuro, entrar numa escola de aviação porque quero ser hospedeira de bordo, ser hospedeira de bordo, tirar a carta, mas isso é mais tarde não é prioridade por agora, e viajar, é isso.

Anexo J. Transcrição da entrevista à jovem B

1. Para começar gostava que falasses sobre a tua medida de acolhimento residencial. Quais foram as razões que consideras que a desencadearam?

R: As coisas na casa da minha mãe não estavam bem, por isso é que vim para aqui. Sendo que foi um pouco difícil para mim aceitar que vinha outra vez para uma instituição. Mas em estar onde estava e estar numa instituição, preferi... preferi... não tive escolha, até porque não foi a primeira instituição onde estive – já estive noutra, então não queria voltar outra vez ao mesmo.

Referiste outra instituição, quais consideras os motivos que originaram o teu acolhimento na mesma?

R: Eu era muito nova, tinha quatro anos. Os meus pais discutiram, separaram-se, entretanto nós viemos para a instituição CAT, eu e os meus três irmãos, sendo que eu e a mais velha depois fomos para [REDACTED].

2. Quais os aspetos que consideras mais marcantes, tanto positivos como negativos, em relação à instituição?

R: Negativo, foi de ter vindo para cá. Positivo, tudo... ensinaram-me muita coisa, apoiaram-me muito nos momentos em que mais precisei, não tinha mesmo mais ninguém, e eles foram mesmo uma família para mim. Sendo que, gosto muito deles e felizmente fiz boas relações com cada um e muitas vezes continuo ainda a vir cá visitá-los e sou sempre bem-recebida.

3. Olhando agora para a tua experiência de acolhimento, gostava que partilhasses uma experiência positiva e uma negativa que te tivesse marcado durante a mesma.

R: Uma positiva foi por ser bem-comportada, tive o bónus de ir para o apartamento de autonomia aos dezassete anos. Estive lá praticamente até me ir embora. Sendo que, tive um pequeno deslize que desrespeitei uma regra na instituição, mas felizmente resolveu-se. Um dos aspetos negativos foi ter feito uma maluquice que foi acender o chão de um quarto com papel, mas também não aconteceu nada.

4. Como caracterizas a relação com a tua família ao longo da tua medida de acolhimento?

R: Zero, não tenho relação.

4. Como caracterizas a relação que estabeleceste com as figuras da instituição?

R: Muito boa, mesmo uma família, uma segunda família porque a primeira foi em [REDACTED]. E eles aqui, também são como uma família para mim, sempre que preciso de alguma coisa, por muito que eu não queira, se eu precisar eu sei que eles me vão ajudar. E já me ajudaram, para além de eu estar fora daqui. E como eu estava a dizer, eu gosto mesmo de vir cá, sinto-me bem. Fui-me embora por outras razões, mas pronto. Gosto mesmo muito deles e é uma relação que me faz muito bem, mesmo.

5. Quais as principais perdas que sentiste durante a tua experiência de acolhimento?

R: Perdas, acho que foi mesmo afastar-me de pessoas que gostava onde estava a viver. Afastei-me e acho que perdi um pouco a relação com elas. Se bem que, como eu costumo dizer, quando a relação é verdadeira há de durar longe ou perto. Sendo que, até hoje tenho pessoas muito especiais onde vivi no [REDACTED] e etc.

6. Ainda sobre a tua experiência de acolhimento, quais consideras as principais aprendizagens que adquiriste?

R: Ser autónoma, saber gerir o meu dinheiro, que tem a ver com a autonomia, cozinhar, apesar de não fazer grandes comidas porque não gosto muito de cozinhar. Aprendi o que era viver sozinha, foi um bom passo para agora conseguir fazer a minha vida lá fora.

7. No decorrer da tua medida de acolhimento, como foi decidido o teu projeto de autonomia de vida?

R: Entre a equipa, pronto. Acho que foi... como eu era responsável e fazia as minhas tarefas enquanto estava na instituição acho que eles acharam que eu era uma boa pessoa para ir para o apartamento de autonomia, acho que foi isso. Foram a equipa – auxiliares, educadores e as técnicas – e acho que chegaram a um consenso que poderiam se calhar dar-me essa possibilidade, assim dizendo.

7. Qual a tua perceção relativamente ao papel que tiveste no mesmo?

R: Foi bom.

8. Relativamente ao teu acolhimento qual a tua perceção relativamente ao envolvimento da tua família no mesmo?

R: Zero.

9. Em relação ao teu projeto de vida, qual a tua opinião no que concerne ao envolvimento da tua família no mesmo?

R: Zero também, eu não tinha uma relação assim com a minha família.

10. Como descreves a preparação que recebeste para a medida de autonomia de vida?

R: Boa, muito boa mesmo. Pronto, antes de irmos para o apartamento temos uma espécie de tarefas, ou seja, temos de cozinhar, fazer coisas como se estivéssemos a viver sozinhas. Depois, entretanto, quando passamos ao segundo passo ou ao terceiro, uma coisa assim, vamos por exemplo... não ficamos logo no apartamento, vamos um fim de semana, depois outro fim de semana, fazendo assim as tarefas como se lá estivéssemos, para ver se realmente estamos preparadas ou não. Até que, se chegarmos a ter as tarefas de autonomia todas cumpridas, se conseguíssemos ir as compras sozinhas e gerir uma casa, então podíamos mesmo ir para lá. Se bem que, o meu foi muito mais rápido.

11. Como descreves os sentimentos/ a tua experiência emocional que tiveste e sentiste durante a transição?

R: Senti-me um pouco sozinha, porque na instituição, mesmo no apartamento, nós sabemos que temos sempre um apoio e se precisarmos de alguma coisa vamos, tocamos à porta e eles abrem e ajudam-nos no que for preciso. E na vida autónoma, mesmo lá fora, já é bem diferente, senti-me um pouco desamparada, mas não por não saber o que fazer, porque pronto, sabia, até porque estive no apartamento de autonomia. Mas senti-me assim porque, já estava tão habituada a ter alguém e de repente vi-me assim, um bocado, sem ninguém. Mas foi uma coisa positiva também, fez-me crescer ainda mais do que aquilo que já tinha crescido.

12. Atualmente, o que esta a acontecer na tua vida?

R: Vivo num quarto, porque não tenho possibilidades para ter uma casa, infelizmente. Trabalho, estou a fazer um estágio em Ação Educativa, como *baby-sitter*, e estudo à noite

para acabar o décimo segundo ano. E depois, quem sabe um dia, ir para a Universidade que eu gostava muito de ir, para tirar o curso de Psicologia, mas ainda não sei.

13. Nesta nova fase de vida, quais os aspetos que consideras mais positivos?

R: Muitos, porque não tenho de dar satisfações a ninguém da minha vida e isso é uma coisa que eu gosto. Não sei, faz-me sentir livre, vou... sinto-me livre. Posso ir onde quiser e não tenho de dar satisfações a ninguém. Tenho de ter mais responsabilidade para pagar a renda e etc.

14. Atualmente, quais as principais dificuldades que sentes?

R: Muitas vezes financeiramente, porque eu no estágio estou quase a receber quinhentos euros, e estar a viver sozinha e estar a pagar um quarto, que também não é assim tão barato e pagar as despesas, mais a alimentação e a roupa para nós e etc. Ainda é bocadinho assim... um gasto assim maior. Depois de seis em seis meses, ainda tenho de me deslocar a [REDACTED], devido ao problema que eu tenho. E às vezes, não ter assim uma pessoa logo disponível para mim para falar do que eu sinto, ou nem que seja para um abraço apenas. Sei que posso contar com eles na instituição, mas é diferente, não tenho assim ninguém logo ao pé de mim que possa logo abraçar só porque me apetece.

15. Como descreves esta experiência a nível emocional?

R: Não sei, então... um bocado triste, porque estou basicamente sozinha, não tenho os meus familiares, não tenho contato e não tenho uma relação com eles e isso. É um bocado triste, porque às vezes não temos ninguém para falar do que nós queremos, por exemplo como se calhar uma rapariga fala com uma mãe ou com um pai, ou com uma tia ou com um primo, pronto. É um bocado triste, mas ao mesmo tempo, sinto-me feliz porque apesar de não ter a minha família, consegui... a vida deu-me a possibilidade de construir a minha própria família e felizmente sei que posso contar com ela para muita coisa.

16. O que gostavas que fosse diferente?

R: Muita coisa, ter uns pais presentes, era o que eu gostava muito, com quem pudesse falar de tudo e mais alguma coisa, sem ter medo, sem ter vergonha, sem ter nada. E, gostava de ter uma casa, pronto.

17. Particularmente nesta fase, como avalias o apoio prestado pelas entidades profissionais?

R: Muito boa até, para além de eu... pronto, quando alguém faz asneiras ou isso assim, eu também fiz asneiras, mas não foram coisas assim tao más, sendo que a pior foi mesmo quando fiz assim um bocadinho de fogo no chão do quarto. Apesar disso, sou sempre bem-recebida e tratam-me sempre muito bem, mesmo depois de eu ter saído, não acho que sou tratada de maneira diferente daquilo que me tratavam antes.

18. Neste momento quais os teus planos e metas para o futuro?

R: Ter uma casa, tirar a carta de condução – que era uma coisa que eu gostava – ser psicóloga – como já tinha referido – e montar a minha família, ser mãe, ter um esposo com quem possa dividir tudo, e pronto.

Anexo L. Tabela de categorização

Momentos do percurso de acolhimento	Caso A			Caso B		
	Temas	Jovem	Técnica	Jovem	Técnica	
Pré-acolhimento residencial	Motivo(s) que originaram o acolhimento	Relação conflituosa com a figura materna A1.1: “Foi mais a relação que eu tinha com a minha mãe, (...)”.	Relação conflituosa com a figura materna TA1.1: “(...) relação muito conflituosa com a mãe (...)”.	Relação conflituosa com a figura materna B1.1: “As coisas na casa da minha mãe não estavam bem”.	Situação de abuso sexual TB1.1: “(...) uma situação de abuso sexual por parte de um familiar”.	
	residencial	Relação conflituosa com a figura materna A1.2: “Mas foi essencialmente porque eu faltei aos exames de nono ano”.	Absentismo escolar TA1.2: “(...) não ia à escola”.	Separação dos pais B1.4: “Os meus pais discutiram, separaram-se”.	A família falhou na proteção da jovem TB3.6: “(...) a família não tinha sido capaz de a proteger da situação abusiva (...)”.	
	Presença de comportamentos de risco	Presença de comportamentos de risco		Sinalização da situação de risco		

<p>A1.4: “A CPCJ dirigiu-se até a minha casa e viram que eu não estava lá”.</p>	<p>TA1.4: “(...) assumia um conjunto de comportamentos de risco (...) fuga de casa, ausências prolongadas”.</p>	<p>TB1.2: “(...) a situação foi sinalizada às entidades competentes”</p>
<hr/>		
<p>Negligência familiar</p>	<p>Sinalização da</p>	
<p>A1.5: “A minha mãe também não sabia de mim (...) não era assim propriamente uma boa mãe”.</p>	<p>Sinalização da situação de risco TA1.3: “(...) pela escola e pelos serviços de intervenção de primeira linha (...)”.</p>	
<p>A1.3: “A minha professora, nessa altura, (...) deu o alerta à CPCJ”.</p>		
<p>Acolhimento residencial</p>	<p>Percepção sobre a instituição</p>	<p>Confronto com histórias de vida similares</p>
	<p>Ambiente contentor e securizante</p>	<p>Preferência pelo contexto institucional</p>
		<p>Ambiente contentor e securizante</p>

(aspectos positivos e negativos)	A2.7: “Conhecemos várias histórias, várias situações (...) bem piores que eu, neste caso”.	TA3.15: “(...) com o facto de sentir um ambiente acolhedor, contentor (...)”.	B1.3: “Mas em estar onde estava e estar numa instituição, preferi (...)”.	TB6.34: “(...) ambiente terapêutico que potencie um dia-a-dia mais saudável, mais estruturado e mais organizador”.
	Construção de relações significativas	Ambiente padronizado orientado por regras e consequências	Construção de relações significativas	Construção de relações significativas
	A2.6: “Bem positivos (...) conhecemos várias pessoas (...) educadores e doutoras como também miúdas”.	TA3.16: “(...) com regras, onde as consequências eram coerentes de acordo com o comportamento que ela assumia (...)”.	B2.9: “(...) gosto muito deles e felizmente fiz boas relações com cada um (...)”.	TB3.17: “(...) as relações que as miúdas constroem com as pessoas que vivem na casa (...) acaba por ser muito estruturante para elas (...)”.
	Colocação distante da zona de conforto		Presença de uma base de apoio	Desenvolvimento de atividades nas épocas festivas
	A2.10: “(...) quando és retirado de casa		B2.7: “apoiaram-me muito (...)”.	

automaticamente	TB3.14: “Por rotina, costumamos fazer uma festa de natal (...)”.
costumam meter-te numa zona longe da tua zona de conforto (...)”.	
Possibilidade de conhecer novos contextos	Contexto de aprendizagem
A2.11: “Pronto, e aspetos positivos também (...) conhecer outros sítios e é bom, alargas os horizontes”.	B2.6: “Positivo (...) ensinaram-me muita coisa”.
	Perda no contato com as jovens após o término da medida de acolhimento
	TB3.18: “(...) fica-se muito angustiado com o facto de passado algum tempo perder-se o contato com as
Distanciamento de figuras significativas na família de origem	Contexto familiar alternativo
A2.9: “Aspetos negativos, estar longe	B2.8: “(...) eles foram mesmo uma família para mim”.

de casa, de alguns familiares”.

Manutenção do

contato após término

B2.10: “(...)

continuo ainda a vir

cá visitá-los e sou

sempre bem-

recebida”.

B4.16: “E já me

ajudaram, para além

de eu estar fora

daqui”.

B17.52: “(...) sou

sempre bem-

recebida e tratam-me

sempre muito bem,

mesmo depois de eu

ter saído, (...)”.

Dificuldade em

aceitar nova medida

residencial

B1.2: “(...) foi um

pouco difícil para

mim aceitar que

vinha outra vez para

uma instituição”

B2.5: “Negativo, foi

de ter vindo para

cá”.

Experiências significativas (positiva e negativa)	Presença de cuidadores atentos e disponíveis às suas necessidades	Término do ensino secundário	Integração no apartamento de autonomia	Sucesso no desenvolvimento de competências de socialização com figuras do sexo masculino
A3.12: “(...) preocupação da parte dos educadores de eu ir à escola e comigo mesma, se eu estava bem psicologicamente e como é que eu estava a levar aquela	necessidades	TA2.5: ‘Um episódio positivo, o facto de ter terminado o décimo segundo ano, apesar de algum esforço e insistência, mas foi algo muito positivo conseguir terminar o décimo segundo ano’.	B3.11: “Uma positiva (...) tive o bónus de ir para o apartamento de autonomia aos dezassete anos”.	TB2.3: “(...) continua a manter uma relação de proximidade, mesmo após o acolhimento, é uma figura masculina. Portanto,

situação em termos psicológicos”.	consequimos aqui trabalhar e superar esta questão (...)”.
<p>Distanciamento de figuras significativas</p> <p>A3.13: “Negativo, estar longe dos amigos, separarem-nos dos nossos amigos de infância, claro que me ficou marcado”.</p>	<p>Retrocesso na gestão de horários e responsabilidades</p> <p>TA2.6: “(...) durante algum tempo tivemos que voltar atrás, nas tomadas de decisão de gestão dela autónoma dos tempos e das responsabilidades e implicá-la às vezes a passar alguns momentos aqui no centro (...)”.</p>
Relação com a família de origem	Relação instável com a família de origem

Melhoria gradual na relação com a família de origem	TA3.9: “(...) ainda mantém uma relação de algum distanciamento (...)”. A4.14: “(...) a relação foi melhorando, até hoje (...)”.	Ausência de relação com a família de origem B4.13: “Zero, não tenho relação”.	TB3.5: “A relação desta jovem com a família, ao longo do processo de acolhimento foi muito inconstante”.
	Negligência no acompanhamento familiar TA3.11: “(...) pouco empenhada em apoiar a vida da filha (...)”.		Relação distante com a figura paterna TB3.7: “A própria jovem tinha uma grande revolta e criou um afastamento muito grande da família, especialmente da figura do pai (...)”.
	Negligência emocional pela figura materna TA3.10: “(...) muito pouco afetuosa,		Ausência do contato com a figura materna TB3.8: “(...) com a mãe não havia já

pouco envolvida nas questões da jovem (...)"	contato há muitos anos".
Encontros pontuais entre a jovem e a mãe TA3.12: "(...)" contatos pontuais a casa, em períodos de férias e pontualmente nos fins de semana (...)"	Encontros pontuais entre a jovem e o pai TB3.10: "E aquilo que conseguimos restabelecer, e que ainda se mantém na vida da jovem, são contatos muito pontuais (...)"
Desconhecimento da identidade do pai TA3.7: "(...) ao longo da grande parte da vida dela sempre desconheceu a identidade do pai". Pai residente no estrangeiro	Ausência de outras figuras de suporte na família de origem TB3.12: "(...) tendo a noção que não tinha outras figuras de suporte".

TA3.8: “(...) é uma identidade que não lhe permite sequer contactá-lo, porque ele nem sequer está no País, pronto”.

Relação com a equipa técnica	Modelo familiar	Dificuldade inicial	Modelo familiar	Modelo familiar
	alternativo	no estabelecimento	alternativo	Modelo familiar alternativo
	A4.15: “É a minha família basicamente, ensinaram-me a crescer, ensinaram-me muito mesmo”.	de relações de confiança	B4.14: “Muito boa, mesmo uma família, uma segunda família	TB3.16: “(...), mas tenho a família do coração”.
		TA3.13: “(...) vinha muito desacreditada, muito ausente nas relações, muito desconfiada, (...)”.	foi em [REDACTED]?	
Relação de proximidade com a equipa técnica	Melhoria gradual na relação com a equipa técnica	Presença de cuidadores atentos e disponíveis	Relação avaliada de forma positiva	
A4.16: “Basta nós estarmos abertos, deixar que as pessoas	TA3.14: “À medida que foi ganhando relação com os	B4.15: “(...) sempre que preciso de alguma coisa (...) eu	TB3.13: “Uma relação muito positiva”.	

nos ensinam e gostem realmente de nós (...).	adultos, foi o que lhe foi dando estrutura e (...)”.	sei que eles me vão ajudar”.
	Manutenção do contato após o término da medida	
	B2.10: “(...)	continuo ainda a vir cá visitá-los e sou sempre bem-recebida”.
	B4.16: “E já me ajudaram, para além de eu estar fora daqui”.	
Principais perdas sentidas	Distanciamento de figuras significativas	Distanciamento de figuras significativas
	A3.13: “Negativo, estar longe dos amigos, separarem-nos dos nossos amigos de infância, (...)”.	B5.17: “Perdas, acho que foi mesmo afastar-me de pessoas que gostava onde estava a viver
	Perda das figuras de suporte idealizada pela jovem	n.d.
	TA4.18: “(...)	
	terminou a relação de namoro em determinado	

<p>A5.17: “(...) os meus amigos (...) e o meu irmão também claro”. momento e aquelas figuras acabaram por desvanecer na vida dela (...).”</p>	<p>(...) perdi um pouco a relação com elas”.</p>
<p>Principais aprendizagens</p>	<p>Desenvolvimento de competências de autonomia</p>
<p>A6.19: “(...) aprendi várias coisas como viver sozinha, a gestão de contas, gestão pessoal, organização (...)”.</p>	<p>Desenvolvimento de competências de autonomia</p>
<p>Importância do cumprimento de regras</p>	<p>B6.18: “Ser autónoma, saber gerir o meu dinheiro, que tem a ver com a autonomia, cozinhar (...) Aprendi o que era viver sozinha (...)”.</p>
<p>A6.18: “(...) aprendi que existem regras que têm de ser cumpridas para tudo na nossa vida (...)”.</p>	<p>n.d.</p>

Motivos que originaram na definição do projeto de vida com vista a autonomização	Consenso entre a equipa técnica e a jovem A7.21: “(...) eu própria decidi, que não me fazia sentido a mim regressar a casa e à equipa também não”.	Consenso entre todas as entidades envolvidas no processo da jovem TA4.23: “Foi consensual para as entidades (...)”.	Consenso entre a equipa técnica B7.19: “Entre a equipa, pronto”. B7.22: “Foram a equipa – auxiliares, educadores e as técnicas – e acho que chegaram a um consenso (...)”.	Consenso entre a equipa técnica TB4.25: “Portanto, não houve muita dificuldade em haver consenso sobre este projeto de vida”.
	Presença de competências pessoais necessárias A7.24: “(...) tinha os fatores que eram necessários e pronto ficou assim decidido (...)”.	Ausência de figuras de apoio alternativas TA4.17: “As principais razões (...) tiveram a ver com o facto de não haver outras figuras de apoio”.	Presença de competências pessoais necessárias B7.20: “(...) era responsável e fazia as minhas tarefas (...)”.	Ausência de figuras de apoio na família de origem TB4.20: “(...) não tinha uma rede de suporte familiar que a pudesse apoiar neste percurso autónomo e de construção desta
		haver outras figuras alternativas, outra		

rede familiar de suporte”.	identidade jovem/adulto”.
<p>Inviável reintegração na família de origem A7.20: “(...) não passava pelo regresso a casa (...)”.</p>	<p>Inviável reintegração na família de origem TB4.21: “(...) seria um processo de autonomia de vida, não havendo o suporte familiar(...)”.</p>
<p>Relação distante e conflituosa com a figura materna TA4.21: “(...)relação de distanciamento e de conflitualidade que existia entre as duas (...)”.</p>	<p>Fraco potencial de mudança da família TB3.9: “(...) foi um pouco difícil porque o potencial de mudança era muito curto, (...)”.</p>
<p>Ausência de projetos de vida alternativos TA5.25: “(...) tinha que existir desta</p>	<p>Ausência de projetos de vida alternativos TB4.24: “(...) era demasiado evidente</p>

	forma, com este enquadramento, porque não havia alternativas”.	que não havia alternativas”.
	Ausência de figuras de suporte na comunidade	Ausência de figuras de suporte na comunidade
	TB4.22: “(...) não havendo figuras de referência	TB4.22: “(...) não havendo figuras de referência
	alternativas, embora tenhamos feito esta tentativa de	alternativas, embora tenhamos feito esta tentativa de
	identificar na comunidade (...)”.	identificar na comunidade (...)”.
Papel das jovens durante a definição e concretização do seu projeto de vida	Papel ativo nas tomadas de decisão	Envolvimento nas tomadas de decisão
	A7.23: “(...) decidimos em conjunto (...)”.	TB5.28: “Nas decisões tomadas, as jovens são sempre envolvidas nelas (...)”.
	Envolvimento nas tomadas de decisão	Papel ativo na definição do projeto de vida
	TA5.24: “A jovem sempre esteve envolvida nas tomadas de decisão no que diz respeito	B7.23: “Foi bom”.

<p>ao seu processo, sempre foi ouvida (...)"</p>	<p>Envolvimento sistemático da jovem durante a concretização do projeto de vida</p> <p>TB5.26: "O envolvimento da jovem é sistemático, nem poderia ser de outra forma".</p> <p>TB5.29: "(...) sempre foi muito empenhada e preocupada com tudo aquilo que dizia respeito ao seu percurso".</p>	<p>Envolvimento da família</p>
<p>Ausência do envolvimento da figura materna durante a medida</p>	<p>Ausência do envolvimento familiar durante a medida</p> <p>B8.24: "Zero".</p>	<p>Ausência do envolvimento familiar nas dinâmicas institucionais</p>

A8.26: “A minha mãe sempre esteve muito ausente disso, (...)”.	TA3.11: “pouco envolvida nas questões da jovem, (...) pouco empenhada em apoiar a vida da filha (...)”.	TA3.15: “Convidou o pai e a família do pai para assistirem à festa e eles não vieram, (...)”.
Ausência do apoio familiar no que respeita o projeto de vida	Negligência emocional pela figura materna TA3.10: “(...) é uma pessoa muito pouco afetuosa, pouco envolvida (...)”.	Ausência do apoio familiar no que respeita o projeto de vida B9.25: “Zero também, (...)”.
O papel da instituição no processo de autonomia das jovens/	Apoio na consciencialização sobre a ausência de projetos de vida alternativos	Apoio emocional e instrumental prestado pela equipa técnica
Envolvimento da equipa técnica	A8.27: “(...) e os educadores claro, sempre a dar aquela força”.	B11.31: “(...) na instituição, mesmo no apartamento, nós
	TA6.26: “(...) na tomada de	servimos a nossa função de estrutura,

<p>A10.30: “(...) os educadores e doutoras em vários aspetos, não só fisicamente, mas psicologicamente sim”.</p>	<p>consciência de que era aquele percurso que tinha de ser feito (...).”.</p>	<p>sabemos que temos sempre um apoio e se precisarmos (...) ajudam-nos no que for preciso”.</p>	<p>de afeto, de apoio, de organização da vida delas, de estabilização emocional (...).”.</p>
<p>TB6.30: “(...) orientar, apoiar, identificar as necessidades e, (...) definir as estratégias necessárias para as satisfazer (...)”.</p>	<hr/> <p>Projeto de vida apoiado pela equipa técnica</p> <p>TB5.27: “(...) nós estamos cá para te apoiar a contruí-lo”.</p> <p>TB7.41: “Este trabalho é orientado pela equipa técnica e</p>		
<p>Trabalho realizado em conjunto com a equipa técnica</p> <p>A10.29: “A preparação foi sempre em conjunto e a equipa esteve sempre presente: os</p>	<p>Projeto de vida apoiado pela equipa técnica</p> <p>TA4.19: “(...) para ela conseguir fazer aqui um projeto de vida autónomo de uma forma</p> <p>consistente tinha que</p>	<hr/> <p>Projeto de vida apoiado pela equipa técnica</p> <p>TB5.27: “(...) nós estamos cá para te apoiar a contruí-lo”.</p> <p>TB7.41: “Este trabalho é orientado pela equipa técnica e</p>	

educadores e doutoras (...)”.	se sentir apoiada (...) tínhamos de ser nós essas figuras e assim aconteceu”.	acompanhado com grande proximidade pelo educador de referência (...)”.
	Apoio na desconstrução de figuras de apoio idealizadas TA6.27: “(...) não iam ter nenhuma consistência e que não iriam trazer nenhum tipo de estrutura à vida dela”.	Desenvolvimento de uma visão realista sobre a família de origem TB3.11: “(...) quando chegam à instituição vêm com relações muito idealizadas da família (...) quando trabalhamos isto, conseguimos redimensionar a relação (...)”.
	Apoio na planificação do projeto de vida	Apoio na gestão emocional

<p>TA6.28: “(...) nesta planificação do projeto de vida, qual era o rumo, qual era o destino (...)”.</p>	<p>TB6.33: “(...) acolher as angústias e transformá-las em momentos de reparação de sequelas (...)”.</p>
<p>Apoio na criação de uma rede de suporte diferenciada</p>	<p>Apoio na criação de uma rede de suporte na comunidade</p>
<p>TA6.30: “(...) na criação de uma rede de suporte informal, na identificação de adultos de referência alternativos (...) para conseguir garantir a persecução dos estudos”.</p>	<p>TB4.23: “(...) conseguimos sim, ajudar a jovem a criar uma rede mais alargada (...) onde ganhou adultos de referência”.</p>
<p>Apoio no desenvolvimento de competências</p>	<p>Promoção de um ambiente reparador e terapêutico</p>

práticas de	TB6.34: “(...)
autonomia	proporcionar-lhes um ambiente terapêutico que potencie um dia-a-dia mais saudável, mais estruturado e mais organizador”.
TA6.29: “(...) na organização do seu dia-a-dia com vista a prepará-la para este projeto de autonomia, através da definição e da preparação de competências de vida para a autonomia em diversas áreas (...)”.	
Apoio no âmbito da gestão da vida autónoma	Apoio no desenvolvimento de competências ajustadas
TA6.31: “(...) numa resposta já mais diferenciada a nível de gestão autónoma	TB6.31: “(...) motivar as jovens para se empenharem

		oportunidades mais diferenciadas”.
	Apoio no âmbito familiar TA6.33: “(...) da articulação com a família (...)”.	Apoio e supervisão pela equipa técnica no apartamento de autonomização TB10.75: “(...) tinha pessoas que olhavam por ela, que iam supervisionando, que estavam lá para ela sempre que precisasse (...)”.
	Apoio no envolvimento da jovem num curso de seu interesse TA9.47: “Pronto, e a moda, que também fizemos aqui um investimento, (...) porque era uma área que ela tinha muito interesse (...)”.	
Preparação para a vida autónoma	Trabalho realizado em conjunto com a equipa técnica	Plano terapêutico individual competências específicas de

A10.29: “A	preparação foi sempre em conjunto e a equipa sempre esteve presente (...):	TA7.35: “O trabalho específico consistiu na definição de competências, tendo por base um referencial teórico (...).”	autonomia na instituição B10.27: “Pronto, antes de irmos para o apartamento temos uma espécie de tarefas, ou seja, temos de cozinhar, fazer alguma coisas como se estivéssemos a viver sozinhas”.	TB7.37: “(...) plano socioeducativo, individual de cada jovem (...).”
Treino de	competências específicas de autonomia na instituição	Avaliação de competências pessoais e sociais	Consolidação das competências de autonomia no apartamento	Avaliação de competências pessoais
A7.25: “(...) começar a passar por exemplo os fins de semana alternados a cozinhar,	que as jovens estão ao nível do desenvolvimento de competências	TA7.36: “(...) avaliar em que patamar é que as jovens estão ao nível do desenvolvimento de competências	B10.28: “(...) não ficamos logo no apartamento, vamos um fim de semana, (...) fazendo assim as	TB7.36: “(...) de acordo com as competências base, identificar que aquela jovem tem potencial para

tudo o que se deve fazer numa casa, até que acabei por transitar”.	pessoais e sociais para a autonomia (...)”. estamos preparadas (...)”.	tarefas como se lá estivéssemos, para ver se realmente estamos preparadas (...)”.	evoluir para um projeto de vida autónomo”.
Integração no apartamento de autonomização A7.22: “(...) oportunidade de ir para o apartamento de autonomização (...). TA7.37: “E, depois a definição de objetivos de acordo com essa identificação diagnóstica e das áreas de trabalho e ações a desenvolver (...)”. TB7.35: “(...) temos como metodologia de trabalho: desenvolver competências desde o momento do acolhimento ao nível de autonomia”.	Estabelecimento de objetivos e definição das áreas de trabalho a desenvolver TA7.37: “E, depois a definição de objetivos de acordo com essa identificação diagnóstica e das áreas de trabalho e ações a desenvolver (...)”. TB7.38: “(...) são definidos os objetivos com vista a consolidar as	Integração no apartamento de autonomização B7.21: “(...) ir para o apartamento de autonomia (...)”. B10.29: “(...) se chegarmos a ter as tarefas de autonomia todas cumpridas, se conseguíssemos ir as compras sozinhas e gerir uma casa, então podíamos mesmo ir para lá”.	Estabelecimento de objetivos e definição das áreas de trabalho a desenvolver TB7.35: “(...) temos como metodologia de trabalho: desenvolver competências desde o momento do acolhimento ao nível de autonomia”.

competências de vida autônoma”.	
TB7.40: “São várias as áreas que estão presentes neste trabalho e começamos no centro de acolhimento, definindo objetivos e estratégias, (...)”.	
Treino de competências específicas de autonomia na instituição	Permanência no apartamento de autonomia B11.33: “(...) estive no apartamento de autonomia (...)”.
TA7.38: “(...) numa primeira fase no centro de acolhimento (...), em que durante	Treino de competências específicas de autonomia na instituição TB7.43: “Isto passa desde a confecção de refeições básicas aqui no centro de acolhimento, de uma

aproximadamente seis meses houve aqui um trabalho intensivo de preparação (...):	forma rotineira durante alguns meses, duas ou três vezes por semana (...) construir a lista das compras, o ir fazer as compras, a questão da poupança económica (...):
Acompanhamento durante a concretização das tarefas transversais à vida autonomia TA7.39: “Primeiramente de uma forma mais orientada (...):”	Acompanhamento durante a concretização das tarefas transversais à vida autonomia TB7.44: “(...) numa fase inicial acompanhada com o adulto”.
Supervisão dos comportamentos e tarefas	Apoio e supervisão nos primeiros momentos que

desempenhadas pela jovem	antecipam a transição
TA7.40: “(...) e depois sendo só numa perspectiva de supervisão, sendo ela a assumir esse protagonismo”.	TB7.45: “(...) esta fase de transição, permite-nos, de uma forma mais apoiada e supervisionada, acompanhar estes primeiros passos (...)”.
Articulação com uma instituição na zona de residência da jovem	Articulação com uma instituição na zona de residência da jovem
TA10.53: “(...) foi articulado com uma instituição (...) uma resposta de apoio para adultos, para uma residência”.	TB8.56: “E depois na altura, agilizámos esse enquadramento nesse apartamento, diria eu, de autonomia (...)”.

Consolidação de

competências

necessárias à

autonomia de vida

TB7.39: “Estas

competências são

transversais às várias

áreas: a área

relacional, área da

rede de suporte,

acesso aos serviços,

a nível das questões

da habitação, da

confeção e

alimentação, de

gestão de relações

com pares num

contexto de casa”.

Acompanhamento

personalizado por

			um educador de referência TB7.42: “(...) sendo o educador que acaba por estar com um olhar diretamente focalizado para aquela jovem, (...)”.
Avaliação do trabalho desenvolvido	n.d.	Trabalho maioritariamente consolidado TA8.41: “O trabalho desenvolvido, avalio de uma forma positiva. Diria eu que, aquilo que foi trabalhado foi consolidado (...)”.	Resultados menos desejáveis TB8.46: “(...) provavelmente, havia coisas que seriam feitas certamente de outra forma, sem dúvida nenhuma”.
		Necessidade de trabalho mais aprofundado no	Necessidade de apoio após o término da medida

<p>âmbito da gestão relacional</p> <p>TA8.42: “(...)Esta jovem tinha aqui algumas áreas em que poderia ter ficado a um nível mais, diria, mais aprofundado (...) Tudo o que tinha a ver com a questão da gestão das relações (...)”.</p>	<p>TB8.48: “(...) este projeto de vida teria de ser, de uma forma mais prolongada, apoiado”.</p> <p>TB8.50: “(...) a autonomia pode continuar a ter que existir com apoio, mesmo após a saída”.</p> <p>TB8.55: “(...) como não havia outras figuras de suporte, era importante mantermos aqui este olhar atento (...)”.</p>
<p>Presença de competências necessárias para a vida autónoma</p>	<p>Necessidade de um apoio económico após o término da medida</p>

TA8.43: “(...) os		rendimentos não eram muito elevados, o que fazia com que também a nível económico ela não conseguisse ser autossuficiente”.
conseguiu ficar num patamar de segurança com as competências básicas adquiridas para se conseguir organizar de uma forma perfeitamente autónoma (...)”.		Dificuldade na definição de metas realistas
		TB8.49: “(...) foi difícil trabalhar estas expetativas na jovem, (...) a expetativa é vir a gerir a sua vida completamente sozinha, (...)”.
		Tentativa
		malsucedida em

viver de forma

independente

TB8.52: “Na altura, quando sai do apartamento resolve, decide ir para uma casa por conta e risco dela e as coisas não correram bem (...)”.

Comprometimento

da intervenção

derivado a presença de fatores externos

TB8.47: “(...) há

muitos mais fatores exógenos que interferem no processo (...)”.

Limite temporal da

medida como

obstáculo à
intervenção
TB10.73: “Esta rede
acaba por lhes ser
retirada às vezes
demasiado cedo(...)”.
TB10.77: “(...)”
deveria de haver um
prolongamento por
parte do Estado(...)”.

Sucesso no trabalho
com vista à
reconstrução da
confiança nos outros
TB9.61: “(...)”
consequimos
trabalhar ali a
questão da confiança
no outro (...)”.

					Sucesso na identificação de figuras de suporte TB9.62: “(...) da identificação de figuras de suporte (...)”.
Percurso pós- institucional: Autonomização	Experiência emocional durante a transição	Sentimentos de felicidade e de realização A11.31: “Senti-me feliz, concretizada e acima de tudo, senti que dei um pulo enorme”.	n.d.	Presença de sentimentos de solidão B11.30: “Senti-me um pouco sozinha (...)”. B11.32: “E na vida autônoma, mesmo lá fora, já é bem diferente, senti-me um pouco desamparada (...)”. B11.34: “(...) estava tão habituada a ter	Presença de sentimentos de insegurança TB10.74: “Diria até que, foi um bloqueio e um retrocesso que tivemos de trabalhar (...) estou a aproximar-me do tempo, do momento da saída, mas eu não quero porque não me sinto ainda preparada”.

alguém e de repente	TB10.76: “(...)
vi-me assim, um	demonstrar o receio
bocado, sem	e a angústia de terem
ninguém”.	de lidar com a vida
Presença de uma base	lá fora, sozinhas”.
de apoio	crescimento pessoal
A11.32: “Não me	B11.35: “Mas foi
senti sozinha”.	uma coisa positiva
	também, fez-me
	crescer ainda mais
	do que aquilo que já
	tinha crescido”.
Sensação de	
liberdade e	
independência	
B13.41: “(...) não	
tenho de dar	
satisfações a	
ninguém da minha	
vida (...)”.	

Acontecimentos	Atividade laboral	Permanência da	Atividade laboral	Atividade laboral
de vida relevantes	A12.33: “Estou a trabalhar (...)”.	jovem na resposta residencial até a atualidade TA10.54: “(...) onde ela se encontra neste momento”.	B12.38: “Trabalho, estou a fazer um estágio em Ação Educativa, como <i>baby-sitter</i> (...)”.	TB9.69: “(...) está a trabalhar na área do apoio à infância, como auxiliar, (...)”. TB11.83: “(...) está a trabalhar como auxiliar de ação educativa numa creche/ ATL”.
	Nova zona de residência A13.37: “Bem, estou numa cidade nova (...)”.		Residente numa casa partilhada B12.36: “Vivo num quarto (...)”.	Permanência da jovem na resposta residencial até a atualidade TB8.57: “(...) e que ainda se mantém”.
			Prosecação dos estudos B12.39: “(...) estudo à noite para acabar o décimo segundo ano”.	TB11.81: “Neste momento, mantém-se a viver na residência (...)”.

Principais competências das jovens	N.d.	Competências	N.d.	Competências
		<p>personais e sociais ao nível relacional</p> <p>TA9.44: “(...) conseguiu ganhar, aperfeiçoar e investir a questão das competências pessoais e sociais a nível de relação”.</p>		<p>Competências pessoais de entreajuda</p> <p>TB9.64: “(...) é uma miúda muito disponível para ajudar o outro (...)”.</p>
		<p>Facilidade na interação com o público</p> <p>TA9.45: “(...) competente na interação com o público, virada para o turismo, para o atendimento, (...)”.</p>		<p>Capacidade em constituir-se como uma figura de apoio</p> <p>TB9.65: “(...) de constituir-se como uma figura de apoio (...)”.</p>

Competências no	Competências no
<p>âmbito do turismo</p> <p>TA9.46: “ (...) vem aproveitar este potencial, (...) na área de eleição dela, que é o turismo (...)”.</p>	<p>âmbito da restauração</p> <p>TB9.67: “É uma miúda que adquiriu competências na área de pastelaria, de cozinha (...)”.</p>
<p>Potencialidade no ramo da moda</p> <p>TA9.48: “ (...) nós também percebemos que tinha muito potencial (...)”.</p>	<p>Proatividade no âmbito profissional</p> <p>TB11.79: “É competente nas tarefas que faz, já passou por algumas experiências de trabalho (...)”.</p>
<p>Presença de competências necessárias para a vida autónoma</p>	<p>Presença de competências necessárias para viver em contexto protegido</p>

TA8.43: “(...)

conseguiu ficar num patamar de segurança com as competências básicas adquiridas (...)”.

TB11.84: “(...) é

perfeitamente funcional, organizada, responsável e que se consegue valer a ela própria dentro de um contexto protegido.”.

Pré-disposição para

cuidar de crianças

TB9.68: “(...), ela

sempre teve muita

propensão para

cuidar dos mais

pequenos, assumiu

sempre muito esta

postura de cuidadora (...)”.

Participação ativa

em dinâmicas de

voluntariado

TB9.70: "E sempre fez voluntariado no centro de acolhimento dos mais pequenos (...)".

Participação ativa em diferentes atividades na comunidade

TB9.66: "Empenhamo-nos muito nas coisas da comunidade, (...) tudo o que implicava relações de amizade (...)".

Principais dificuldades das jovens	Ausência de meios económicos para assegurar uma residência própria	Necessidade de apoio económico	Ausência de meios económicos para assegurar uma residência própria	Dificuldade ao nível da gestão económica
	A14.38: "Na procura de quarto, (...) os	TA9.49: "As dificuldades têm a ver com a gestão económica".	B12.37: "(...) não tenho possibilidades	TB8.53: "(...) não se conseguiu organizar a nível económico (...)"

preços são muito altos para a oferta (...). TA9.51: “Tem aqui algumas dificuldades em se organizar a nível económico (...)”, TB9.58: “Vou começar pelas dificuldades porque era aquela mais evidente, tinha a ver com a gestão económica (...)”. TB10.71: “Claramente na parte económica”.	para ter uma casa, infelizmente”. TB11.80: “E, ao fim de pouco tempo estava a pedir ajuda para voltar, porque não conseguia sentir-se sozinha, (...)”. TB11.82: “É uma miúda que, é estruturante para ela
Necessidade de suporte emocional A16.41: “Para me dar mais força. Se calhar tornar-se-ia mais fácil”.	Necessidade de suporte emocional B14.43: “(...) não ter assim uma pessoa logo disponível para mim (...)”. B14.45: “(...) não tenho assim ninguém logo ao pé de mim que possa
Necessidade de suporte emocional TA11.55: “(...) continua a necessitar de ser apoiada (...)”.	Necessidade de suporte emocional B14.43: “(...) não ter assim uma pessoa logo disponível para mim (...)”. B14.45: “(...) não tenho assim ninguém logo ao pé de mim que possa

	logo abraçar só	sentir este apoio, porque me apetece”. precisa de se sentir cuidada, (...)”.
Dificuldade no controlo dos gastos	Necessidade de apoio económico	Dificuldade no controlo dos gastos
TA9.50: “(...) muito deslumbrada com estas questões da moda e da estética, (...) Portanto, canaliza muitos dos recursos além dos que deveria para este fim, (...)”.	B14.42: “Muitas vezes financeiramente (...)”.	TB9.59: “(...) conseguir controlar o impulso das solicitações que surgem”.
Necessidade de uma base de apoio para prosseguir com os estudos	Necessidade de suporte por parte da família de origem	Necessidade de um apoio económico e psicossocial
TA10.52: “(...) identificamos	B16.49: “(...) ter uns pais presentes, era o que eu gostava muito, com quem	TB10.78: “(...) um apoio económico e não só... a nível

claramente essa necessidade (...)”. TA11.57: “Acredito que, neste momento ela continue com essas dificuldades e por isso o facto de ter uma estrutura que lhe dê apoio para proporcionar que ela continue a estudar (...) seja fundamental.	pudesse falar de tudo (...)”. psicossocial manter-se algum apoio”.
Dificuldade em conciliar os estudos com o trabalho TA11.56: “(...) dificuldade em conseguir conciliar estudos e trabalho – ainda fizemos	Dificuldade ao nível das relações afetivas TB9.60: “(...) é claramente desorganizadora a nível de relações afetivas”.

	algumas experiências, mas era muito difícil, não conseguia (...)”.	TB9.63: “nunca deu sequer oportunidade de estabelecer uma relação (...)”.
Experiência emocional	Experiência emocional positiva A15.39: “Emocional, é bom”.	n.d. Presença de sentimentos de solidão B15.46: “(...) um bocado triste, porque estou basicamente sozinha (...)”.
	Satisfação pela profissão atual A13.36: “: Positivos, ter arranjado um bom trabalho, numa boa entidade”.	n.d. Presença de sentimentos de tristeza B15.47: “É um bocado triste, porque às vezes não temos ninguém para falar do que nós queremos, por exemplo como se

	calhar uma rapariga fala com uma mãe ou com um pai (...). Satisfação pelo apoio prestado pela equipa técnica B15.48: “(...) felizmente sei que posso contar com ela para muita coisa”.
Satisfação pela nova zona de residência A13.37: “Bem, estou numa cidade nova, tudo é melhor, há mais diversidade”. Sensação de distanciamento com a sua rede social do passado A16.40: “talvez se aqui estivessem as minhas amigas (...)”	
Apoio sentido pelas entidades profissionais	Avaliação positiva do apoio prestado A17.42: “Boas, (...)”. Avaliação positiva do apoio prestado B17.51: “Muito boa até (...)”. Manutenção do contato após término TB8.54: “(...) e depois nós fomos

Satisfação pelo	mantendo o
apoio prestado pela	acompanhamento,
equipa técnica	mesmo já com
B14.44: “Sei que	medida cessada”.
posso contar com	
eles (...)”.	
B15.48: “(...)	
felizmente sei que	
posso contar com ela	
para muita coisa”.	
<hr/>	
Manutenção do	
contato após o	
término da medida	
B2.10: “(...)	
continuo ainda a vir	
cá visitá-los e sou	
sempre bem-	
recebida”.	
B4.16: “E já me	
ajudaram, para além	

		de eu estar fora daqui”.		
		B17.52: “(...) sou sempre bem-recebida e tratam-me sempre muito bem, mesmo depois de eu ter saído, (...)”.		
Projetos de vida futuros	Metas a longo prazo no âmbito educacional A12.35: “Estou a juntar dinheiro para entrar numa escola de aviação”.	Metas a longo prazo no âmbito educacional B12.40: “E depois, quem sabe um dia, ir para a Universidade (...)”.	n.d.	n.d.
	Metas a longo prazo no âmbito profissional A18.43: “(...) quero ser hospedeira de bordo (...)”.	Metas a longo prazo no âmbito profissional B18.55: “(...) ser psicóloga (...)”		

<p>Desejo de obter a carta de condução</p> <p>A18.44: “(...) tirar a carta (...)”.</p>	<p>Desejo de obter a carta de condução</p> <p>B18.54: “(...) tirar a carta (...)”.</p>
<p>Expetativa de ganhar plena autonomia habitacional</p> <p>A12.34: “(...) vou morar sozinha aqui em [REDACTED]”.</p>	<p>Expetativa de ganhar plena autonomia habitacional</p> <p>B16.50: “E, gostava de ter uma casa”.</p> <p>B18.53: “Ter uma casa (...)”.</p>
<p>Expetativa de viajar</p> <p>A18.45: “(...) e viajar (...)”.</p>	<p>Intenção de constituir família</p> <p>B18.56: “(...) montar a minha família (...)”.</p>

